## EXPANSÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E O PROCESSO DE MUDANÇA NO ESPAÇO DE DOURADOS

#### MÁRIO CEZAR TOMPES DA SILVA

TESE DE MESTRADO APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSI-DADE DE SÃO PAULO.

#### ORIENTADORA:

Prof<sup>®</sup> Dr<sup>®</sup>. CLAUDETTE BARRIGUELA JUNQUEIRA

SÃO PAULO 1992

# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIENCIAS HUMANAS

## EXPANSAO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E O PROCESSO DE MUDANÇA NO ESPAÇO DE DOURADOS

Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudette Barriguela Junqueira.

Mário Cézar Tompes da Silva São Paulo, 1992

### EXPANSÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E O PROCESSO DE MUDANÇA NO ESPAÇO DE DOURADOS.

Mário Cézar Tompes da Silva

IG

#### RESUMO

O presente trabalho objetiva examinar o recente processo de agroindustrialização que, desde o início dos anos setenta, é o responsável pelo desencadeamento de um conjunto de transformações sociais e pela remodelagem do Espaço de dourados.

Analisa como o complexo agroindustrial, para se implantar nesse espaço regional, desencadeou um processo desestruturador/reestruturador responsável pelo reordenamento da estrutura de produção-distribuição no espaço em foco.

Demonstra como o Estado desempenhou um papel estratégico nesse processo através de intensa intervenção, via a elaboração de diversos programas de desenvolvimento regional direcionados para essa área, que procuravam dirigir a sua ocupação econômica no sentido da consolidação da agricultura capitalizada atrelada ao complexo agroindustrial.

Também procura compreender a expansão do processo agroindustrializador e o rol de mudanças que desencadeia no espaço como um movimento atravessado por contradições e conflitos que são identificados e examinados.

For fim, demonstra como a marcha do complexo agroindustrial nessa porção meridional do Mato Grosso do Sul ilustra o processo contemporâneo de produção/reprodução do espaço moderno resultado, em grande mediada, da programação do Estado e das estratégias do monopolismo.

#### PALAVRAS CHAVES

- Complexo agroindustrial
- Processo de mudança
- Espaço de Dourados
- Modernização aorícola
- Questão aorária
- Monopolismo

A Silvana

pelo companheirismo de

sempre.

Ao Bruno e ao Jú.

#### NOTA PREVIA

A elaboração da presente dissertação se assemelhou a um percurso acidentado, balizado por expectativas excessivas, que foram contidas e redimensionadas pelos muitos obstáculos do caminho. Aflições e angústias, felizmente passageiras, foram também companheiras de jornada. No entanto, apesar dos percalços a travessia foi completada.

A trajetória cumprida não teria chegado a bom termo, porém, sem a colaboração e o apoio de muitos que, com boa vontade, me revelaram os atalhos do caminho, tornando o percurso mais fácil.

Em especial, gostaria de agradecer à minha orientadora professora doutora Claudette Barriguela Junqueira pelas longas tardes de discussão em torno do tema aqui abordado.

Ao professor Laerte Tetila pelos bate-papos elucidativos sobre a história recente de Dourados e sua região, e pelas valiosas "dicas" acerca dos protagonistas ainda vivos dessa história, cujos depoimentos muito contribuíram para o resultado final desse trabalho.

Ao Miguel e Eduardo pela contribuição na impressão do trabalho.

A todos meus colegas do curso de Geografia do CEUD, em particular à professora Vera Abrão, que possibilitaram meu afastamento por um ano das atividades docentes.

Ao CNPQ que me proporcionou bolsa de estudo pelo período de dois anos.

A turma da biblioteca do CEUD e ao Paulo Cimó do Centro de Documentação Regional que, com gentileza e préstimo, auxiliaram-me na bibliografia.

Ao Esau Peres que como sojicultor e protagonista da história recente da soja em Dourados muito contribuiu com seu depoimento e diversos esclarecimentos para uma melhor compreensão do processo aqui analisado.

Por fim, à Silvana, Bruno e Giuliano que ao longo de todo o acidentado percurso compartilharam minhas descobertas, entusiasmos, angústias e tensões.

#### INDICE

I – Introdução 1
1.1 - O monopolismo, o estado e a produção do espaço moderno 9
1.2 - As mudanças no Espaço de Dourados e sua apreensão 24
1.3 - A concepção do regional e o delineamento do Espaço de Dourados
1.4 - As características físico-ambientais 34
II — Do domínio do capital comercial ao complexo agroindustrial
2.1 - Dourados : um espaço opcional para a agricultura dos granjeiros
2.2 - Colonos e criadores na esfera de domínio do capital comercial
2.3 - O granjeiro : vetor do domínio agroindustrial no Espaço de Dourados
2.4 — O mercado mundial : o "boom" da soja e a expansão do CAI no Espaço de Dourados
III - As estratégias do Estado e a programação do Espaço de Dourados
3.1 - Dourados : espaço de exportação (e de expansão do processo aproindustrializador)

3.2 - Um novo agente gestor da programação : o gover estadual	rno 131
IV - O sistema de pesquisa agrícola e extensão rura instrumento de consolidação dos interesses agroindustriais Espaço de Dourados	
V — Estrutura e funcionamento do complexo agroindustrial soja no Espaço de Dourados	da 153
5.1 - O aparelho produtor rural	155
5.1.1 A integração técnica: os produtores rurais individuais e organização de seu aparelho produtivo	a 158
<b>5.1.2</b> A integração de capitais: a indústria como produtor rur direto	ral 183
<b>5.2</b> - Agroindústrias e cooperativas : o núcleo do CAI no Espa de Dourados	aço 197
VI — A urbanização do campo: o novo conteúdo do agro e do urba no Espaço de Dourados	ano 215
<b>6.1</b> – O esvaziamento do campo e a luta pela terra 2	219
<b>6.2</b> – O novo urbano	232
Bibliografia	241

#### INDICE DAS ILUSTRAÇÕES

#### Tabelas

1 — Evolução das áreas de trigo e soja no Espaço de Dourados 1970, 1975 e 1980
2 - Evolução do uso de fertilizantes e tratores no Espaço de Dourados - 1970, 1975 e 1980
3 - Evolução das áreas de pastagens e número de bovinos no Espaço de Dourados - 1970, 1975 e 1980
<b>4</b> - Area, quantidade e estabelecimentos produtores de soja e trigo e área total de lavouras no Espaço de Dourados - 1970, 1975 e 1980
5 - Valores da produção de trigo e soja e valor da produção vegetal total no Espaço de Dourados - 1985
<b>6</b> – Condição do produtor – 1970
7 – Condição do produtor – 1975
<b>8</b> – Condição do produtor – 198 <b>0</b> 165
9 - Distribuição dos estabelecimentos por estratos de área no Espaço de Dourados - 1970, 1975 e 1980
10 — Distribuição dos estabelecimentos por estratos de área no Espaço de Dourados — 1985
11 - Propriedade das Terras - 1970 187
12 - Propriedade das Terras - 1975 188
13 - Propriedade das Terras - 1980 18º
14 - População residente por situação do domicílio no Espaço de Dourados - 1970-1980

15 - Pessoal ocupado distribuído por categoria no Espaço de Dourados - 1970, 1975 e 1980
MAPAS
1 - O Espaço de Dourados
2 - Vegetação primitiva
3 - Frojetos de colonização da CAND, SOMECO, Cia. Moura Andrade e Cia. Viação São Paulo-Mato Grosso
4 - Projeto BIRD-868. Programa de desenvolvimento da pecuária de corte
5 - Frioridades nacionais segundo o PLADESCO 112
6 - Areas - programa do PLADESCO
7 - Areas de atuação do programa Corredores de Exportação
8 - Area de atuação do PRODEGRAN
9 - Sistema de transmissão existente na Grande Dourados em 1975
10 - Sistema de transmissão implantado - 1978 127
11 - Localização da Fazenda Itamaraty S/A
12 - Assentamentos, Acampamentos e Ocupações de Terras no Mato Grosso do Sul meridional

#### QUADROS

					E <b>sp</b> aço	
					stado de	
					Espaç	

#### I - INTRODUÇÃO

O objetivo básico que moveu a elaboração do presente trabalho foi o de examinar o processo de mudança promovido pelo recente movimento de expansão do complexo agroindustrial em um espaço específico — o Espaço de Dourados.

O processo agroindustrial, ao alcançar o Espaço em questão, desencadeou um conjunto de transformações que reorganizaram as relações sociais e, conseqüentemente, redefiniram a relação sociedade—espaço nessa porção do Mato Grosso do Sul meridional. Na investigação desse movimento a pesquisa procurou enfatizar, simultaneamente, o exame da nova forma de organização da sociedade e o processo de remodelagem desse espaço regional emergente.

O Espaço de Dourados é atualmente, a par com o sul goiano, uma das áreas do Centro-Deste brasileiro onde os interesses da agroindústria se manifestaram de forma mais intensa.

Nessa região, o processo agroindustrial, ao montar uma complexa estrutura de atuação e promover a integração

de parcela expressiva da agropecuária local. alterou em profundidade e com rapidez o perfil da sociedade regional. Tais circunstâncias transformaram esse espaço em um laboratório privilegiado para a análise e compreensão das novas realidades produzidas pela recente industrialização do meio rural brasileiro.

Area de ocupação relativamente antiga, essa porção do Mato Grosso do Sul meridional caracteriza-se por ter sido tradicionalmente, já desde a segunda metade do século XIX, um espaço cuja organização foi marcada por sucessivas intervenções externas.

Inicialmente, a partir do último quartel do século passado, foi a intervenção do monopolismo internacional através da ação de uma grande empresa — a Companhia Mate Laranjeira — dedicada à extração da erva-mate e ao abastecimento de seus moinhos de beneficiamento desse produto em Buenos Aires que, conjuntamente com uma pecuária local de caráter primitivo, se constituíram nas principais forças de ordenação do Espaço de Dourados.

Posteriormente, após os anos 30, com a retração do mercado externo do mate foram as estratégias estatais

de nacionalização das fronteiras e de marcha para o oeste — cuja expressões locais mais evidentes foram a criação do Território Federal de Ponta Porã e, posteriormente, a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) — que procuraram dirigir o processo de ocupação desse espaço.

Mais recentemente, novo ponto de inflexão nesse processo de ordenação do Espaço de Dourados é observado a partir de 1968, com a expansão do capital agroindustrial nessa porção do Mato Grosso do Sul, acompanhado de um processo de industrialização da agricultura desencadeando um movimento intenso de mudanças que, no presente, é o responsável pela reestruturação desse espaço.

Esse processo de mudanças expressa-se, de imediato, através da introdução nesse espaço de uma lavoura altamente mecanizada cuja acelerada expansão no meio rural está sendo acompanhada de uma reformulação da estrutura fundiária e de tendências especulativas em torno da terra que, de bem abundante e de pouco valor, transforma-se em meio de produção cada vez mais valorizado e escasso.

Como decorrência desse processo observa-se a desarticulação de uma estrutura espacial anterior baseada em pequenos estabelecimentos, herança da ação colonizadora, e no

latifúndio de pecuária extensiva os quais se v@em repentinamente abalados por um reordenamento do espaço com base na implantação e expansão da moderna empresa rural.

Esse reordenamento do espaço resulta na expulsão de parcela significativa da população rural e, consequentemente, no esvaziamento do campo, o que irá repercutir intensamente nos centros urbanos regionais, muito dos quais vêem suas populações multiplicadas em curto espaço de tempo.

Dourados, por se constituir em centro polarizador do espaço regional e o destino de grande parte do contingente migratório, sofre, freqüentemente, o maior impacto.

Sendo a maioria dos migrantes originários do campo e, portanto, profissionalmente muito pouco qualificados para o trabalho urbano, contribuem para agudizar não somente o problema do sub-emprego/desemprego, como também representam uma sobre-pressão para os já precários serviços de saúde, educação e transportes, além de concorrerem para tornar caótica a situação habitacional, não apenas de Dourados, como dos demais centros urbanos regionais.

O leque de transformações no urbano na

verdade é bem amplo, sendo possível observar, entre outras tantas importantes, a generalização nos centros urbanos dos mudancas padrões da sociedade de consumo que por sua vez nutrem-se do paralelo de expansão da classe média. Há também, fenômeno processo de mutação do terciário que passa a funcionar de em empreendimentos quase crescente, com base sempre regionais que pressupõem uma escala superior de inversão capital (como é o caso das lojas pertencentes às grandes redes nacionais de supermercados, de revendedoras de implementos agricolas, de confecções, etc, que se expandem em Dourados e nas principais cidades da região).

Por outro lado, a especulação com terras, o recuo da pequena produção, a reestruturação fundiária, o esvaziamento do campo, a urbanização acelerada - enfim, o reordenamento do Espaço de Dourados se desdobra como um processo antagônico e prenhe de conflitos.

Esses conflitos envolvem desde a violentos desapropriação de meios dos através pequenos produtores, até a estratégia de ocupação de estabelecimentos improdutivos por parte dos trabalhadores rurais sem terra, o que provoca frequente intervenção e repressão por parte do Estado, configurando, dessa forma, o espaço em exame como espaço de lutas.

Frente a essa realidade regional em processo de profunda transformação, algumas questões surgiram desafiando a reflexão. Qual o significado real das mudanças no Espaço de Dourados? Qual o papel e o peso das determinações internas e externas na definição do processo de transformação? E o urbano como se insere nesse novo contexto, como reage às mudanças?

O presente trabalho representa um esforço compreensão curso nesse espaço. do processo ora em Nossa tentativa de responder às questões levantadas acima terminou conduzindo-nos a novas interrogações, nos obrigando uma de tal constante renovação de esforços. No final percurso obtivemos uma aproximação que, embora longe de esgotar realidade analisada, nos forneceu uma visão geral da lógica no presente detém o comando do processo de produção do Espaço Dourados.

O trabalho encontra-se organizado em seis capítulos. O primeiro é o resultado da preocupação de situarmos o tema abordado em um contexto teórico mais amplo, onde tentamos compreender o CAI e o processo de industrialização do agro como a estratégia contemporânea adotada pelo monopolismo para articular

e submeter a agricultura a seus interesses. Tecemos também

considerações acerca de como se dá nessas circunstâncias o processo de produção/reprodução do espaço geográfico. Apresentamos ainda algumas orientações metodológicas que nortearam nossa abordagem.

O segundo capítulo é uma tentativa de examinar as condições que favoreceram a introdução do binômio soja—trigo no Espaço de Dourados e as vicissitudes que esse sistema agrícola enfrentou para se viabilizar no espaço regional. Destaca os motivos da rápida propagação dessas lavouras que em um período de pouco mais de dez anos se expandiram do Rio Grande do Sul até as distantes paragens sul—mato—grossenses. Analisa também a organização espacial pré—existente no Mato Grosso do Sul meridional e como se dá sua reapropriação pelos novos agentes e processos desencadeados pela agroindustrialização.

O terceiro capítulo é uma investigação das políticas públicas (gerais e regionais) e suas repercussões no Espaço de Dourados. O Estado é tomado na qualidade de agente programador responsável pela elaboração de estratégias que objetivam a viabilização do processo agroindustrializador no espaço regional.

O capítulo seguinte visa destacar a nova importância que ganha a prática da pesquisa e a produção das biotecnologias na consolidação da agricultura industrializada na região sob exame. É enfatizado ainda como as novas necessidades tecnológicas dessa agricultura contribuem para a produção de um espaço cada vez mais tributário da técnica e da ciência.

O penúltimo capítulo é uma análise da nova estrutura de produção montada pelo CAI no Espaço de Dourados. Examinou-se, por um lado, as diferentes modalidades de articulação que a agroindústria estabeleceu com o aparelho produtor rural, por outro identificou-se os agentes detentores e concentradores de poder que nessa nova agricultura constituem o núcleo fundamental do complexo agroindustrial regional.

O sexto e último capítulo é uma tentativa de o novo sentido e conteúdo do espaço em gestação กล porção do Mato Grosso do Sul enfocada. Nessa parte procuramos demonstrar COMO a chegada do modelo agroindustrializador juntamente com o conjunto de transformações que desencadeou estabeleceram uma nova relação cidade-campo a qual esboça no regional. como tendência. a dissolução do rural e Lefebvre irá denominar de "a completa urbanização da sociedade." Tais reflexões cumprem também o papel de conclusão do trabalho.

1.1 - O monopolismo, o Estado e a produção do espaço moderno.

O processo de mudança que na atualidade reconstrói o Espaço de Dourados é o produto de estratégias elaboradas externamente (no âmbito de um complexo agroindustrial e do Estado) e que, em interação com forças locais, no presente alcançam e apropriam-se da porção meridional do Mato Grosso do Sul. Essas estratégias se concretizam por intermédio de diversas intervenções que hoje procuram programar a ocupação desse espaço.

Essa fração de território esboça-se assim, em grande medida, enquanto espaço de intervenção externa, sendo seu uso em boa parte resultado de políticas e fluxos gerados fora dele e cujo controle lhe escapa.

Em decorrência dessa realidade o Espaço de Dourados se apresenta como verdadeiro elo que se articula com crescente intensidade à corrente da economia mundial, tomando parte de uma lógica que transcende suas fronteiras, que é cada vez mais uma lógica global.

Nesse sentido, torna-se uma ilustração do processo de articulação e produção dos espaços pelas estratégias globais características do desenvolvimento do monopolismo em nosso tempo.

No presente, o contexto onde se oßb 25 interações econômicas apresenta, indelével, a marca da hegemonia modernas grandes do capital. As e corporações transnacionalizadas e um conjunto de instituições e conglomerados financeiros, atuando ou não em associação, possuem a capacidade de exercer crescente controle sobre os rumos do processo desenvolvimento econômico.

Em decorrência da ação global dessas forças prevalecentes no cenário contemporâneo, observa-se o fenômeno hodierno de mundialização da economia e da reelaboração do espaço mundial. Nesse novo contexto de um mundo unificado, observamos os diferentes espaços locais tornarem-se cada vez mais frágeis, mais abertos, mais vulneráveis às ações exógenas.

Nesse novo cenário é necessário não omitir o papel reservado a um importante agente: o Estado. Apesar do predominio das estratégias globais, o aparelho de Estado não se reduz a mero instrumento apropriado e manipulado livremente pelos interesses dessas estratégias. Nessa conjuntura o Estado chegou mesmo a ampliar seu âmbito de atuação e intervenção.

Tal intervenção se dá primordialmente por

necessidades políticas. Elas são vitais, por um lado, para garantir a reprodução do conjunto do capital e mediar os interesses particulares, e por vezes antagônicos, de suas diversas frações (já que o capital, mesmo o monopolista, não é um bloco homogêneo e compacto, encontrando—se também atravessado por contradições que necessitam ser controladas pela regulação política do Estado¹), e por outro lado, para mediar e estabilizar os conflitos sociais, tendo flexibilidade suficiente para conviver, inclusive, com algumas conquistas impostas pelas classes subalternas, já que esse é o preço para garantir a reprodução das relações sociais essenciais que permitem a preservação do sistema.

Isso não significa que o monopolismo e sua predominância maciça na economia não tenham efeitos significativos sobre o aparelho de Estado e na direção de suas intervenções, mas que "isso acontece sempre no interior de uma elaboração política complexa de uma estratégia de compromisso pela perspectiva do Estado.<sup>2</sup>"

<sup>1.-</sup> Não apenas o Estado cumpre esse papel como é mesmo o único a poder desempenhá-lo. Os capitais individuais entregues a si mesmos e a seus interesses imediatos e antagênicos revelam-se incapazes disso.

<sup>2.-</sup> POULANTZAS, Nico. O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.

Portanto, as intervenções nos diversos espaços de um território nacional passam necessariamente pela medição política e devem adaptar-se às conveniências desse agente estatal.

Pela sua natureza de regulador do conjunto do capital social e suas contradições, e dos conflitos na sociedade, o aparelho de Estado está sujeito a determinações (pressões) conflitantes que em um dado local podem, por vezes, manifestar-se em resultantes espaciais antagônicas.

Frente a essas novas tendências, delineadas pelo desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, e à necessidade de desvelamento de um processo de mudanças em um espaço preciso — o Espaço de Dourados — uma primeira questão se impõe: como em meio às novas circunstâncias descritas se dá a articulação dos espaços locais a partir de fluxos que em grande medida lhe são externos?

Antes de prosseguirmos cabe a ressalva de que a questão acima não subentende a pressuposição, decerto ilusória, de que todos os espaços de intervenção externa apresentem o mesmo padrão invariável de articulação e organização. O que aqui se

quer enfatizar são aquelas tendências gerais que, embora revelem a vocação a se reproduzirem em um certo contexto, de modo nenhum eliminam a existência de especificidades que só o estudo mais aprofundado caso a caso é capaz de indicar.

O processo de produção do espaço moderno é, cada vez mais, resultado da programação, sobretudo aquela elaborada nas esferas do Estado e do monopolismo. São as estratégias desses dois agentes em interação complexa com forças locais que no presente surgem na qualidade de responsáveis principais pela produção dos espaços.

Por outro lado, nesse contexto hodierno de afirmação das estratégias e da programação estatal e do grande capital, o processo de produção do espaço tende a ser regido por surtos seletivos.

Isso significa que o processo de mudança (ou de modernização como insistem alguns) que hoje alcança e remodela diversos espaços do globo não é produto de um movimento de propagação contínua e uniforme, semelhante ao efeito da mancha de óleo que se irradia homogeneamente por uma superfície plana.

Ao contrário, os processos que hoje subvertem

e reconstroem os espaços tomam a forma de surtos que se manifestam seletivamente no território. Não se desenvolvem em todos os espaços, saltam alguns e se realizam mais efetivamente apenas naqueles lugares que enfeixam as condições mais favoráveis.

Cada surto — regido por uma dinâmica própria, em regra associada ao surgimento e disseminação de uma nova modalidade de produção — ao tentar realizar—se, introduz relações e elementos inovadores no espaço atingido, os quais tendem a constituição de uma estrutura nova, no entanto nunca de fato plenificada, que procura assegurar estabilidade e coesão na efetivação e reprodução desse processo emergente.

Esse movimento configura o esforço de reapropriação do espaço pelos agentes e relações próprias à nova forma de produção — frequentemente um surto decorre de nova modalidade produtiva introduzida no espaço. No processo de reapropriação, alguns elementos do espaço herdado, por não apresentarem utilidade na situação emergente, morrem, são descartados; outros, porém, são repescados, readaptados e

<sup>1.-</sup> Como todos os espaços em nossos dias já foram, direta ou indiretamente articulados pelos interesses do grande capital, o mais correto aqui é referir-se não à apropriação, mas à reapropriação.

aproveitados pela nova forma de produzir.

Por outro lado, devido à inércia do arranjo espacial herdado, que tende a reproduzir as relações e os processos que lhe deram origem, o surto e a nova forma produtiva que o acompanha estarão sujeitos a distorções e constrangimentos que lhes sugerirão maneiras particulares e peculiares de manifestação local.

É esse movimento de realização de cada surto no espaço o desencadeador do processo de mudança que altera, com vigor variável de acordo com a natureza do surto e das condições locais com que interage, o perfil dos espaços locais. As alterações resultantes desse processo naturalmente extrapolam a esfera da produção e repercutem em todos os interstícios do lugar atingido.

Esses surtos detonadores de mudanças podem manifestar-se no âmbito dos diversos setores produtivos, inclusive na atividade agrícola.

Isso se verifica porque na nova conjuntura da economia contemporânea os distintos setores da produção tornam-se o campo de ação das estratégias do grande capital, a agricultura

inclusive. Essa atividade, que no passado era uma esfera da produção relativamente autônoma, transforma-se, no segundo pós-guerra, principalmente a partir dos anos 50, em um ramo cujo desenvolvimento revela-se cada vez mais dependente, atrelado e monitorado pelos interesses do monopolismo.

0 grande capital submeteu a agricultura através da criação e expansão de um complexo agroindustrial (CAI) conjunto de formado. hoie. por um grandes empresas transnacionalizadas que dominam tanto a produção de insumos. e equipamentos agrícolas, quanto a transformação industrial dos produtos agropecuários, além de deterem o controle sobre a comercialização e parte do financiamento do setor.

tentativa de conceituação formal Uma dessa nova categoria teórica nos é oferecida por Muller "o complexo agroindustrial pode ser definido como um conjunto formado sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação produtos agropecuários e florestais. Atividades tais COMO: geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agricolas; ainda a coleta, a armazenagem. 0 transporte, a distribuição dos produtos industriais e agricolas: ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e

#### assistência técnica."1

No interior desse CAI a agricultura se relaciona duplamente com a indústria: inicialmente com a indústria de máquinas e insumos, que tem nas atividades agrículas seu mercado, e com as indústrias processadoras de produtos rurais. A primeira é denominada de indústria para a agricultura e a segunda de agroindústria.

O complexo agroindustrial é o modo novo como se produz na agricultura e, portanto, é o modo novo como deve ser analisado e captado esse processo produtivo em nossos dias. Ele representa a fase mais recente da divisão social do trabalho resultante da evolução contemporânea do modo capitalista de produzir.

etapa do capitalismo concorrencial. divisão social do trabalho podia ainda ser expressa segundo a economia liberal clássica tipologia da (setor primário. secundário e terciário). Contudo. nosso contexto €M contemporâneo, dominado por estruturas monopólicas, tende a haver uma integração entre indústria, comércio e agricultura.

<sup>1.-</sup> MüLLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo, HUCITEC/EDUC, 1989, p. 45

Nesse processo a indústria (mais precisamente a agroindústria) assume também papel de empresa comerciante, deslocando e substituindo o antigo cerealista autônomo e montando sua própria rede de recolhimento de matérias-primas (produtos primários). Hoje, os grandes comerciantes nas regiões rurais são os postos avançados dos grupos industriais.

Até aproximadamente os anos 40/50, existia ainda a separação entre comerciante e indústria. Os agentes do comércio detinham um relativo grau de independência em relação aos interesses industriais. Com o advento do domínio monopólico, o comerciante é integrado. Hoje, o terciário, enquanto um setor autônomo, é uma abstração. Ele foi absorvido e subordinado à indústria. Mesmo o cerealista remanescente atrelou-se e funciona para o processo de acumulação da indústria.

Da mesma forma, nessa nova situação observase a integração subordinada da agricultura à indústria. A atividade agrícola foi integrada de forma dependente, "transformando-se em mero apêndice dos poderosos monopólios ou oligopólios industriais."<sup>1</sup> Mantendo também uma relação desvantajosa com as grandes empresas de comercialização e o sistema financeiro, revelando-se um setor acuado e drenado nas suas diversas conexões.

E mais, "agora a agricultura passa a operar como se fosse ela mesma uma indústria de um ramo qualquer da produção"<sup>2</sup>, que compra certos insumos industrializados (fertilizantes, defensivos, etc.) e força de trabalho para produzir outros insumos que se constituirão em matérias-primas para as indústrias alimentícias, têxteis, etc.

A estratégia que o monopolismo adotou para aprofundar e disseminar, na escala do globo, esse padrão de integração dependente agricultura—indústria constituiu—se na difusão da política de "modernização da agricultura" (i.é de mecanização e tecnificação da atividade agrícola, a maneira mais rápida de expandir o domínio do complexo agroindustrial sobre o setor primário) que foi originalmente desenvolvida e aplicada através do programa conhecido por Revolução Verde.

<sup>1.-</sup> BRUM, Argemiro. Modernização da agricultura: trigo e soja. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 104.

<sup>2.-</sup> GRAZIANO DA SILVA, José. Mas, qual reforma agrária? in Reforma Agrária, Campinas, ABRA, ano 17, número 1, abril/julho, 1987, p. 19.

O projeto visava contribuir, via a organização da agricultura em bases industriais, para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo. Sob a influência do complexo agroindustrial ocorre a difusão maciça da "Revolução Verde" na escala planetária, alcançando os espaços periféricos, sobretudo, os situados na América Latina e Asia.

Os países atingidos pelo programa "eram orientados e induzidos a usar novas técnicas de correção do solo, fertilização, combate às doenças e pragas, bem como utilizar maquinaria e equipamentos modernos. A esse conjunto de técnicas inovadoras se deu o nome de pacote tecnológico. E a toda essa estratégia de comércio se chamou de modernização tecnológica."<sup>1</sup>

Enfim, essa estratégia centrada na Revolução Verde surge como uma forma inteligente de garantir — apoiada no discurso apologético da modernização da agricultura e na disseminação de um pacote tecnológico — tanto a difusão da integração dependente agricultura—indústria quanto a articulação dos espaços agrícolas no bojo da expansão do complexo agroindustrial.

<sup>1.-</sup> BRUM, Argemiro, Op. cit. p. 47.

A recente expansão das lavouras mecanizadas de soja em diversas porções do território brasileiro insere-se dentro dessa estratégia de articulação subordinada da agricultura e dos espaços agrícolas a esse complexo agroindustrial.

No caso específico da estratégia de expansão dessa leguminosa, um fator relevante para a sua consecução foi a elaboração e difusão, por aquele complexo, de um padrão de produção e consumo que consistiu inicialmente na substituição da proteína animal pela proteína vegetal, através da mudança do hábito alimentar urbano, alterado pela permuta das gorduras de origem animal para óleos vegetais.

Em uma etapa posterior, a estratégia é reciclada e há uma inversão expressa na substituição da proteína vegetal pela proteína animal na alimentação humana. Essa reciclagem se dá quando se torna possível o aproveitamento econômico da torta e do farelo, através da conversão desses subprodutos em ração animal, o que possibilitou intensificar a produção e o consumo de carnes, ovos e leite.

Foi a elaboração e difusão mundial desse padrão de produção e consumo que permitiu a criação e expansão de

um mercado mundial para o grão de soja e seus derivados<sup>1</sup>. Foi também na esteira da exportação desse modelo de produção e consumo para alguns pontos do globo, principalmente na América Latina, que se expande o complexo agroindustrial.

São beneficiadas por esse impulso tanto as indústrias internacionais de esmagamento, farelo, produção e refino de óleo, quanto as grandes empresas de comercialização desses produtos, sem esquecer naturalmente as transnacionais do ramo de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas.

E aqui um aspecto a ser destacado é o estreito relacionamento entre o conjunto desses setores constituíntes do CAI e o Estado brasileiro. Como a atuação do agente estatal é decisiva e produz implicações imediatas sobre o destino desses diversos setores, os mesmos hoje se apresentam

<sup>1.-</sup> O caso da soja é a demonstração arquetípica de uma características notáveis da fase contemporânea do monopolismo que consiste não apenas na sua capacidade de criar novos produtos. mas no seu poder de - via refinadas estratégias de marketing e com a colaboração de uma política de Estado (como a adotada pelos da Public Law 480) - gerar os mercados que EUA através absorverão. Segundo Brum, "afirma-se então, com crescente insistência. as vantagens da proteína animal (alimentada rações derivadas de soja) e dos óleos vegetais. A medida população européia e norte-americana adere aos novos padrões, ät fis populações dos países subdesenvolvidos passam progressivamente a imitar-lhes o hábito" (BRUM, A. Op. cit. p. 77)

politicamente organizados em poderosos sindicatos patronais.

O fato de dependerem das políticas públicas dirigidas à agricultura os levou a operar como grupos de pressão pela expansão de medidas de favorecimento à modernização da agricultura brasileira. Nessa condição, influenciam a elaboração das políticas estatais, sobretudo aquelas mais diretamente relacionadas a seus interesses, especialmente as políticas monetária, fiscal, cambial e as relativas ao comércio interno e externo.

Esse relacionamento expressa, na verdade, a politização das atividades do CAI, determinada pela dependência de seu processo de acumulação a certas iniciativas do Estado.

Nesse contexto, os agentes agroindustriais, e suas estratégias elegeram a lavoura da estatais soja como veículo eficiente e privilegiado para a expansão dos interesses do CAI na agricultura brasileira. O projeto foi coroado de êxito; as lavouras capitalizadas dessa leguminosa foram uma das que mais expandiram no território nacional nos últimos 20 anos e encontram-se entre os principais vetores responsáveis pela revolução das práticas agrícolas que atualmente alteram 05 diversos espaços alcançados por seu vigoroso avanço.

#### 1.2 - As mudanças no Espaço de Dourados e sua apreensão.

O processo de mudança que hoje afeta o Espaço de Dourados nos surge como produto do surto dinâmico desencadeado a partir da integração da agricultura local com o complexo agroindustrial (via a expansão das lavouras capitalizadas de trigo e soja) e que, desde por volta de 1968, encontra-se reestruturando esse espaço.

Aqui, procuraremos compreender esse processo de mudança como uma decorrência, em última análise, de estratégias globais, porém mediadas pelas políticas e ações do Estado Nacional e pela conjuntura e condições locais do Espaço de Dourados. Essas mediações determinarão uma história particular e nos revelarão as especificidades do processo.

Além da expansão da agroindústria, é possível observar o cruzamento de três outros importantes fatores que em um dado momento — final dos anos 60, propiciarão uma conjuntura especialmente favorável para o desencadeamento de tal surto produtivo no Espaço de Dourados: a ocorrência de terras (predominantemente planas) abundantes e baratas, a chegada de um contingente de agricultores (os granjeiros gaúchos) com capacidade empreendedora e mentalidade empresarial e a existência

nesse mesmo período de uma política agrícola estatal baseada em crédito farto e juro subsidiado, sintonizada com as estratégias de modernização agrícola da Revolução Verde.

Frente a importância que também assume mediações locais se faz necessário indagarmos e examinarmos a organização preexistente do espaço, aquela que se apresenta no momento mesmo de internalização dos novos agentes e relações, isto é, no primeiro instante de introdução da nova modalidade produtiva.

Quando o novo surto, detonador das mudanças, alcança a porção meridional do Mato Grosso do Sul, ele se depara com um espaço que se encontra em processo de ordenação pela confluência dos interesses das estratégias colonizadoras (pública e privada) que desde a década de 40 programam a ocupação desse espaço, com os dos agentes locais de uma pecuária extensiva preexistente, mas em processo de transformação e readaptação.

O surto dinâmico decorrente do processo agroindustrializador depara-se, então, com um espaço dotado com colônias de pequenos estabelecimentos familiares e grandes propriedades de criatório bovino, resultante de uma organização dirigida. Ou seja, defronta-se com um espaço de ocupação

planejada, um espaço moderno, cujo arranjo é predominantemente produto da programação, ou melhor, de diversos níveis de programação (expressos na intervenção pioneira do monopolismo através da Companhia Mate Laranjeira no final do séc. XIX, na intervenção federal com a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e nos diversos projetos de colonização privada implantados a partir dos anos 50).

Assim, essas intervenções, programadas COM outras forças, produziram um espaço que se apresentará como condição de realização importante para efetivação do novo surto. Algumas questões surgem: qual o papel desse espaço herdado - com uma dada estrutura agrária, com uma certa rede urbana, com determinadas condições ambientais, etc. na realização do novo surto que se apresenta? Como este readapta adapta-se a esse espaço pré-existente? Em outras transcorre o movimento desestruturador/reestruturador COMO responsável pela produção do espaço?

Por outro lado, o surto produtivo para realizar-se irá introduzir relações e elementos novos no Espaço de Dourados, os quais tenderão a moldar o aparelho produtivo e as formas de organização da produção.

Aqui assumimos o pressuposto metodológico de que a atividade mais dinâmica da economia local — o binômio soja—trigo — nos servirá de fio condutor para o desvelamento da estrutura produtiva em formação no Espaço de Dourados. Pressupomos, portanto, que no exame da produção e circulação daqueles produtos nos seja revelado a organização produtiva local, isto é, que na história deles inscreve—se a história recente do Espaço de Dourados.

Por fim, gostariamos de enfatizar que esse trabalho pretende constituir—se em um exame do processo de mudança que hoje se manifesta no Espaço de Dourados e que aqui tentamos apreender do ângulo da atuação do capital agroindustrial que, ao apropriar esse espaço, montou uma "engrenagem" de produção (que também é de distribuição, circulação e consumo) e, em tal movimento revolucionou o aparelho produtivo rural—urbano (ao industrializar a agricultura), alterou o quadro anterior das relações de trabalho, além de promover o rearranjo do espaço regional.

Assim, nessa pesquisa foi dado especial relevo ao exame dessa nova "engrenagem" produtiva (composta pelos estabelecimentos rurais, cerealistas, agroindústrias, revendedores de insumos agrícolas e suas interações), à

constituição do atual aparelho produtivo rural (isto é, as unidades constitutivas do agro local: produção familiar, empresa rural, etc.) e as transformações nas relações de produção (a tendência ao assalariamento e suas modalidades). Nessa exploração acreditamos poder reconstituir o movimento de reapropriação e a partir daí captar o significado das mudanças.

E mais, nessa tentativa de deciframento, procuramos colocar—nos permanentemente atentos às ações do Estado, que através de políticas gerais e específicas, vem promovendo seguidas intervenções na produção e circulação locais; ao novo papel reservado ao urbano nesse contexto de transformações e às contradições e conflitos que permeiam toda a trajetória do processo de reapropriação do Espaço de Dourados pelos interesses agroindustriais.

# 1.3 - A concepção do regional e o delineamento do Espaço de Dourados.

Ao examinarmos o processo de expansão do CAI como responsável pela remodelagem de uma dada região do território nacional, que aqui estamos denominando Espaço de Dourados, deparamo-nos com algumas questões importantes: como definir essa nossa unidade geográfica de análise? Concretamente, que critérios utilizar para o delineamento de seus limites? Enfim, concebê-la enquanto região a partir de que aporte teórico?

Partindo da compreensão do espaço geográfico como um produto social assumimos que a região em evidência (o Espaço de Dourados) tem sua especificidade dada pela forma particular que o processo de acumulação assume em seu interior, ou seja, pelo predomínio de uma forma própria de reprodução do capital e de suas relações sociais, gerando uma certa estrutura de classes e conflitos sociais específicos.

No caso do Espaço de Dourados, a forma particular assumida pelo processo de acumulação foi a determinada pela presença do CAI, cuja ação implantou, nessa porção do Mato Grosso do Sul meridional, uma estrutura própria de produção,

distribuição, circulação e consumo das riquezas regionais.

Dessa maneira, é a forma específica de reprodução do capital implantada por esse CAI, a responsável pelas novas forças produtivas introduzidas, pelas relações de trabalho e conflitos sociais atualmente em curso nesse espaço regional.

No entanto, cabe lembrar que a forma particular de acumulação definida pelo complexo agroindustrial não se apresenta em estado puro nem se manifesta de maneira isolada no Espaço de Dourados.

A reapropriação desse espaço pelo complexo agroindustrial torna-se responsável pela introdução e reprodução de um quadro complexo e diversificado de relações sociais. Essa reapropriação, ao mesmo tempo que provoca o assalariamento e a capitalização das unidades produtivas rurais, também mantém e promove relações anteriores que podemos classificar de primitivas do ângulo do capital.

Nossa aproximação dessa realidade pretende, desde já, descartar equívocos como os perpetrados por avaliações que, partindo de categorias genéricas como capitalismo, tendem a

homogeneizar o conjunto das diferentes relações que a realidade nos apresenta; ou, ainda, por abordagens que pretendem captar esquematicamente essas diferentes relações através da criação de vários modos de producão.

Na realidade, essa diversidade de relações no Espaço de Dourados é a síntese de muitas determinações (do passado e do presente) e é a forma de manifestação do capital agroindustrial nesse espaço. Ou seja, é esse capital que, no movimento de reapropriação do espaço, contraditóriamente mantém e recria relações não tipicamente capitalistas de produção.

Acreditamos que essas reflexões acima, ao tempo que explicitam os pressupostos teóricos que norteiam nosso entendimento acerca do espaço regional de Dourados, também nos fornecem subsídios necessários para equacionarmos agora a questão relativa à configuração dessa nossa unidade geográfica de análise.

Considerando que a existência das lavouras mecanizadas de soja-trigo é a sinalização mais evidente da presença e atuação do CAI e de suas relações sociais, tomaremos o

<sup>1.-</sup> Ver: MüLLER, Geraldo. Estado, estrutura agrária e população. Petrópolis, Vozes, 1980.

predomínio dessas lavouras na produção vegetal municipal como critério básico para a delimitação do nosso espaço regional.

Para a operacionalização da delimitação procedemos à elaboração e exaustiva análise da orientação da agricultura<sup>1</sup> no Mato Grosso do Sul meridional. A análise nos revelou que essa porção meridional sul-mato-grossense, apesar da recente expansão da lavoura mecanizada, ainda é um espaço de predominância da pecuária.

Dos vinte e nove municípios do sul do Estado, nada menos do que dezoito apresentam uma agricultura fortemente orientada para criação. A estes ainda se somam mais quatro unidades municipais com agricultura orientada para criação. Em contrapartida, não existe nenhum município com agricultura

<sup>1.-</sup> O termo orientac\( \text{XO} \) da agricultura deve ser entendido como a expressão dos objetivos de uma determinada organização agrária. Essa expressão se define pela proporção entre os valores produção animal e vegetal. A orientação da agricultura assumir as seguintes formas: fortemente orientada para lavouras (quando o valor da produção vegetal corresponde a 80 % ou mais do valor da produção total da agricultura.); orientação lavouras ( o valor da produção vegetal apresenta-se entre 60% a 80% do valor da produção total da agricultura); orientação (valores de produção animal e vegetal situam-se entre 40% e 60% total da produção); fortemente orientado para a pecuária e orientado para a pecuária com proporções semelhantes às já descritas acima para a lavoura.

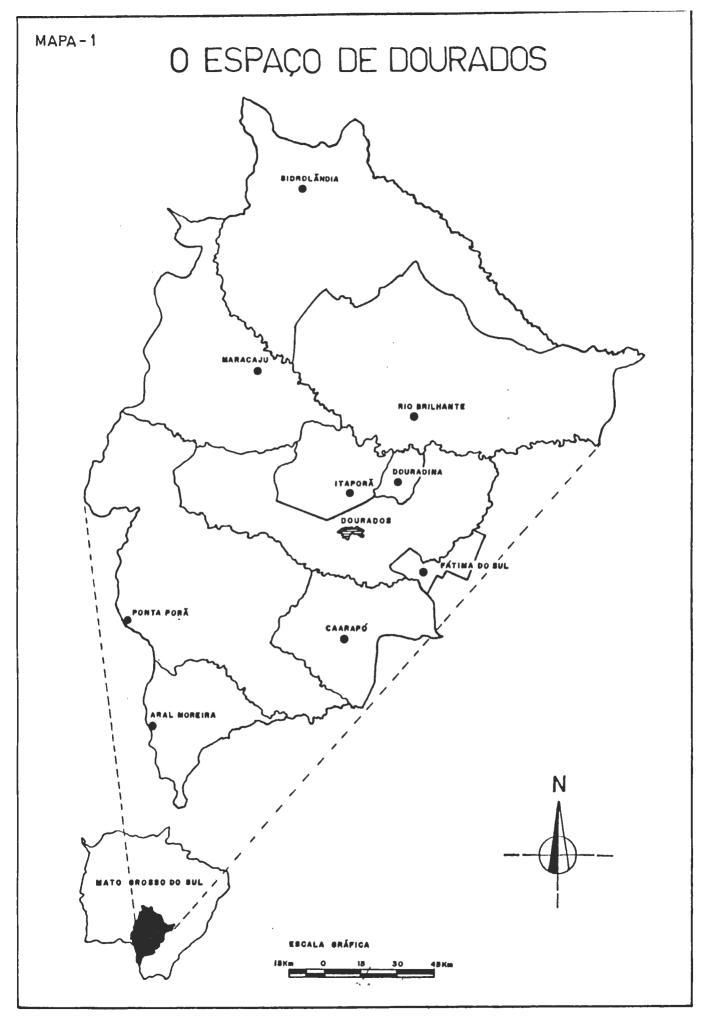
fortemente orientada para a produção vegetal. Frente a essa situação, estabelecemos os seguintes parâmetros para o delineamento do Espaço de Dourados:

\* integrarão o Espaço de Dourados os municípios que apresentem sua agricultura orientada para a lavoura ou uma agricultura com orientação mista. E dentre estes apenas aqueles em que a produção vegetal apresente o predomínio do sistema soja-trigo e;

\* os municípios com agricultura orientada para pecuária mas que apresentem incontrastável domínio do sistema soja-trigo na sua produção vegetal<sup>1</sup>.

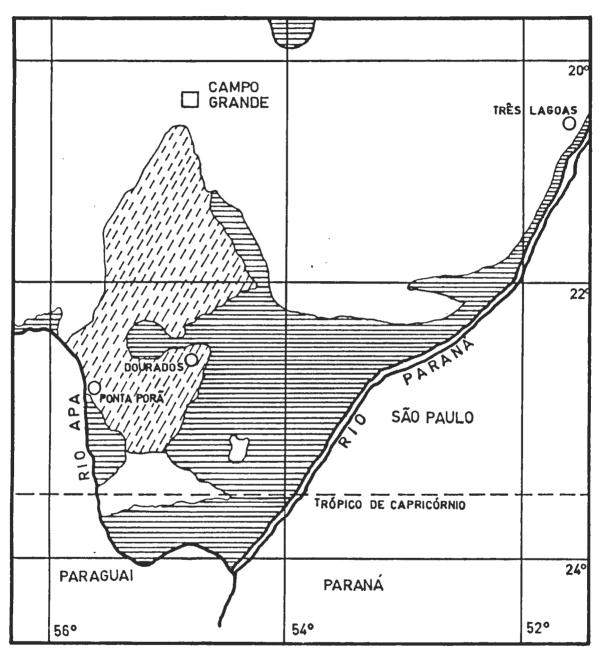
Como resultado da aplicação dos parâmetros enunciados, obtivemos um recorte espacial constituído de dez municípios que configurarão, para os fins da presente pesquisa, o Espaço de Dourados (Mapa 1).

<sup>1.-</sup> Esse parâmetro incluiu os municípios onde o valor da produção do sistema soja-trigo correspondia a 70% ou mais do valor total da produção vegetal.



### COBERTURA VEGETAL PRIMITIVA

SUL DE MATO GROSSO DO SUL



### LEGENDA:

Cerrado
Campo limpo
Mata tropical



#### 1.4 - As características físico-ambientais.

O espaço de Dourados situa-se na vertente ocidental da bacia do Rio Paraná, sobre planalto arenítico-basáltico, correspondendo mais precisamente à porção do Mato Grosso do Sul meridional delimitada pelos municípios de Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Itaporã, Maracaju, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia (Mapa 1). Esse espaço apresenta uma área total de 32.729 km² e alcançava em 1980 uma população de 271.635 habitantes.

Com relação às suas características físico -ambientais, nota-se na área a ocorrência de arenitos e derrames basálticos com predomínio de um clima quente e úmido, porém, já revelando tendência para o subtropical, ao apresentar temperaturas médias de inverno abaixo dos 19 graus celsius e a ocorrência frequente de geadas na sua porção mais meridional.

Relativamente à pluviosidade, a área desfruta de uma boa distribuição de chuvas ao longo do ano (com média de 1500 mm ao ano) o que não impede, no entanto, a existência, sobretudo entre junho a outubro (época de inverno), de certo período seco, percebido principalmente pelos agricultores.

A constituição pedológica é caracterizada pela presença, por um lado, de solos arenosos situados, a grosso modo, a partir do sul de Dourados até a fronteira paraguaia, cuja cobertura florística dominante é constituída por matas e cerrados e, por outro lado, de solos derivados dos derrames basálticos que se estendem como manchas do norte de Dourados até a proximidade de Campo Grande, com o predomínio de formações de campos e matas.

No passado, as porções mais ácidas deste solo basáltico sustentaram os conhecidos campos de vacarias, muito utilizados como pasto nativo nos primórdios da ocupação, enquanto as manchas mais semelhantes às terras roxas do Paraná mantiveram matas pluviais vigorosas, porém atualmente já praticamente devastadas pela ação predatória das madeireiras (Mapa 2).

Quase todos esses solos, salvo algumas exceções, são ácidos, sendo comum na área, um índice de acidez entre 4,5 a 5,5 de pH, o que aconselha a utilização de corretivos, os quais vêm sendo empregados de forma mais sistemática apenas a partir de 1970.

Para o cultivo do sistema soja-trigo, no entanto, a região foi considerada um sítio adequado. O importante

para a prática dessas lavouras foi a existência de extensas áreas planas propícias à mecanização, já que, nas condições postas atualmente, as insuficiências geo-químicas do solo podem ser reconstituídas artificialmente, através da incorporação de insumos: corretivos. nutrientes. etc.

Enfim, é sob estas condições ambientais que se deu e hoje continua em marcha a expansão das lavouras capitalizadas de soja e trigo que transformou essa área, em nossos dias, na principal produtora destes dois cereais no Mato Grosso do Sul. Ao mesmo tempo, essas duas culturas configuram o veiculo privilegiado da expansão do capital agroindustrial que, ao industrializar a agricultura (revolucionando a pecuária e a policultura comercial pré-existentes), desencadeia um vigoroso processo de mudança que atualmente remodela e fornece um novo papel econômico para o Espaço de Dourados.

#### II - DO DOMINIU DO CAPITAL COMERCIAL AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

2.1 - Dourados: um espaço opcional para a agricultura dos granjeiros.

Não é possível compreender o surto do binômio soja-trigo no Espaço de Dourados sem considerar um agente que decompenhará um papel de relevo nesse processo: o granjeiro gaúcho. Este constitui um tipo especial de agricultor com mentalidade empresarial consolidada, bom conhecimento do mercado, intimidade com o sistema financeiro e capacidade empreendedora. Como e por que tal categoria de agricultores empresariais dirigem-se, implantam-se e reproduzem-se no sertão do Mato Grosso do Sul é o que tentaremos examinar a seguir.

A resposta para essa questão deve ser procurada, em parte, nos rumos que tomou o processo pioneiro de medernização da agricultura ocorrido no Rio Grande do Sul a partir dos anos 50.

A origem desse processo modernizador do setor rural gaúcho encontra-se estreitamente vinculada à política do trigo adotada pelo Estado brasileiro na década de 50 e, de forma

mais enfática, a partir de meados dos anos 60, que buscava reduzir as importações desse cereal a fim de combater as sangrias produzidas pelas mesmas na balança comercial do país<sup>1</sup>.

Nesse período, passou-se a incentivar a expansão da triticultura no norte gaúcho através de dispositivos como crédito facilitado, juros subsidiados e a garantia de preços mínimos.

Assim, o cultivo intensivo do trigo iniciouse e progrediu rapidamente nas áreas de campo em torno de Passo Fundo, Carazinho, Ijuí, Santo Angelo, etc.

Desde o princípio, ainda nos anos 50, o trigo era produzido consorciado com a soja, aquele cereal na qualidade de lavoura principal e a leguminosa como cultura secundária, o que apresentava mais de uma vantagem para o agricultor, ao tornar possível aproveitar as mesmas terras, já que uma é cultura de inverno e a outra de verão, a fertilização utilizada na primeira lavoura é reutilizada na segunda e torna possível um emprego mais

<sup>1.—</sup> As compras de trigo no exterior representavam um problema para a política de substituição de importações,em curso nesse período, na medida que comprometiam os saldos na balança comercial que financiavam a compra de tecnologia e maquinaria industrial no mercado externo.

intensivo e permanente da maguinaria.

Fato relevante, no entanto, é notar que desde o início desse processo os que partiram para a lavoura moderna do trigo alto foram os produtores tradicionais da região — os colonos e os grandes criadores gaúchos, mas habitantes das cidades práximas que de alguma forma encontravam—se relacionados com as atividades agrícolas, muitos, inclusive, tendo construído seu patrimônio a partir da exploração dos antigos colonos da região. Tratava—se de pequenos industriais, comerciantes, especuladores, etc, conhecedores das vantagens financeiras que se apresentavam naquele momento para quem optasse pela produção do trigo.

Assim.

"Com uma visão empresarial, certo conhecimento das atividades agrícolas e certo capital próprio, estes citadinos iniciaram o processo de modernização da agricultura região. Com eles surgia também nocenário sócio-econômico uma nova interesses categoria social com específicos: os granjeiros."

<sup>1.-</sup> BRUM, Argemiro. Modernização da agricultura: trigo e soja. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 75.

Essa nova classe social é o resultado dos generosos incentivos ofertados pelo Estado. Tais produtores, em resposta aos subsídios do crédito rural, revelar-se-ão os mais adequados na promoção de uma nova agricultura estreitamente vinculada ao complexo agroindustrial, praticada em modernas granjas<sup>1</sup>, com larga utilização da tecnificação e consumidora voraz de todo o tipo de subvenção disponível.

Essa nova categoria social de produtores empresariais é, assim, em boa medida, resultante de uma política de Estado que, nesse período, mesmo de maneira tímida e localizada, já apontava em direção a um processo de modernização do mundo rural. A classe dos granjeiros encarna, já nesse momento, o padrão de produtor rural adequado a uma agricultura sob o domínio do complexo agroindustrial, o que efetivamente terminará consumando-se poucos anos mais tarde.

Em função dessa política estatal promotora da triticultura moderna, um pouco mais tarde, também os colonos gaúchos, pequenos produtores praticantes de uma agricultura

<sup>1.-</sup> Granja no Rio Grande do Sul tem um significado distinto do prevalescente no resto do País onde o termo está relacionado a estabelecimento de criatório de aves. Naquele Estado do Sul, ele denomina também o estabelecimento de cultivo de lavouras. Esta última acepção também tem curso no Espaço de Dourados.

tradicional baseada na policultura, abandonaram esta última e aderiram às lavouras modernas de trigo e soja agregando-se e ampliando a nova classe social dos granjeiros.

Por outro lado, essa agricultura moderna vai, paulatinamente, ocupando as terras de campo do norte gaúcho subtraindo-as das antigas estâncias de criatório bovino; esse processo é ademais facilitado por uma conjuntura favorável produzida pela situação difícil de muitos criadores que, a partir dos anos 50, passam a enfrentar uma forte concorrência de pecuaristas argentinos e uruguaios, fato que termina induzindo ao arrendamento, e em algumas situações, até mesmo à venda de suas terras para granjeiros.

Com a intensificação desse processo modernizador, observou-se até mesmo a rápida expansão dessas lavouras modernas da área pioneira em direção ao sul do Estado, ocupando todas a terras que se mostraram viáveis para o cultivo do binômio soja-trigo.

O esgotamento das fronteiras do interior do Rio grande do Sul, juntamente com a rápida valorização das terras, uma acelerada concentração fundiária e um contingente crescente de produtores sem terras ou com terras insuficientes,

logo colocou para muitos granjeiros, sobretudo os menores, a necessidade preemente de procurar novas terras para a reprodução de suas granias.

Já na segunda metade dos anos 60, o Paraná passa a ser celeremente ocupado por gaúchos que implantaram nesse Estado o padrão de agricultura moderna desenvolvida pelos granjeiros. Com o avanço da modernização, no entanto, repete-se no Paraná os mesmos problemas verificados nos campos gaúchos, transformando-o rapidamente também em área de evasão.

Nesse contexto, o Espaço de Dourados surge como espaço opcional para a reprodução dessa agricultura moderna para onde se dirige, principalmente a partir do início dos anos 70, parcela desse contingente de granjeiros que aí passa a introduzir as lavouras mecanizadas de trigo e soja.

O espaço em questão oferecerá um conjunto de vantagens que facilitará a rápida expansão dessa agricultura moderna entre as quais podemos destacar: um meio extremamente favorável onde predomina largas extensões de terras planas ou de reduzida declividade, adequadas ao emprego intensivo da mecanização; o baixo custo das terras que com freqüência permitía aos granjeiros, com o valor da venda de seus pequenos patrimônios

no Sul, adquirirem cinco, seis e em alguns casos nove vezes mais terras nessa porção meridional do Mato Grosso do Sul; e a presença de algumas coincidências ambientais, sobretudo a semelhança de clima e a presença no Espaço de Dourados dos mesmos campos de barba-de-bode (aristida pallens) onde tão bem se adaptaram e se expandiram as culturas pioneiras do trigo e da soja nas terras gaúchas.

Assim, a maioria dos imigrantes, oriundos das porções norte e centro-norte do Rio Grande do Sul, onde predominavam esses mesmos campos abertos de barba-de-bode, são tomados de franco entusiasmo ao se depararem no sertão do Mato Grosso do Sul com condições tão favoráveis e com essa paisagem familiar.

Cedo, no entanto, perceberão que essa semelhança é em parte aparente e que o meio reserva algumas surpresas que logo se manifestarão de forma problemática para os granjeiros pioneiros.

## 2.2 Colonos e criadores na esfera de domínio do capital comercial.

Quando os primeiros granjeiros gaúchos chegaram à porção meridional do Mato Grosso do Sul a partir do final dos anos sessenta e início da década de setenta se depararam com uma típica área de fronteira agrícola em rápido processo de ocupação<sup>1</sup>.

A organização dessa fronteira baseava-se na coexistência de três espaços distintos definidos por processos diferenciados de ocupação: havia as áreas de campos nativos, locus de reprodução de uma pecuária tradicional; as extensões de mata em processo de derrubada e aproveitamento por uma pecuária

<sup>1.—</sup> O dinamismo da ocupação pode ser constatado pela análise de alguns dados. No período de 1960-1970 o contingente demográfico do Espaço de Dourados apresentou uma rápida evolução. Sua população total que em 1960 somava 139.801 habitantes, saltou dez anos depois para 215.387 habitantes. Esse incremento resultou em uma dilatada taxa média de crescimento anual de 4,4% a/a. Para não se ter dúvida da natureza rural desse crescimento é necessário ressaltar que a população do campo representava em 1970, 64,8% do contingente total.

melhorada; e as porções de mata ocupadas por pequenos produtores fixados por diversos projetos de colonização.

Articulando esses diversos espaços ao mercado, sobretudo o paulista, havia casas comerciais, os beneficiadores, os intermediários com suas frotas de caminhões escoando as riquezas locais, fornecendo os bens de consumo necessários e apropriando-se dos excedentes.

O espaço produzido pela pecuária tradicional estreitamente relacionado às formações de campos limpos situados na porção oeste do cone sul do Estado, estendia-se em forma de extensa mancha desde o norte de Amambai até as proximidades de Campo Grande.

Esses campos, desde o início do século passado, vinham sendo ocupados por criadores mineiros e gaúchos com uma pecuária extensiva, de corte tradicional, praticada em grandes estabelecimentos e de rendimento muito reduzido.

No final dos anos 60, a situação permanecia inalterada, eram raros os pastos plantados, o gado era criado em cima das gramíneas nativas ( o capim barba-de-bode (Aristida pallens), o mimoso miúdo (Panicum Capilaceo) e o branco felpudo

(Andropagen sp)) que apresentavam baixíssima capacidade de lotação — mais de 5 ha. e por vezes até 10 ha. por cabeça. E os rebanhos eram na sua quase totalidade constituídos pelo tucura, como era denominado na região o boi pé-duro, com raça menos definida, sem padrão técnico e com baixa produtividade.

Era uma pecuária exclusivamente de cria e recria cuja articulação com o mercado se dava através do fornecimento às invernadas paulistas de gado magro para engorda, sobretudo as situadas em Andradina, Barretos e Araçatuba.

Havia todo um esquema de comercialização montado que possibilitava o recolhimento e escoamento regular do gado magro sul-mato-grossense para as invernadas de São Paulo.

Os invernistas e algumas firmas compradoras de gado paulistas dispunham de elementos próprios, os boiadeiros, que se dirigiam para essa porção meridional do Mato Grosso do Sul a fim de adquirirem lotes de bezerros erados (garrotes, em geral de três anos, que se encontravam prontos para a engorda na invernada).

Os boiadeiros se dirigiam normalmente aos grandes fazendeiros sul-mato-grossenses. Estes últimos, além de

seus próprios animais, se encarregavam de recolher, através da compra, a maior parte dos bezerros disseminados nos pequenos estabelecimentos da região.

Cada grande fazendeiro local dispunha de compradores de bezerros que adquiriam os garrotes desmamados (em geral de 1 ano) de pequenos criadores e colonos (era comum estes disporem de uma ou duas vacas com bezerros a fim de lhes garantir o abastecimento de leite).

Este procedimento possibilitava aos fazendeiros reunir grandes lotes de 200, 300 e por vezes 400 cabeças que eram negociadas diretamente com os boiadeiros. Tal esquema naturalmente era conveniente para estes últimos, por dispensá-los de despender tempo na demorada tarefa de negociar com cada um dos inúmeros pequenos proprietários de bezerros da região.

O mesmo esquema revelou-se também conveniente para os grandes criadores que se aproveitavam da permanente situação de instabilidade dos pequenos produtores para pagar-lhes preços aviltados por seus bezerros.

relações econômicas As nessa pecuária primitiva se ressentiam de uma certa escassez de meio circulante, motivo pelo qual o boiadeiro era aquardado com certa ansiedade pelos criadores locais, pois ele, ao adquirir o gado oxigenava essa economia com a injeção de um artigo escasso: a moeda. Na verdade, os estabelecimentos pastoris desse periodo apresentavam um grau elevado de autarquização. Eram unidades quase autosuficientes que produziam a maior parte de seus próprios bens de consumo abastecendo-se no mercado apenas de alguns poucos artigos.

Os boiadeiros, em seguida à organização de um agrupamento de vaqueiros — a comitiva, reuniam uma boiada de 2000 a 3000 cabeças e a conduzia, tangida à cavalo, até Porto Quinze às margens do rio Paraná onde era transportada em barcaças para São Paulo. Após um período de engorda nas invernadas, os criadores paulistas revendiam esse gado aos frigoríficos para o abate.

feita Inicialmente essa engorda era exclusivamente invernadas paulistas. posteriormente. nas depois de 1970, parcela desse gado magro passou a sobretudo fornecido para as áreas de mata dessa porção meridional do Mato Grosso do Sul onde, nesse período, encontrava-se em processo de pastos expansão pecuária melhorada, com plantados de uma

colonião.

Esta pecuária praticada em melhores condições foi introduzida nos anos 50, mas se expandiu de forma mais intensa a partir do início dos anos sessenta. Foi desenvolvida, no princípio, por mineiros da região do Triângulo que, objetivando ampliar seus negócios, adquiriram terras nessas áreas de mata e instalaram aí seus estabelecimentos de criatório bovino. Posteriormente, foi expandida por paulistas e paranaenses que, ao verem malogradas suas tentativas de cultivo do café nas áreas de mata desta porção sul-mato-grossense<sup>1</sup>, devido às adversidades climáticas (geadas) e à queda do preço do produto, resolveram transformar seus estabelecimentos de cafeicultura em fazendas de gado.

Esses pecuaristas, motivados pelo reduzido preço das terras, na época um bem abundante e de pouco valor, compravam em regra grandes extensões nas áreas de mata<sup>2</sup>.

<sup>1.-</sup> A cultura do café no Mato Grosso do Sul meridional foi iniciada por cafeicultores do oeste paulista a partir dos anos 50. Na década de 60 cafeicultores paranaenses também se somarão aos primeiros paulistas. No entanto, dado o surgimento de uma série de adversidades, por volta de 1966 as plantações de café no sul do Mato Grosso do Sul já eram uma atividade em decadência.

<sup>2.-</sup> As maiores propriedades existentes hoje no Mato Grosso do Sul foram formadas nesse período - anos 50 e 60

A maior parte desses proprietários eram absenteístas que, devido à precariedade das condições infraestruturais existentes nesse período no Mato Grosso do Sul, optaram por continuar residindo em seus locais de origem. Eles deixavam para administração do estabelecimento um capataz, alguém de confiança que traziam de suas regiões de origem.

Esses criadores de fora trabalhavam com uma pecuária de corte mais evoluída. O gado era de melhor qualidade, não mais o tucura das áreas de campo, agora o predomínio passa a ser do nelore e do zebu. Da mesma forma utilizavam com freqüência pastagens artificiais, normalmente o colonião, a primeira forragem introduzida na região em larga escala, também foi plantado, com menor intensidade, o jaraguá.

No entanto, a abertura dessas áreas raramente era realizada diretamente com o pasto. O desmatamento, com freqüência financiado pelo Banco do Brasil, era seguido do cultivo de lavouras intermediárias como o arroz e o algodão que preparava a terra para a introdução posterior da pastagem.

Na derrubada da mata se empreitava mão-deobra nordestina. Nesse período muitos nordestinos entraram na região para realizar a abertura dessas áreas para o pessoal de fora. Alguns vinham diretamente do Nordeste, outros tinham passagens por São Paulo ou pelo norte do Paraná. Todos trabalhavam em condições extremamente aviltadas.

Nesse caso era frequente o proprietário contratar um habilitado, ou gato, como era conhecido o intermediário que se encarregava de arregimentar os trabalhadores nordestinos para realizarem o desmatamento. O pagamento dos trabalhadores era efetuado por este serviço ao fim do que eram dispensados.

Mais raramente se lançava mão do agricultor intermediário para a abertura. Após o desmate este agricultor cultivava dois ou três anos de roça tendo o compromisso de no final desse período devolver a terra com o pasto semeado.

Α mata era derrubada machado posteriormente queimada, permanecendo os tocos e os restos de troncos carbonizados. Uma parte da madeira era aproveitada negociada com as madeireiras, porém não toda, muita madeira nobre mais afastadas foi queimada, principalmente nas áreas COM dificuldade de escoamento. O plantio das culturas intermediárias era realizado em meio aos tocos remanescentes.

Quando a abertura era realizada com mão-deobra empreitada, utilizava-se o meeiro para a etapa seguinte, a
formação de pastagem. Aquele recebia a cedência da terra por dois
ou três anos para cultivar suas roças de milho, feijão, arroz e,
menos freqüentemente, algodão. O resultado da colheita era
dividido com o proprietário. Através deste sistema, este último
garantia os recursos necessários para a aquisição das sementes de
forragem que seriam semeadas pelos meeiros após o término do
período de cedência da terra.

No final desse processo, o proprietário obtinha uma fazenda com pastagem artificial formada a um custo reduzido. O restante — a aquisição dos rebanhos, currais e demais infra-estruturas — era garantido pelos financiamentos do Banco do Brasil.

Com relação à comercialização observaram-se algumas mudanças. Essa pecuária mais evoluída dispensava a intermediação das invernadas paulistas e passou a abastecer diretamente a rede de frigoríficos do planalto ocidental de São Paulo, sobretudo da Alta Sorocabana, não mais com o tradicional tucura, o boi magro da área de campo, mas com um produto qualitativamente superior, o zebu e o nelore, agora engordados nas próprias invernadas do Mato Grosso do Sul merídional.

Essa pecuária mais evoluída, implantada por proprietários absenteístas de Minas Gerais e São Paulo, ao ocupar porções das áreas de mata, produziu um espaço estruturado fundamentalmente em torno da grande fazenda de criação.

Neste mesmo domínio da mata, um processo de ocupação, iniciado anteriormente e dirigido por diversos projetos de colonização, determinou, entretanto, um ordenamento espacial diferenciado com base na disseminação da pequena propriedade policultora, radicalmente destoante do tradicional contexto latifundiário sul-mato-grossense.

Foram diversos os projetos de colonização implantados no cone sul do Estado. Entre as iniciativas da esfera pública destaca-se a Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND<sup>1</sup>, criada em 1943 no bojo das políticas do Estado Novo de

<sup>1.-</sup> Este projeto de aproximadamente 300.000 ha. ocupou uma parcela das áreas rurais dos atuais municípios de Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis e Angélica.

marcha para o oeste e de nacionalização das fronteiras<sup>1</sup>, que distribui gratuitamente na região mais de 6000 lotes com dimensões em torno de 30 ha., para agricultores sem terra, sobretudo nordestinos.

Nos anos 50 as oportunidades de bons negócios que se apresentavam nessa região, em função do grande estoque de terras devolutas disponíveis, do seu valor irrisório e sobretudo da chegada da estrada de rodagem em 1955 à Dourados, atrairão a atenção de capitais privados que, atuando conjuntamente com o governo mato-grossense redirecionarão o projeto original de colonização estatal (que não se pautava pela distribuição da terra enquanto mercadoria) orientando-o para a especulação

<sup>1.-</sup> Em fins dos anos 30 uma parcela significativa do Mato Grosso do Sul meridional, área de fronteira e um dos principais cenários Guerra do Paraguai, encontrava-se ocupada pela Cia. Laranjeira, empreendimento estrangeiro apoiado capitais em argentinos e ingleses. Essa companhia detinha o controle área de mais de 2.000.000 ha. uma onde explorava extensas reservas nativas de erva-mate. Segundo Foweraker "em 1943, Vargas Território Federal de Ponta Porã e, no ano sequinte, anulou os direitos da companhia dentro do Território...com o fim de romper com o que era um controle estrangeiro de uma região de política. A fronteira intenção implícita n a fundação território era de abrir e desenvolver essas regiões de fronteira mediante colonização"´ (FOWERAKER, Joe. A luta pela terra. Rio de 1982, p.35). A CAND, apesar de só ter Zahar, efetivamente implantada em 1948, é criada (através do Decreto-Lei 5.941 de 28/10/43). Simultaneamente à fundação do Território representando a consolidação Federal, Cl ët estratégia nacionalização das fronteiras do Estado Novo nessa porção sulmato-grossense.

imobiliária e a colonização privada.

Essas oportunidades de bons negócios determinarão o esquadrinhamento de grandes extensões das áreas de mata<sup>1</sup> pelas companhias colonizadoras. Entre os empreendimentos privados de maior porte se sobressairam os centros de colonização da Cia. Viação São Paulo Mato Grosso (em terras dos atuais municípios de Bataiporã, Anaurilândia e Bataguassu), da Cia. Moura Andrade (Nova Andradina) e da Cia. Melhoramentos e Colonização S.A. — SOMECO (Ivinhema).

Em função da renda da terra cobrada por essas companhias privadas, os colonos que tiveram acesso a seus lotes não foram os nordestinos ou agricultores destituídos de recursos como ocorreu na CAND, mas pequenos produtores que dispunham de um mínimo de capitalização.

<sup>1.—</sup> A intervenção do governo Vargas ao combater o domínio da Cia. Mate Laranjeira sobre grandes extensões de terra no sul do Estado, cuja presença por muito tempo atuou como um tampão dificultando a ocupação dessa porção meridional do Mato Grosso do Sul por pequenos produtores migrantes, terminou por liberar uma enorme quantidade de terras e desencadeou uma verdadeira corrida especulativa em direção a essa área por parte dos capitais do sul-sudeste (ver: LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha — A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 6, número 12, mar/ago 1986, p. 47-64.).

O sistema de produção predominante em todas essas colônias públicas e privadas baseava-se numa associação entre lavouras para auto-abastecimento (sobretudo o feijão, milho, arroz e a mandioca) que regularmente também forneciam excedentes para a venda e as culturas estritamente comerciais (basicamente o algodão e o amendoim).

Porém. todos os colonos nem cultivavam culturas comerciais, sobretudo no CAND havia um certo número que praticava uma economia de auto-abastecimento muito acentuada. mantendo escassas relações com o mercado. Procuravam este último apenas para se abastecerem de alguns poucos produtos essenciais e eram impossíveis de serem produzidos que no estabelecimento rural (como o sal, o querosene e o açúcar).

No que se refere às culturas comerciais observava-se que apresentavam uma reduzida produção por lotes já que estes estabelecimentos como vimos eram de pequeno porte (por volta de 30 ha.). No entanto, a produção da totalidade das colônias alcançava volumes significativos.

A tecnologia empregada era bastante rudimentar predominando os instrumentos manuais ou de tração animal. A utilização de tratores era rara, por um lado, porque após a derrubada da mata a área não era destocada, plantando-se, em regra, entre os tocos remanescentes o que dificultava o

emprego da mecanização, e por outro lado, porque a renda de um lote era insuficiente para a aquisição de um trator.

É nesse espaço, organizado pelos diversos projetos de colonização e povoado por um extenso contingente de pequenos produtores, que se torna mais evidente a presença e o domínio do capital comercial.

Esse era um mundo que tinha na figura do comerciante seu centro dinamizador. Este agente era o responsável não apenas pelo fornecimento dos bens de consumo imediatos, mas também dos instrumentos de produção, detendo o controle do escoamento da produção e de parcela importante do crédito, além de ser o organizador dos esquemas de comercialização e seu principal beneficiário.

Os comerciantes ao controlarem uma parte substancial do crédito e sua distribuição, montam uma engrenagem que subordina os colonos e subtrai-lhes os excedentes.

Naquela época, o crédito rural, mesmo o oficial, era desorganizado e escasso, havendo certa dificuldade de acesso a este crédito por parte dos colonos. Embora o Banco do Brasil os financiassem, não havia recursos suficientes para atender a todos. Freqüentemente um número substancial desses agricultores ficavam excluídos de tal benefício.

Os comerciantes que dispunham de algum volume de recursos passaram a financiar as lavouras dos pequenos através do fornecimento de meio circulante ou produtores do abastecimento de sementes, inseticidas e instrumentos de trabalho por conta da produção futura. Na época da colheita os amortizavam a divida fornecendo parcela ou o total de sua produção ao comerciante.

Esses financiamentos eram acertados através de um compromisso informal. Porém, apesar da informalidade era geralmente cumprido à risca por parte do produtor que fornecia sua produção ao credor.

Nessa relação havia frequentes problemas de aviltamento dos preços dos produtos agrícolas. O comerciante aproveitando—se de seu maior dominio do mercado e do compromisso do colono de lhe fornecer a produção como forma de saldar sua dívida encontrava mais de uma oportunidade de manipular os preços em seu próprio benefício.

Lançando mão desse tipo de expediente, muitos comerciantes enriqueceram às custas dos colonos. Não foram poucos os que se tornaram fazendeiros açambarcando as terras destes pequenos produtores. Isto ocorreu com freqüência quando estes últimos, em épocas de má colheita, não conseguiam saldar suas

dívidas, vendo-se na contingência de vender a terra, via de regra para o próprio credor.

Em função dessas práticas pouco escrupulosas e principalmente devido aos juros escorchantes impostos, esses conveciantes tornaram-se conhecidos localmente pela sugestiva denominação de marreteiros.

Tais comerciantes, disseminados pelo espaço do cone sul do Estado, na realidade desempenhavam a função de intermediários que arrebanhavam a produção local, principalmente o algodão e o amendoim, e a revendia em São Paulo, abastecendo sobretudo as indústrias de óleos da Alta Sorocabana.

Esta rede de comerciantes detinha frotas próprias de caminhões que garantiam, não apenas o controle sobre o recolhimento e o escoamento da produção para o mercado paulista, mas representavam um fator a mais de subordinação dos colonos que não dispunham destes meios de transporte.

As diversas casas comerciais com portes diferenciados distribuíam—se entre o conjunto rarefeito de cidades locais e os inúmeros vilarejos que se multiplicavam com relativa rapidez em meio às colônias.

Por outro lado, o processo de colonização, ao atrair um contingente numeroso de pequenos produtores e fixar

uma parcela desta população no cone sul do Estado, veio a criar um importante mercado consumidor o qual dinamizou não apenas a vida econômica, mas contribuiu para acelerar o processo de urbanização. É nesse período que Dourados se diferencia de Ponta Porã, iniciando o processo de centralização das funções econômicas desse espaço e que se esboça o embrião da rede urbana presente atualmente nesta porção do Mato Grosso do Sul meridional.

Quem dinamizou Dourados e lhe imprimiu um crescimento mais intenso destacando-o dos demais centros foi a CAND, o maior projeto de colonização instalado no Mato Grosso do Sul, que, ao atrair um fluxo numeroso de força de trabalho, criou um mercado consumidor importante para a economia local (foram distribuídos lotes para 6.200 famílias o que representou a adição de um contingente em torno de 25.000 novos habitantes rurais<sup>1</sup>).

A repercussão da CAND na rede de cidades não se resumiu no entanto à dinamização e ao novo patamar assumido por Dourados. Vários outros centros urbanos — Deodápolis, Glória

<sup>1.-</sup> Esse contingente demográfico é uma estimativa inferida a partir do número de lotes distribuídos que conforme o Relatório e Exposição sobre Atividades Fundiárias elaborado em 1984 pela Coordenadoria Regional do MS do INCRA somaram 6200 unidades. Admitindo-se que cada família contemplada com um lote tivesse em média quatro membros obteremos um total de 24.800 novos habitantes.

de Dourados (antiga Vila Glória) e Fátima do Sul (antiga Vila Brasil), nasceram e se expandiram a partir dos estímulos ofececidos pela Colônia.

Em outras regiões do sul do Estado o papel da colonização na montagem da rede de cidades foi intensificado com a atuação dos projetos privados. Sobretudo os grandes empreendimentos, Cia. Viação São Paulo-Mato Grosso, Cia. Moura Andrade e SOMECO, vieram a originar diversos novos centros urbanos, alguns decorrentes do planejamento prévio, núcleos preconcebidos dotados de serviços básicos de apoio às colônias e que posteriormente evoluíram para a situação de cidades autônomas - Bataguassu, Ivinhema e Nova Andradina<sup>1</sup> - outros que surgiram na esteira da dinamização desencadeada pela implantação destes projetos - Bataiporã, Anaurilândia, etc (Mapa 3).

No que diz respeito a esse espaço alvo das

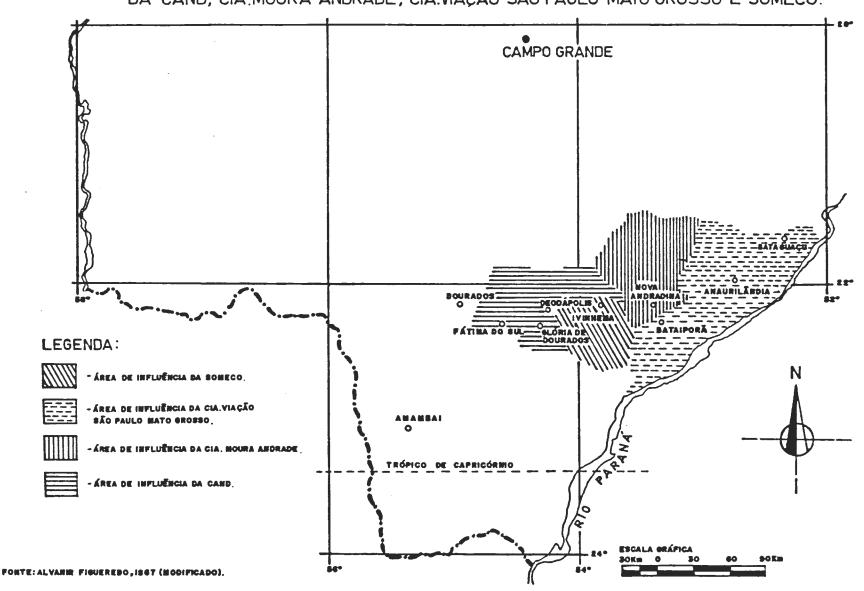
<sup>1.-</sup> Bataguassu surgiu de um empreendimento colonizador de Jam Antoni Bata, proprietário da Cia. Viação São Faulo-Mato Grosso que em 1932 adquiriu grandes extensões de terra entre os Pardos e Paraná. O núcleo de Bataguassu é implantado em 1941 como sede administrativa do empreendimento colonizador. For sua promovida Nova Andradina foi originalmente a sede da colonização pela Cia. Moura Andrade nas altas bacias dos rios Samambaia, Bento e Inhanduí-Guaçu. Da mesma forma, Ivinhema foi o centro administrativo | do loteamento fomentado pela Sociedade Melhoramento e Colonização — SOMECO — nas terras dos vales médio e inferior do rio Ivinhema.

intervenções de diversos projetos de colonização, o mais importante , porém, é perceber como o mesmo é um protótipo do espaço moderno, cuja organização é dirigida pelas modernas técnicas do planejamento que o esquadrinha, setorializa-o e dota-o de equipamentos e certas relações de produção, viabilizando nesse movimento a acumulação e a reprodução das relações sociais próprias do capital.

Mato Grosso do Sul austral, baseado na existência destes três espaços diferenciados, cada qual apresentando características sócio—ambientais específicas, será fundamental para a compreensão da forma como penetrou e posteriormente se expandiu o moderno sistema soja—trigo dos granjeiros no Espaço de Dourados.

## PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

DA CAND, CIA.MOURA ANDRADE, CIA.VIAÇÃO SÃO PAULO MATO GROSSO E SOMECO.



2.3 - O granjeiro: vetor do domínio agroindustrial no Espaço de Dourados.

Até o final dos anos 60, as relações e a organização do espaço rural no Mato Grosso do Sul meridional se processavam sob o domínio do capital comercial que funcionava com a como de comercial que funcionava período, observa-se a paulatina ascensão de novo núcleo de dinamização centralizado no complexo agroindustrial, cujo poder instituirá novas relações e desencadeará uma reestruturação do espaço.

Os granjeiros gaúchos desempenharam um papel central na introdução desse novo eixo dinâmico. Eles cumpriram no Mato Grosso do Sul austral a função de veiculadores de uma agricultura subordinada aos interesses e estratégias daquele complexo. Foram os agentes responsáveis pela abertura desse espaço ao domínio do CAI. Nesse sentido, funcionaram como verdadeiros vetores dessa dominação.

Aqui analisaremos a primeira fase da expansão

do CAI no Mato Grosso do Sul meridional. Este estádio corresponde à entrada dos primeiros agricultores do Sul e à introdução do sistema soja-trigo. Os granjeiros, nesse momento, exercem a função de linha de frente do complexo agroindustrial. Eles abrem o espaço e implantam a lavoura mecanizada costurando as condições necessárias para a expansão ulterior do processo de agroindustrialização.

Trata-se de uma etapa onde os granjeiros agirão por conta própria, sem contar ainda com um apoio amplo do Estado e enfrentando condições claramente adversas para a implantação de seu sistema mecanizado.

É sobretudo uma fase de enfrentamento de obstáculos onde os agentes deste moderno sistema agrícola se depararão com um conjunto de problemas: um ambiente tecnológico rarefeito, escassez de infra-estruturas, um relativo desconhecimento do meio etc. Tais vicissitudes definirão esse estádio pioneiro como um período de avanços, retrocessos e incertezas.

Por outro lado, trata-se de uma etapa onde o projeto dos granjeiros se deparará com estratégias estatais já em curso nesse espaço (como o incentivo, via crédito rural, à

introdução da pecuária melhorada nas áreas de mata).

Nessa fase os lavoureiros gaúchos dessa porção austral do Mato Grosso do Sul produzirão pressões crescentes sobre o aparelho de Estado cobrando medidas de suporte a seus empreendimentos. Constituirão canais de reivindicação (Sindicato Rural, Cooperativa Tritisoja) que utilizarão para reverter as políticas públicas em benefício dos interesses da lavoura mecanizada.

A partir de 1968 e de forma mais intensa na primeira metade dos anos 70 tem início a entrada dos granjeiros na porção meridional do Mato Grosso do Sul. Nessa fase o moderno sistema soja-trigo desses agricultores foi introduzido preponderantemente no espaço organizado e ocupado pela pecuária tradicional. Os tratos de campo apresentavam diversas vantagens para a implantação desse sistema de lavouras.

Um forte motivo de atração residia no pequeno custo de introdução da lavoura nestas áreas. Por se tratar de campos abertos, a limpeza destes é processada com baixo dispêndio de capital. Não existindo vegetação fechada nem árvores de grande porte, mas apenas alguns arbustos rarefeitos em meio ao tapete de gramíneas, o desimpedimento destas áreas e a implantação das

culturas mecanizadas tornou-se um empreendimento barato e rápido.<sup>1</sup>

Os espaços da colônia e da pecuária melhorada apesar de em regra apresentarem solos mais férteis colocavam nessa fase um obstáculo de monta para a viabilização da lavoura mecanizada. Quando não havia pura e simplesmente a barreira da mata cerrada tinha-se que tanto o pasto artificial dos criadores quanto a policultura dos colonos eram praticados entre os tocos remanescentes da mata recém abatida. O custo do destocamento ao envolver grande dispêndio de tempo de trabalho, a utilização de escavadeira e mesmo dinamite, tornava essa tarefa onerosa para o orçamento dos granjeiros.

Um outro motivo decisivo que serviu para atrair o interesse dos granjeiros foi o baixo preço da terra nas

<sup>1.</sup>A limpeza destas áreas exigia apenas a utilização de um trator e um arado pesado. O único problema relacionava-se à guavira, arbusto comum nesses campos, devido às suas raízes abundantes e de difícil remoção. Tais raízes, não raro, permaneciam após o desmate.O custo desse processo de abertura reduzido, principalmente quando comparado com outras conforme demonstra Falloux que os levantou no período de entrada dos primeiros granjeiros. No campo limpo "o custo desse trabalho é da ordem de Cr\$ 100,00 por hectare", já nas áreas de cerrado "o custo de limpeza é de cerca de Cr\$ 300.00 a Cr\$ hectare de acordo com a espessura do cerrado". (FALLOUX, F. n problemas fenôm**e**no trigo-soja. Conseqüências е 0 desenvolvimento rural da região sul de Mato Grosso. Governo de Mato Grosso. Secretaria da Agricultura 1972 (mimeo) p. 7).

áreas de campo. Eram as superfícies mais baratas da fronteira agrícola. Nesse contexto, não foi difícil para os gaúchos seduzirem os criadores tradicionais com ofertas de compra de suas terras até então tidas de pouco valor. 1

A organização espacial produzida por essa pecuária tradicional será mais um fator de viabilização para a agricultura dos granjeiros. Os gaúchos ao chegarem encontraram estabelecimentos de proporções adequadas para a lavoura mecanizada já formados.

A dimensão dessas fazendas de pecuária extensiva — de 500 a 5000 ha. — irá satisfazer uma importante necessidade da moderna lavoura capitalizada: a existência de uma certa escala mínima de produção para um retorno compensador. Ademais, estabelecimentos com tal extensão contemplavam o desejo de crescimento do pequeno granjeiro gaúcho que saiu do Sul

<sup>1.</sup>A intensificação do fluxo de gaúchos para o Espaço de Dourados e o conseqüente aumento da procura por terras da parte desses lavoureiros do Sul desencadearam uma rápida valorização das mesmas, sobretudo aquelas situadas nas proximidades dos centros de maior desenvolvimento do sistema soja-trigo como Dourados, Maracajú, etc.

O preço da terra que em 1968 se encontrava por volta de Cr\$20,00/ha. disparou e em 1971 já ultrapassava os Cr\$ 1.000.00/ha. (Falloux, Op.cit.p.20). Após essa rápida valorização muitos granjeiros, sobretudo os menores, descartaram a compra da terra e optaram pelo arrendamento que a partir desse período tornou-se uma prática comum.

porque ambicionava se expandir e trocar seus reduzidos tratos de terra por superfícies mais dilatadas em outras áreas.

abertura dessas áreas de campo pelos granjeiros não era realizada diretamente com a soja, intermédio do arroz de segueiro no papel de cultura intermediária. Esta lavoura era praticada durante um ou dois anos e somente após este período introduzia-se a soja.

Procedia-se dessa forma porque arroz 0 apresentava a vantagem de possuir um custo de produção baixo. Era uma lavoura menos exigente em termos de tecnologia, fertilidade do solo e de sua correção. Bastava a aquisição dispensando o comprometimento de recursos com semente. aquisição de adubos e corretivos. Também não exigia terras bem preparadas. Lançava-se a semente em solos precariamente ar oteados, contendo ainda restos de vegetação nativa e raízes.

Essa era uma situação freqüente nas áreas de campo recém abertas devido à presença da guavira de enraizamento profundo e extremamente ramificado, de difícil eliminação. Tal contratempo dificultava a semeadura da soja, uma lavoura de trato mais exigente. Plantava-se então o arroz no primeiro ano para, na safra seguinte, introduzir-se a soja. No decorrer desse prazo a

maior parte daquele enraizamento decompunha-se e desaparecia sem ouerar em demasia os custos dessa primeira fase.

Assim, o arroz permitia ao granjeiro superar a clapa decisiva da abertura da área e instalar-se como produtor rural sem o dispêndio de grande volume de capital.

É importante sublinhar, por outro lado, que nessa fase inicial a transferência desse contingente de lavoureiros gaúchos é um processo abrangente. Não é apenas o granjeiro, mas também as sementes, os implementos, o pessoal especializado (tratoristas e mecânicos) enfim, é todo o sistema agrícola que é literalmente transposto em bloco do Sul para as novas paragens sul-mato-grossenses.

Os granjeiros se desfaziam de suas propriedades e partiam em busca de maiores extensões de terras. Contudo, dado o ineditismo da experiência da lavoura mecanizada no Mato Grosso do Sul eram obrigados a trazerem consigo praticamente tudo desde o mais simples instrumento de trabalho à mão-de-obra especializada. Não obstante a precariedade das vias de circulação, muitos chegaram a transportar até mesmo suas máquinas colhedeiras e tratores.

Esse primeiro momento de implantação de um sistema agricola transposto será uma fase de crescimento rápido e do entusiasmo, mas ao mesmo tempo se revelará também um processo atribulado, pontuado por um enredo de obstáculos. Na verdade, um comjunto de percalços transformará a implementação do projeto da lavoura mecanizada no Mato Grosso do Sul meridional em um empreendimento incerto. Essa primeira fase se caracterizará, em grande medida, pela incerteza.

Por um lado, a soja e o trigo (este último quando não é afetado por distúrbios climáticos : geadas e secas) apresenta um bom desempenho nos solos derivados de basaltos. Os preços no mercado são francamente favoráveis, fornecendo um impulso decisivo para que essas lavouras continuem seu movimento de extravasamento de suas áreas de origem e de expansão vigorosa nessa porção sul-mato-grossense.

Por outro lado, os granjeiros se defrontam com uma constelação diversificada de problemas. O desconhecimento do meio-ambiente desse novo espaço criará situações inesperadas para muitos gaúchos.

## Nas palavras de Pebayle,

"os primeiros agricultores sabiam muito pouco a respeito dos campos do sul de mato grosso . Aparentemente ecológicos eram meios mesmos ... Esses neopioneiros vindos duas ou três vezes em reconhecimento antes de migrarem, ignoravam a seca dos invernos matogrossenses e presença de uma camada laterítica profundidade mais ou grande do solo... O resultado é decepcionante. O fracasso é logo consumado pelos raros agricultores que prepararam as pradarias sobre os solos derivados dos arenitos caiuá no município de Amambaí. Alhures, nas terras roxas o trigo vai mal em conseqüência da excessiva seca dos invernos."<sup>1</sup>

Havia também insuficiência de armazéns e secadores o que dificultava para os granjeiros a possibilidade de uma comercialização mais vantajosa nessa fase. <sup>2</sup> Não existem

.....

<sup>1.-</sup> PEBAYLE, R. e KOECHLIN, J. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. Espaço e Conjuntura. São Paulo. USP. Instituto de Geografia, 4, 1981, p. 17.

<sup>2. -</sup> Falloux em trabalho desenvolvido nessa área em 1971 nos fornece alguns dados ilustrativos dessa insuficiência e suas conseqüências. De acordo com estimativas desse pesquisador o total da colheita (de trigo, soja, arroz, amendoim, milho, etc.) a ser estocada nos municípios dessa porção do Mato Grosso do Sul meridional deveria alcançar, em 1972, de setecentas a oitocentas mil toneladas.

Ainda segundo aquele pesquisador, "Para esta produção existem cerca de oito secadores que representam, no total, uma capacidade média de tratamento de 2.000 toneladas/dia. Com relação à estocagem, levando-se em conta os armazéns particulares

estradas pavimentadas, as vias vicinais eram rarefeitas e normalmente intransitáveis no período de chuvas. A frota de caminhões era reduzida para as novas necessidades. O meio técnico (assistência técnica, sementes selecionadas, etc.) era praticamente inexistente. A desinformação quanto a comercialização era a regra.

Um granjeiro dessa primeira fase descreve assim a situação:

> "O pior problema que tinha era falta técnica, não se tinha técnica Nós nenhuma. desconheciamos totalmente o regime de chuvas. não tinhamos laboratórios não análises. nós tinhamos variedades especificas para região. Não tínha a EMBRAPA, EMPAER, não tinha nada disso, n**ão** tinha

<sup>..</sup>Continua....

podemos construídos ou atualmente em construção, estimar capacidade atual, para a região sul de Mato Grosso, 50.000 em toneladas."(Falloux, F. Op. cit. p.23)

Assim, frente a safra prevista há aqui, no mínimo, um déficit 650.000 toneladas com relação ao armazenamento.

Tendo em vista que os preços da época da colheita não costumam ser os mais vantajosos, passando a subir somente após a oferta do produto declinar no mercado, mas que o produtor só pode usufruir dessa alta se dispuser de armazéns para guardar seu produto, essa insuficiência de armazenamento no Mato Grosso do Sul austral obrigou os lavoureiros, nessa fase, a negociarem sua mercadoria por preços nem sempre os mais favoráveis.

Isso significa que além das perdas decorrentes da carência secadores, 10 a 20% da colheita - segundo Falloux, os granjeiros perderam uma parte das margens de comercialização que devem ter sido apropriadas pelos atacadistas dos Estados vizinhos, sobretudo São Paulo.

escritório de planejamento para lhe dizer se chovia nessa época, se caia geada nessa época... As dificuldades estavam relacionadas com a desinformação. Nós éramos totalmente desinformados da comercialização, o que é que estava valendo, da possibilidade de aumento, de baixa. Você tinha que jogar na sorte."

O rol de problemas no entanto não se esgotava por aí. Um obstáculo suplementar eram os preços dos insumos agrícolas. Devido à distância e ao custo do transporte, eram mais elevados que nos demais Estados.

Segundo Falloux "o calcário dolomítico custa Cr\$ 70,00 a tonelada, o adubo, em média Cr\$ 750,00. Se compararmos estes preços com os do Rio Grande do Sul, onde o calcário custa apenas Cr\$ 30,00 e o adubo Cr\$ 400,00 a Cr\$ 500,00 a tonelada vemos que, em média, no Rio Grande do Sul eles são 40 a 60 % mais baixos do que no Mato Grosso."

Para os primeiros granjeiros — os chegados em 1968, 1969 e 1970, um importante fator para o sucesso da lavoura mecanizada — a obtenção do crédito rural — não era uma garantia. Antes de 1968, os financiamentos para a lavoura eram de pequena

<sup>1.-</sup> Trecho de entrevista realizada com Cícero Irajá Kurtz.

<sup>2.-</sup> FALLOUX, F. Op. cit. p. 29.

monta. Normalmente as áreas de cultura financiadas eram na Colônia e em geral mediam de 7 a 10 ha., muito excepcionalmente atingiam 25 ha. A agricultura dos granjeiros, em contraste, demandava empréstimos infinitamente mais vultosos. Por outro lado, os gerentes desconheciam em grande medida a sistemática de funcionamento da lavoura mecanizada e suas possibilidades. Assim, em lugar do entusiasmo, todas as circunstâncias sugeriam ao agente financeiro antes a cautela.

Ademais, as terras de campo dos lavoureiros gaúchos eram tidas como inadequadas para a cultura. Para os gerentes locais do Banco do Brasil, o empreendimento dos primeiros granjeiros assemelhava—se a uma aventura de alto risco financeiro. Essa primeira leva de pioneiros gaúchos, portanto, em muitos casos, não puderam contar com um acesso facilitado ao crédito rural.

Inicialmente, foi necessário que eles, muitas vezes utilizando-se apenas dos seus próprios recursos, demonstrassem a viabilidade da cultura mecanizada nessas áreas de campo. Tal condição evidentemente expunha os produtores a uma situação de alto risco pois eram obrigados a comprometerem seus únicos recursos num processo desenvolvido em condições adversas (desconhecimento do meio, precariedade de infra-estrutura, etc.).

No entanto, após a comprovação da viabilidade da lavoura mecanizada nessas áreas de campo os gerentes do Banco do Brasil se dispuseram a liberar o crédito rural para essa atividade. Essa liberação só se concretizou de forma mais efetiva a partir da safra de 1971. Após essa data, porém, o crédito rural para a lavoura dos granjeiros tornou-se farto e barato, não representando mais um problema.

Essa fase de abertura da área pelos agricultores gaúchos, realizada em meio a esse conjunto de óbices e envolvendo tantos riscos, denota a existência de um certo Esse indeterminismo econômico no percurso desse processo. movimento não apresenta uma lógica econômica. A explicação aqui não deita raizes na infra-estrutura, mas na superestrutura.

O que move esses granjeiros para o sertão do Mato Grosso do Sul é a idéia de se produzirem enquanto grandes e médios proprietários. Do ponto de vista ecônomico-contábil essa transferência é uma aventura. Ela envolve riscos extraordinários. Uma empresa capitalista não costuma fazer uma migração em tais condições tão adversas.

Nesse contexto, alguns granjeiros fracassam

em seus empreendimentos. O insucesso se deve em grande parte à prática de uma cultura nova (o arroz de sequeiro) em um meio ainda desconhecido. No Sul, o granjeiro detinha alguma intimidade com o arroz irrigado, porém, no Mato Grosso do Sul meridional ele abriu os campos nativos com o arroz de sequeiro, uma novidade que ainda não dominava satisfatoriamente.

Esta lavoura nas condições ambientais dessa porção sul-mato-grossense, terminou se revelando um empreendimento de alto risco. Tal situação terminou se refletindo em um índice de frustração elevado.

O arroz de sequeiro é altamente sensível fases; sobretudo no período em que está determinadas emitindo espigas. Dez dias sem chuva nessa etapa pode provocar 11002 frustração drástica. E dado o desconhecimento por parte do granjeiro do comportamento pluviométrico nessa área isto ocorreu COM relativa freqüência, comprometendo. por vezes inexoravelmente, o projeto de uma parcela destes pioneiros.

A insuficiência de infra-estrutura, a incipiência do meio técnico e a desinformação em diversos níveis, naturalmente representaram fatores adicionais de agravamento das tendências de estrangulamento da lavoura mecanizada.

A partir do momento que a convergência destes fatores adversos ameaçaram inviabilizar o projeto dos granjeiros de se produzirem como grandes ou médios produtores modernos e em casos extremos até mesmo sua sobrevivência enquanto produtores autônomos, estes se organizaram e articularam canais de pressão sobre o Estado.

Foram sobretudo duas entidades que serviram para a canalização destas pressões: o Departamento Agrícola do Sindicato Rural (este sindicato é anterior à chegada da agricultura mecanizada, mas até então refletindo a pequena expressão da agricultura local, tinha sido um fórum onde predominavam os pecuaristas e seus interesses) e a Cooperativa Tritisoja.<sup>1</sup>

Tais entidades foram utilizadas como instrumentos de pressão sobre o Estado. Por intermédio destes

Nessa fase inicial existiam poucas opções para comercialização da produção dos granjeiros. Era muito reduzido ainda o número de cerealistas e a comercialização se fazia pouco favoráveis para os lavoureiros. A fundação condições Cooperativa Tritisoja em 1971 objetivou criar novas e mais vantajosas alternativas de comercialização para o agricultor. Contudo, a partir do momento que ela possibilitou a união dos granieiros passou também a cumprir o papel de instrumento político.

canais cobrava-se deste último uma política de favorecimento da lavoura mecanizada, através da instalação de infra-estruturas de apoio (estradas, armazéns, eletrificação rural, etc), medidas de política agrícola de auxílio à soja e ao trigo, o equacionamento de problemas especificamente locais, <sup>1</sup>etc.

Essa organização política dos granjeiros, aliada à demonstração pelos mesmos da possibilidade de desenvolvimento da agricultura mecanizada neste espaço, se revelarão suficientemente eficazes para inclusive reverter o rumo da política anterior do Estado Federal para esta porção do Mato Grosso do Sul austral que até 1970-71 sinalizava na direção do favorecimento da pecuária.

Após 1971, essa política é claramente reorientada e as intervenções estatais passam a priorizar a

<sup>1.—</sup> Um problema em particular ocorreu com as terras situadas na faixa de fronteira (uma extensão de 150 km. a partir da linha limítrofe com o Paraguai). Segundo preceituava o artigo 50 da Lei 4.947 de 6/4/66 as terras situadas nessa faixa deveriam ter seus títulos de propriedade, expedidos pelo Estado de Mato Grosso, ratificados. Nesse período em exame essa ratificação deveria ser fornecida pelo INCRA.

Sem a ratificação não era possível utilizar a terra como garantia para obtenção de financiamento no Banco do Brasil. Os granjeiros desde o primeiro momento pressionaram pelo relaxamento e mesmo a revogação dessa exigência.

Em 1974, em conseqüência da mobilização dos lavoureiros, essa faixa foi reduzida para apenas 66 Km. e em 1975 o Decreto Lei 1414 promove a ratificação dessas terras da faixa de fronteira.

expansão da agricultura dos granjeiros (este aspecto será analisado mais detalhadamente no capítulo III).

Essa primeira etapa de abertura do Mato Grosso do Sul meridional para a expansão da lavoura mecanizada foi um período onde a diversidade e a dimensão dos obstáculos puseram constantemente o projeto dos granjeiros em cheque.

No entanto, em meio a esse horizonte de dificuldades verificou-se, sobretudo após 1971, a manifestação de certas condições que possibilitaram a consolidação da agricultura dos granjeiros nesse espaço. A afirmação desse sistema agrícola moderno em grande parte só se tornou possível devido à presença de duas circunstâncias decisivas.

Primeiro, o projeto dos lavoureiros gaúchos de se expandirem através da difusão da lavoura mecanizada veio se somar à estratégia do Estado Brasileiro de promoção da expansão do CAI. Essa convergência garantiu à agricultura dos granjeiros do Mato Grosso do Sul austral três fatores essenciais de sua viabilização: a montagem de um complexo sistema de pesquisa agrícola, a garantia de crédito rural farto e barato (principalmente após 1971) e a instalação de um conjunto de infra-estruturas de apoio.

No entanto, apesar do amparo das políticas estatais seria difícil imaginar a viabilização desse modelo agrícola em meio às adversidades dessa primeira fase sem um mercado em expansão e preços remuneradores.

A seguir, vamos tentar um exame mais de perto dessas circunstâncias decisivas.

2.4 - O mercado mundial: o "boom" da soja e a expansão do CAI no Espaço de Dourados.

No início dos anos 70 uma configuração singular de circunstâncias favoráveis determinará uma extraordinária elevação do preço da soja no mercado mundial.

Em parte, essa elevação deve-se à política adotada nesse período pelo governo norte-americano. A produção de soja nos EUA se pauta, em grande medida, pelo preço de apoio definido anualmente pelo Estado. Os produtores na verdade regulam sua produção com base em duas condicionantes. Em função da evolução desse preço de apoio e em função do comportamento do preço no mercado mundial.

A partir de 1969 o governo americano adotou uma estratégia de refreiar a expansão da soja segurando o preço de apoio.

Em decorrência dessa política no ano de 1972 o preço de apoio estava reduzido a apenas um quinto do vigente no mercado mundial. Essa situação levou os agricultores a se

precaverem, promovendo apenas um pequeno aumento de sua produção com receio de algum imprevisto no mercado que os obrigassem a vender parte de sua soja ao nível irrisório do preço de apoio.

## Nessa situação

"a oferta e a demanda ajustaram-se então de maneira apertada, e bastaria que diminuísse a oferta de outras matérias ricas em proteínas, para afetar esse equilíbrio inclável. Foi o que se deu em 1973."

Neve "eríodo (1972/1973) uma seca de grandes proporções na Africa reduziu suas safras agrícolas comprometendo entre outras a produção de amendoim, muito utilizado no fabrico de óleo comestível.

Esta circunstância se somará à outra de maior gravidade. Por volta de meados de 1973 observou-se o desaparecimento dos cardumes de anchovas no litoral peruano. As Anchovas constituem-se na matéria-prima básica para a produção da farinha de peixe, o alimento mais rico em proteínas que se tem notícia e que é muito utilizado na ração dos rebanhos europeus.

<sup>1.-</sup> BERTRAND, Jean-Pierre. et. alii. O mundo da soja. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1978.p. 87.

Esse desaparecimento levou os criadores da Europa a aumentarem rapidamente a demanda pela soja sobretudo pelo farelo de soja no mercado mundial movidos pelo fato de que esta leguminosa vem a ser o segundo maior concentrado de proteínas, depois das anchovas.

E, agravando ainda mais este quadro de desequilibrio, nessa mesma época condições climáticas adversas reduziram sensivelmente a produção agricola soviética, forçando esse país a recorrer à importação de grãos dos EUA.

Essas vendas foram realizadas por intermédio de empresas transnacionais sem o conhecimento do governo norte-americano o que terminou comprometendo os estoques de grãos dos EUA reduzindo-os a um ponto crítico.

Em função dessa conjuntura que combinava o aumento exacerbado da demanda externa com estoques escassos e visando em primeiro lugar garantir o abastecimento interno o governo norte-americano decretou a 27 de junho de 1973 um embargo provisório de suas exportações de soja.

A convergência simultânea dessas diferentes

situações terminou provocando uma verdadeira explosão dos preços daquela leguminosa no mercado mundial.

"A cotação da soja, que até fins do primeiro semestre de 1973 estava em cerca de 110 dólares a tonelada, na Bolsa de Chicago, disparou rapidamente para cima alcançando de 300 dólares em mais agosto enquanto no mercado daquele ano, negro o preço chegou a ultrapassar os 500 dólares a tonelada."l

Messmo após a superação da crise os preços não voltaram aos patamares anteriores, permanecendo sempre acima (em torno do dobro) dos valores registrados no início da década.

Esse rápido aumento da demanda conjugado com a súbita elevação dos preços representou um enorme incentivo para a expansão da produção e exportação brasileiras de soja. Naturalmente estas condições favoráveis terminaram repercutindo muito positivamente na evolução da lavoura mecanizada de sojatrigo no Espaço de Dourados.

Tais condições propícias de mercado em conjunto com uma intervenção cada vez mais abrangente do Estado $^{*}$ 

<sup>1.-</sup> BRUM, A. Op. cit. p. 41.

<sup>\* -</sup> Essa intervenção estatal será tratada detalhadamente no próximo capítulo.

em apoio à lavoura dos granjeiros irão determinar a superação das incertezas da primeira fase.

O preço remunerador da soja no mercado externo e a ação do Estado, dotando o Mato Grosso do Sul meridional com equipamentos infraestruturais e sustentando incentivos diversos à produção agrícola, eliminarão ou minorarão os efeitos deletérios de muitos dos obstáculos iniciais que caracterizaram aquela primeira fase.

Essas novas circunstâncias (um mercado altamente favorável e intervenção estatal de apoio) desencadearão, a partir de 1973, a segunda fase do processo de agroindustrialização, balizado pelo rápido avanço da agricultura mecanizada e pela consolidação do complexo agroindustrial no Espaço de Dourados.

é possível determinar a intensidade e identificar o ritmo desse processo de expansão e consolidação pelo exame de um conjunto de dados significativos.

Analisando os números da tabela I podemos constatar que no período entre 1970-1980 houve uma prodigiosa expansão das áreas comprometidas com a lavoura de soja. Essa cultura que em 1970 ocupava apenas 9.968 ha., em 1980 passa a se

estender por 456.447 ha. Nesse período há portanto um vigoroso incremento de 446.479 ha. na área ocupada pelo cultivo dessa leguminosa no Mato Grosso do Sul meridional.

Nesse intervalo de dez anos a soja foi de longe o cultivo que mais se expandiu nesse espaço tornando-se a principal lavoura da agricultura regional.

O trigo também se expandirá nesse período, porém com um desempenho mais modesto. Em 1970, a lavoura de trigo correspondia à diminuta área de 2.118 ha. expandindo-se, no entanto, para um total de 73.235 ha. em 1980, adicionando assim uma área de 71.117 novos hectares nesse intervalo de uma década.

O rítmo de crescimento dessas lavouras mecanizadas no Mato Grosso do Sul meridional apresentará, porém, diferenciação ao longo do tempo. O período de expansão mais intensa se verificará durante a primeira metade da década de 70. Na segunda metade essa expansão passará por uma etapa de desaceleração.

No caso específico da soja, o ritmo de crescimento mais dinâmico será entre 1970-1975, ocasião em que a área dessa lavoura se expandirá à impressionante taxa de 59% a/a.

Esse ritmo sofrerá uma desaceleração nos cinco anos seguintes (1975-1980) expressa por uma taxa de crescimento de 34,6% a/a(tabela I).

Já as áreas de trigo evoluirão na primeira metade da década de 70 a uma taxa de 36% a/a. Sua etapa de expansão mais intensa se verificará no período 1975-1980 quando seu ritmo de crescimento será de 49.3% a/a(tabela I).

Na esteira da progressão dessas duas lavouras expande-se o consumo dos modernos insumos produzidos pelo CAI. Esse processo pode ser ilustrado examinando-se a evolução da utilização de fertilizantes e tratores no Espaço de Dourados (tabela 2). Em 1970, o uso de fertilizantes era uma prática presente em apenas 1,1 % dos estabelecimentos agrícolas regionais. Cinco anos mais tarde, em 1975, esse percentual se elevará para 15,5 %. Finalmente, em 1980, essa prática estará disseminada em 46,2 % dos estabelecimentos rurais.

O emprego de tratores é um bom indicador do processo de mecanização da agricultura. Na década de 70, essa mecanização no Espaço de Dourados avançou em ritmo vertiginoso. Em 1970 existiam apenas 1.098 dessas unidades motorizadas. Serão 4.269 em 1975 e totalizarão 7.386 unidades em 1980. A taxa média

de crescimento do número de tratores ao longo da década é igualmente surpreendente: 20,9% a/a.

Nesse mesmo período o complexo agroindustrial encontrará na pecuária regional, em rápido processo de expansão e transformação, mais um vetor de disseminação de seus interesses.

No início da década de 70 observa-se no Espaço de Dourados um rápido avanço da bovinocultura. Examinando os dados da tabela 3, constatamos que em um intervalo de cinco anos entre 1970-1975, o rebanho crescerá a uma expressiva taxa de 7% a/a o que representará a adição nesse período de 399.171 novas cabeças de gado à atividade criatória. A partir da segunda metade dos anos setenta há uma redução no ritmo do crescimento, embora este ainda seja preservado. Assim, entre 1975-80 a taxa de crescimento será de 4,4% a/a e o rebanho se ampliará com mais 334.737 novas cabeças.

Agora não se trata mais de uma pecuária extensiva e tradicional praticada em pastagens nativas de baixa lotação. Ao contrário, observa-se na verdade um retraimento dessa pecuária tradicional expresso por um contínuo recuo das áreas de pastagens naturais que entre 1970-1975 se reduz de 1.643.070 ha. para 1.060.119 ha. atingindo em 1980 apenas 558.497 ha.

A nova pecuária em expansão nesse período é uma atividade moderna que se caracteriza pela adoção das pastagens artificiais e o emprego disseminado dos modernos insumos produzidos pelo complexo agroindustrial (bernicidas, carrapaticidas, vacinas, rações balanceadas, etc).

Uma visão aproximada da nova dinâmica da bovinocultura no Espaço de Dourados pode ser obtida com o exame da evolução das pastagens artificiais nesse Espaço.

Estas se expandem a uma taxa de 6,8% a/a no período entre 1970 e 1975 e de 5,6% a/a nos cinco anos seguintes. No intervalo 1970-1980 as pastagens plantadas ganham novos 669.027 ha. no Espaço de Dourados.

Nessa segunda fase de expansão dos interesses agroindustriais, o CAI se materializa de maneira mais completa, isto é, não mais exclusivamente por via da disseminação das lavouras mecanizadas, mas também por intermédio, por um lado da instalação de uma extensa rede de distribuição dos modernos insumos e máquinas agrícolas, e por outro lado da montagem de uma complexa malha de captação da produção do agro local.

Da rede de distribuição tanto tomam parte as

cooperativas quanto casas comerciais de firmas especializadas no fornecimento de herbicidas, fertilizantes, tratores, colhedeiras, semeadeiras, etc. Já no recolhimento da produção atua uma gama diversificada de cerealistas locais, cooperativas e alguns grandes grupos transnacionais que detém o domínio sobre a comercialização de grãos no mercado mundial.

Porém, a evidência essencial desse novo estádio de manifestação mais acabada do CAI no Espaço de Dourados será a instalação das primeiras plantas industriais de transformação da produção agropecuária local. No decorrer dos anos 70, e de maneira mais intensa na década seguinte, observa—se a materialização de um conjunto de agroindústrias processadoras de óleo e farelo de soja, além de diversos frigoríficos que encontram na pecuária local em rápido processo de expansão e modernização uma fonte garantida de matéria—prima.

Ac término dessa segunda etapa, por volta do final dos anos 80, encontra-se consolidado o domínio do CAI sobre a agricultura. A parte mais substancial da produção rural se realiza segundo o modelo tecno-empresarial imposto pela indústria.

Enfim, o granjeiro gaúcho e sua agro-empresa é o modelo que se impôs e que passa a imperar na agropecuária local. As formas anteriores, seja a pequena produção de subsistência e/ou de venda de excedentes dos antigos colonos, o velho latifundio pastoril e outras, ainda subsistem e cumprem um papel, mas não são mais as formas dominantes, não são as peças chaves que movem o atual dinamismo econômico que revoluciona e molda um novo perfil não apenas para a agricultura, mas para a totalidade social dessa porção do Mato Grosso do Sul meridional.

Tabela 1 - Evolução das áreas de trigo e soja no Espaço de Dourados - 1970, 1975 e 1980.

Anos	Soja	Taxa média % cresc.	Trigo	Taxa média % cresc.
	(ha)	anual da área	(ha)	anual da área
1 1	9.968 103.117 456.447	59% 34,6%	2.118 9.855 73.235	36% 49,3%

Fonte: Censos agropecuários Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, IBGE, 1970, 1975 e 1980.

Tabela 2 - Evolução do uso de fertilizantes e tratores no Espaço de Dourados - 1970, 1975 e 1980.

Anos		Estabelecimentos que usaram fertilizantes	
1970	18.639	217	1.098
1975	14.760	2.293	4.269
1980	10.612	4.909	7.386

Fonte: Censos agropecuários Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. IBGE, 1970, 1975 e 1980.

Tabela 3 - Evolução das áreas de pastagens e número de bovinos do Espaço de Dourados - 1978, 1975 e 1988.

Anos	Bovinos (núm. de cabeças)	Taxa média Z de cresc. anual			
1978	984.228		1.643.878	885.295	
1975	1.383.399	7%	1.868.119	1.122.493	
1988	1.718.136	4,4%	558.497	1.474.322	5,6%

Fonte: Censos agropecuários Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, IBGE, 1978, 1975 e 1988.

## III - AS ESTRATÉGIAS ESTATAIS E A PROGRAMAÇÃO DO ESPAÇO DE DOURADOS.

A expansão agroindustrial e seu corolário de mudanças no Espaço de Dourados é um processo que não pode ser completamente desvendado se não se considera a participação de um agente fundamental: o Estado. A partir, sobretudo, de meados dos anos sessenta, é possível identificar a elaboração de uma estratégia estatal visando, por um lado, à constituição de um CAI e por outro à articulação da agricultura brasileira a esse complexo.

O sentido dessa iniciativa estatal consistia em promover a integração subordinada da agricultura a um complexo agroindustrial em processo de montagem por intermédio da transformação (tecnificação) da base produtiva rural. Com esse objetivo foram criados uma série de instrumentos de política agrícola, cujo conjunto articulado nos fornece uma visão geral do encaminhamento dessa estratégia estatal de promoção da agroindustrialização.

O início da formulação dessa estratégia no âmbito do Estado Federal pode ser demarcado a partir da alicerçados na EMBRAPA e EMBRATER.<sup>1</sup>

Simultaneamente a esses instrumentos de maior destaque, o Estado utilizou-se ainda de diversas outras medidas (Política de Garantia de Preços Mínimos, Política de Seguro Agrário, Política Nacional de Cooperativismo, etc.), cujo conjunto nos dá bem a idéia da amplitude dessa estratégia estatal de modernização e atrelamento da agricultura brasileira ao CAI.

A implementação dessa estratégia estatal não promoveu contudo a agroindustrialização homogênea do conjunto da agricultura nacional. As ações foram concentradas, prioritariamente, naqueles setores responsáveis pela geração de produtos agropecuários que apresentassem boa colocação no mercado externo ou naqueles cuja produção interna proporcionassem a substituição de importações que oneravam a balança comercial do país.

Com essa política, o Estado garantia os superávits na balança comercial que iriam financiar, nesse

<sup>1.-</sup> Uma análise mais pormenorizada da criação e atuação dos sistemas nacionais de pesquisa agrícola e extensão rural, bem como do papel que desempenharam na expansão e consolidação do CAI no Espaço de Dourados, encontra-se no capítulo IV do presente trabalho.

período, sua estratégia mais geral de expansão e consolidação do processo de industrialização nacional e de implantação do complexo agroindustrial.

é em tal contexto, portanto, que se devem entender os incentivos e facilidades para a modernização e rápida disseminação de produtos de exportação como a soja e a carne bovina ou lavouras de substituição de importações e poupadoras de divisas como o trigo.

Por outro lado, essa estratégia estatal apresenta uma dimensão espacial evidente. Não são todos os espaços rurais que serão atingidos indistintamente pelos incentivos para a expansão dos setores agrícolas integrados ao CAI, mas apenas alguns poucos.

selecionado um número reduzido de áreas para as quais são dirigidos Programas de Desenvolvimento Regional que visam fornecer as condições infra-estruturais necessárias para a promoção da agricultura agroindustrializada. Os esforcos. na verdade, concentram-se naquelas áreas que apresentam um potencial responder satisfatoriamente impulsos para aos desencadeados pela intervenção do Estado. O Espaço de Dourados encontra-se entre as áreas eleitas por essa estratégia.

3.1 - Dourados: Espaço de Exportação (e de expansão do processo agroindustrializador).

O Espaço de Dourados tem sido desde os anos quarenta, alvo de diferentes intervenções estatais (ver cap. 2). Porém, a partir da segunda metade da década de sessenta, essas intervenções se multiplicam através da criação de diversos Programas Federais (Projeto de Desenvolvimento da Criação de Gado, PRODOESTE, PLADESCO, Programa Corredores de Exportação e PRODEGRAN). Apesar desses Programas terem apresentado uma amplitude de ação que extrapolou os limites do espaço regional aqui analisado, todos tiveram incidência e impactos decisivos nessa região.

Aqui vamos assumir o pressuposto que o exame da natureza, objetivos e desempenho dessas programações nos desvendará o papel que as estratégias do Estado brasileiro procurarão imputar a esse Espaço.

Sustentamos, desde já, que o sentido predominante das intervenções estatais a seguir examinadas é o de programar essa porção do Mato Grosso do Sul meridional como espaço de expansão da agroindústria e de promoção da agricultura capitalizada de exportação.

O exame das sucessivas intervenções do Estado no Espaço de Dourados, nesse período, porém, nos revela que a estratégia federal para essa área sofreu redirecionamentos e retificações.

Em um primeiro momento, a estratégia estatal, em estreita associação com o capital financeiro internacional, programa o Espaço de Dourados como área de promoção da pecuária através da inclusão dessa região em um importante programa de fomento dessa atividade.

Trata-se do Projeto de Desenvolvimento da Criação de Gado que tornou-se também conhecido como Programa do Boi Gordo. Esse projeto teve início em 1967 com o acordo de empréstimo nº 516 (Programa BIRD — 516/BR) ajustado entre o governo brasileiro e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

O projeto perseguia como objetivo o aumento da produção e da produtividade dos empreendimentos voltados para a pecuária de corte e a ovinocultura (produção de lã) em áreas selecionadas do território nacional. A programação foi dirigida para três projetos regionais vinculados e coordenados por

escritórios regionais do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária - CONDEPE e abrangendo as seguintes áreas:

Projeto Regional I - Todo o Estado do Rio Grande do Sul;

Projeto Regional II — Sul do Estado do Mato Grosso e partes dos Estados do Paraná e São Paulo:

Projeto Regional III - Sul de Goiás e o oeste de Minas Gerais.

Para a consecução da Programação foram levantados recursos no valor de US\$ 80.000.000,00. Desse total 50% foi financiado pelo BIRD, a outra metade representou a contrapartida do governo brasileiro.

Em 1972, o Brasil solicitou ao BIRD assistência financeira adicional para a ampliação e continuidade do Projeto. Assim, quando o BIRD - 516/BR teve sua fase de contratações encerrada em abril de 1973, imediatamente passou a vigorar novo acordo de empréstimo - o BIRD - 868/BR.

Nesse segundo acordo, o BIRD concordou em pôr à disposição do Brasil novo empréstimo no valor de US\$ 26.000.000,00, ao qual deveria corresponder idêntica contrapartida brasileira, totalizando um montante da ordem de US\$ 52.000.000.00.

Esse último acordo perseguia os mesmos objetivos do primeiro, além de regularem-se por normas idênticas; no entanto, ele criou condições para a ampliação da área de atuação do Projeto que, a partir de então, incluiu porções do Estado de Santa Catarina e áreas do norte matogrossense (Mapa 4).

No que se refere ao Espaço de Dourados, Projeto programa a disseminação de uma pecuária melhorada, utilizando-se de expedientes como: o fornecimento aos criadores de empréstimos a longo prazo para abertura de áreas, introdução pastagens artificiais, aquisição de máquinas agrícolas, etc. de crédito concedido era vinculada a obrigatoriedade Ao da assistência técnica que complementava o crédito no papel de instrumento de disseminação do pacote tecnológico para a bovinocultura regional.

A ação do Projeto resultou na produção de importantes impactos nesse Espaço. Na medida em que financiou, a partir da segunda metade dos anos 60, a derrubada e ocupação das áreas de mata para o avanço da atividade criatória, terminou

MAPA - 4 PROJETO BIRD 868 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA DE CORTE PONTE: CONDEPE. RELATÓRIO, 1972.

desencadeando nesse período, além da pecuarização, um vigoroso processo de expansão da fronteira agrícola que ampliou e dinamizou a ocupação econômica do Espaço regional. (ver cap. 2)

Como decorrência, no início dos anos 70, o Espaço de Dourados sobressaía-se, no contexto do centro-oeste brasileiro, enquanto uma área economicamente promissora e atrativa. Essa dinamização era alimentada também por novidades como a expressa pela implantação e expansão, ainda que discreta, de layouras mecanizadas.

Tal quadro dinâmico, no entanto, apresentava alguns estrangulamentos que refreavam seu desdobramento pleno. Essa fronteira agrícola apesar das potencialidades que descortinava era quase um vazio em termos de uma rede de infraestruturas, com deficiências graves sobretudo no referente às suas vias de comunicação. Em 1970, a região não dispunha de uma única via pavimentada para o escoamento de sua produção, dependendo de estradas de terra, intransitáveis no período de chuvas, e de um ramal ferroviário obsoleto e em funcionamento precário.

Tais limitações são alvo de atenções da programação estatal através da criação, no contexto do IPND, do

Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRODOESTE.

Criado em novembro de 1971, o Programa visava "a incrementar o desenvolvimento econômico do sul dos Estados de Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal". Para tanto propunha "a construção imediata de uma rede rodoviária básica, prioritária, conjugada a um sistema de estradas vicinais e a uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos, bem como a realização de obras de saneamento geral, retificação de cursos de água e recuperação de terras." 1

O PRODOESTE contou com recursos que totalizaram Cr\$ 37.061.295,02<sup>2</sup>. O setor priorizado foi o de estradas de rodagem, ao qual foi destinado Cr\$ 29.078.866,47<sup>3</sup>. A construção das rodovias federais (BRs) ficaram a cargo do Ministério dos Transportes, através do DNER e o sistema de estradas vicinais sob responsabilidade dos respectivos governos estaduais.

<sup>1.-</sup> Decreto-Lei nº 1.192 de 8/11/1971.

<sup>2.-</sup> Valor atualizado para dezembro de 1991. O montante original (nov. de 1971) foi de Cr\$ 650.000.000,000.

<sup>3.-</sup> Valor atualizado para dezembro de 1991. O montante original (nov. de 1971) foi de Cr\$ 510.000.000.00.

0 incentivo à agroindustrialização armazenamento se constituiu na segunda prioridade sendo direcionado Cr\$ 5.131.564.671 para a construção de rede armazéns e silos, usinas de beneficiamento e frigoríficos. implantação destes ficaria a cargo da iniciativa privada que, para tanto, disporia de financiamentos concedidos pelo Banco Brasil e, supletivamente, pelo CIBRAZEM. Tais financiamentos apresentavam condições bastante atrativas com prazo de resgate de dez anos, com um a três anos de carência. Os iuros não ultrapassavam a 3% a/a., acrescidos da correção cambial.

No Espaço de Dourados, o Programa veio importante ao fornecer à região infra-estrutura cumprir papel básica e ao possibilitar, via financiamentos, a instalação de agroindústrias. Ele financiou a construção de silos e armazéns, contribuindo para minimizar o grave problema do déficit armazenamento, possibilitou também a instalação dos primeiros frigoríficos nesse Espaço. No entanto, sua mais importante contribuição foi a pavimentação da BR - 163, trecho Rondonópolis-Campo Grande-Dourados que, ao se interligar com a BR - 262, permitiu a integração por asfalto do Espaço de Dourados

<sup>1.-</sup> Valor atualizado para dezembro de 1991. O montante original (nov. de 1971) foi de Cr\$ 90.000.000,000.

com os mercados do Centro-Sul do país.

Um outro obstáculo grave que se interpunha no caminho do processo agroindustrializador no Espaço de Dourados — o abastecimento de energia — já fora solucionado por iniciativa do Estado em 1970.

Até aquele ano a possibilidade de agroindustrialização dessa área encontrava-se inviabilizada pela absoluta escassez de energia elétrica. Até então a energização era realizada precariamente através de pequenas usinas locais movidas a diesel.

Somente em maio de 1970, o Estado sana o problema integrando a região ao sistema nacional de fornecimento de energia elétrica, através da instalação de uma subestação de 10 MVA em Dourados, recebendo energia de Jupiá e Mimoso pela linha de transmissão de Campo Grande.

Até o PRODOESTE, a estratégia estatal vinha promovendo o processo agroindustrializador no Espaço de Dourados por via da modernização de sua pecuária. Até esse período, o Estado programava esse espaço como área de expansão da pecuária melhorada.

No entanto, o fato consumado criado pela introdução bem sucedida, e posterior expansão, das lavouras mecanizadas de soja e trigo por agentes gaúchos, criou uma situação nova que contribuirá decisivamente para modificar o encaminhamento da intervenção estatal nessa porção do Mato Grosso do Sul meridional.

O êxito do empreendimento dos granjeiros serve de demonstração do potencial do Espaço de Dourados para a expansão de uma agricultura de exportação estreitamente articulada ao CAI. Esse projeto bem sucedido dos lavoureiros Sul conduz o Estado a alterar sua estratégia no sentido de ampliar sua atuação, agora não mais dirigida exclusivamente a expansão da pecuária melhorada, mas procurando promover também a viabilização e consolidação das lavouras mecanizadas de exportação.

Espaço de Dourados torna-se evidente já em 1973 com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Deste - PLADESCO. Este plano, a primeira tentativa do Estado brasileiro de explicitar uma estratégia abrangente de atuação federal para toda a região Centro-Oeste, é de caráter indicativo.

Esse caráter é explicitamente enfatizado ao

se sublinhar que o Plano "nada mais é do que um indicador de diretrizes e objetivos, visando à dinamização da espacialidade sócio-econômica do Centro-Deste."

A formulação do PLADESCO encontra-se ainda inspirada e estreitamente articulada às linhas gerais definidas pelo I PND. Seu mérito está na forma pioneira em que tenta alicerçar a intervenção estatal em uma estratégia regional global, produzida a partir do exame de um diagnóstico sócio-econômico do Centro-Oeste.

Os objetivos fundamentais do PLADESCO visavam à ocupação racional do território e à exploração coordenada das potencialidades regionais. Esses objetivos deveriam ser atingidos pelo cumprimento de metas relacionadas ao crescimento econômico, crescimento do setor produtivo, com prioridade para a industrialização, expansão do emprego, expansão dos equipamentos urbanos e ao progresso social mediante a distribuição de rendas.

Para a operacionalização desses objetivos e metas, o Programa esboçou uma estratégia de intervenção

Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste.
 Série Desenvolvimento Regional, Monografias - nº 2. Ministério do Interior/SUDECO, 1973.

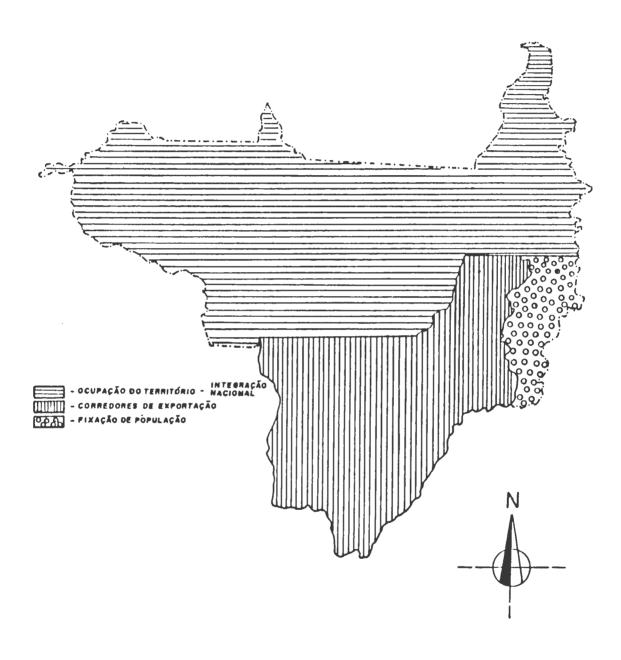
espacial. É nessa estratégia que o Estado define o novo papel reservado ao Espaço de Dourados. Essa porção do território nacional passa explicitamente a ser programada como "área de exportação".

O PLADESCO dividiu o Centro-Oeste em três conjuntos de sub-regiões distintos, definidos pelo principal objetivo que se almejava atingir em cada um deles: sub-regiões de integração, migrações internas e corredores de exportação (Mapa 5). Em cada uma dessas sub-regiões foram eleitas áreas de intervenções, escolhidas devido ao conjunto de suas potencialidades, somando ao fim um total de treze áreas selecionadas (Mapa 6).

Na sub-região de integração, correspondendo a grosso modo à parte do Centro-Deste pertencente à Amazônia Legal, a ação estatal objetivava garantir sua articulação ao restante do território nacional e sua ocupação efetiva através do incentivo ao desenvolvimento de novas atividades produtivas.

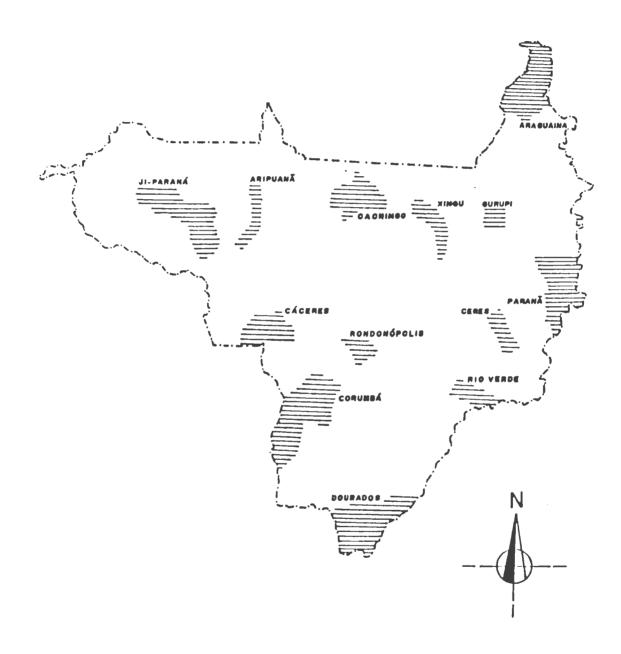
Na sub-região de migrações internas visava-se utilizar a área circunvizinha ao Distrito Federal como espaço de fixação das correntes migratórias que demandavam e sobrecarregavam a capital federal.

## PRIORIDADES NACIONAIS - SEGUNDO O PLADESCO



FONTE: PLADESCO, 1873
ESCALA GRÁFICA
180 Km o 180 300 480

## ÁREAS - PROGRAMA DO PLADESCO



PONTE: PLABESCO, 1873

ESCALA BRÁFICA

180 Km O 180 300 480Km

Finalmente, a terceira e última sub-região seria incorporada ao Programa Corredores de Exportação. As áreas de intervenção dessa sub-região seriam alvos da ação estatal visando à rápida modernização da sua agricultura que deveria dirigir seus esforços de produção para o mercado externo.

Para se atingir tal fim lhe seriam dirigidas linhas especiais de crédito e implantado um conjunto de infraestruturas de apoio à produção. Foram selecionadas cinco áreas de exportação: Corumbá, o eixo Rondonópolis-Cuiabá, o eixo Campo Grande-Dourados, o eixo Ceres-Anápolis e o eixo Rio Verde-Itumbiára.

A partir do PLADESCO, portanto, o Espaço de Dourados passa a ser encarado explicitamente como uma área prioritária para a expansão da agricultura de exportação, ao mesmo tempo em que se reconhece o potencial desse Espaço como área de expansão do complexo agroindustrial.

Confirmando esse potencial o documento ao referir-se especificamente ao eixo Campo Grande-Dourados, afirma que "a capacidade empresarial da classe produtora regional facilitará sobremaneira a adoção de medidas visando à implantação de indústrias de transformação, bem como à introdução de

tecnologia mais avançada na exploração agrícola". 1

O PLADESCO estabelece assim uma direção geral para o processo de desenvolvimento regional não apenas a nível de Centro-Oeste, mas também do Espaço de Dourados que intervenções subsequentes, no decorrer da década de setenta, irão retomar, aperfeiçoar e implementar.

Nesse mesmo período (1973), entra em atuação o Programa Corredores de Exportação. Sua ação no Espaço de Dourados é um desdobramento das concepções do PLADESCO. Enquanto este último se configura principalmente como um momento de reflexão e concepção estratégica, o Corredores de Exportação se apresenta como o momento de execução, de operacionalização dessa estratégia.

O Corredores de Exportação, entre as diversas programações elaboradas nos anos setenta, é o que melhor expressa a estratégia do Estado brasileiro de incentivo à agricultura capitalizada de exportação vinculada ao complexo agroindustrial no Espaço de Dourados.

<sup>1.-</sup> Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste. Op. cit. p. 91.

O Programa visava à "expansão da produção agrícola, melhoria das instalações destinadas à armazenagem, transporte e embarque de produtos, objetivando o aumento das exportações brasileiras agrícolas oriundas da região Centro-Sul do País". 1

Ele foi elaborado "objetivando melhorar o nosso balanço de pagamentos" sendo para tanto "necessária a modernização de todo um complexo de infra-estrutura que se iniciasse nas fontes produtoras e se prolongasse até à modernização e reequipamento dos principais terminais marítimos de exportação."<sup>2</sup>

O montante de recursos com que contou atingiu aproximadamente a US\$ 809,5 milhões. A maior parte desse montante, mais de 70% tem sua origem em empréstimos externos.

Para fins de operacionalização, o Programa foi desdobrado em diversos projetos: silagem intermediária (construção de silos coletores nas regiões produtoras e

<sup>1.-</sup> Programa "Corredores de Exportação". Projeto de fomento agrícola 1975-77. Ministério da Agricultura. p. 1.

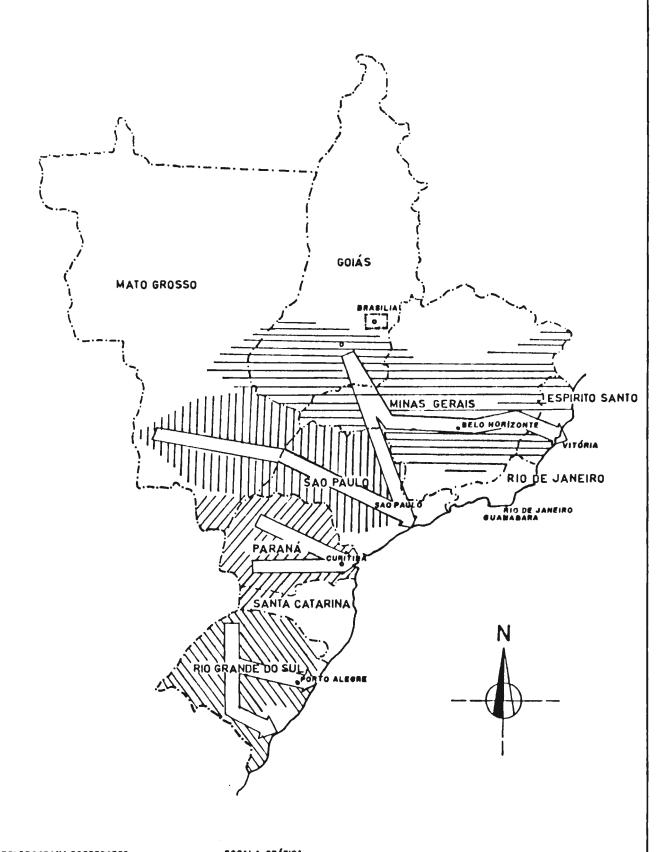
<sup>2.-</sup>Programa "Corredores de Exportação." Op. cit. p. 2.

entroncamento do sistema de transportes); melhoria das linhas ferroviárias; melhoria nos portos de Vitória, Santos, Paranaguá e Rio Grande; incentivo à agroindústria (foram priorizados os setores de suco cítrico, carne bovina frigorificada e congelada, óleos vegetais, tortas e farelos); fomento agrícola; tecnologia de alimentos e custeio de pesquisas.

A incidência do Programa se restringiu à região Centro-Sul, onde foram eleitas algumas áreas que apresentavam potencial para o desenvolvimento de uma agropecuária agroindustrializada e direcionada para os mercados externos.

Foram selecionados quatro corredores de exportação que articulariam e serviriam um conjunto de áreas eleitas (Mapa 7). O Corredor de Exportação I, cuja saída foi o porto de Vitória, articulava porções do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e a parte centro-oriental do Mato Grosso. O Corredor de Exportação II, com saída pelo porto de Santos, agregava todo o Estado de São Paulo e sul do Mato Grosso. O Corredor de Exportação III, com saída pelo porto de Paranaguá, incluía todo o Paraná e parte de Santa Catarina. O Corredor IV, servindo-se do porto de Rio Grande, integrava todo o Estado do Rio Grande do Sul.

MAPA - 7 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA "CORREDORES DE EXPORTAÇÃO"



PONTE: PROGRAMA CORREDORES
DE EXPORTAÇÃO, 1973.

MEKM 0 158 316 474K

Esse programa impactou o Espaço de Dourados através da ação de seus diversos projetos. Entre estes últimos, um dos que apresentou grande incidência nessa área foi o de fomento agrícola. Tal projeto objetivava "o aumento da produtividade agrícola mediante uma ação orientada no sentido de implantar nova tecnologia no campo. Basicamente a expansão dos serviços de assistência técnica ao produtor, através do sistema de extensão rural, foi o esquema empregado pelo sistema para difusão de nova tecnologia."

O projeto de fomento agrícola revelou—se particularmente importante na medida em que, ao desencadear campanhas de divulgação massiva (através da contratação de pessoal especializado, prestação de assistência técnica indutiva aos produtores, organização de campos de demonstração, etc) do pacote tecnológico para a agropecuária no Espaço de Dourados, acelerou a expansão do mercado consumidor dos insumos e técnicas produzidas pelo CAI.

No Espaço de Dourados, a execução do projeto ficou a cargo da Associação de Crédito e Assistência Rural do MT - ACARMAT. As ações do projeto nesse Espaço foram orientadas no sentido de priorizar exclusivamente certos produtos. Foram

<sup>1.-</sup> Programa "Corredores de Exportação". Op. cit. p. 13.

eleitos para esse fim apenas a soja, o milho, a carne bovina e o sorgo. O critério de seleção desses produtos baseou-se no fato deles serem "produtos com boas possibilidades de comercialização no mercado internacional, além de apresentarem ótimas potencialidades de produção na área do Projeto." 1

O encaminhamento da difusão do pacote tecnológico em benefício dos produtos prioritários se deu, na área, através da disseminação de campos de demonstração, encaminhamento dos produtores a agências bancárias para obtenção de crédito, seleção e convencimento das lideranças rurais para servirem como propagadores, etc. Essa estratégia foi útil para ampliar o contingente de produtores rurais mecanizados, agregando na nova lógica de produção uma parcela do pessoal autóctone.

Posteriormente, já no contexto do II PND, estatal tem següência na elaboração de novo Programa instrumento de intervenção, o Especial de Grande Dourados - PRODEGRAN. Desenvolvimento da Esse Programa federal, criado em abril de 1976, diferencia-se dos anteriores, em regra de abrangência geográfica ampla e atuação simultânea **em** mais de uma área, por sua incidência exclusiva no Mato Grosso do

<sup>1.-</sup>Programa "Corredores de Exportação." Op. cit. p. 56 e 57.

Sul meridional, abrangendo vinte e oito municípios da região de influência de Dourados (Mapa 8).

O PRODEGRAN representa a continuação e consolidação nesse espaço da política estatal de promoção da agricultura moderna de exportação atrelada ao CAI. O objetivo central do Programa consistia na incorporação de cerca de 700.000 ha. de lavouras ao sistema de produção agrícola do país no período 1976/78.

Para encaminhar a bom termo esse objetivo, tornava—se necessário observar "a conveniência de estimular a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais; fortalecer as atividades produtivas regionais através da expansão da fronteira agrícola, do zoneamento, armazenamento, agroindústrias, financiamento e incremento da produtividade; promover o controle da erosão; reforçar a infraestrutura; elevar os níveis de renda da população rural, principalmente mediante a mecanização dos cultivos e adequado processo cooperativo de comercialização.<sup>2</sup>

<sup>1.-</sup> Frograma Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados. Brasília, Ministério do Interior, 1976. p. 6. (folheto).

<sup>2.-</sup> Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados. Op. cit. p. 6.

O programa previa recursos num total de Cr\$30.567.644,13<sup>1</sup> para serem aplicados na execução de três subprogramas e seus respectivos projetos.

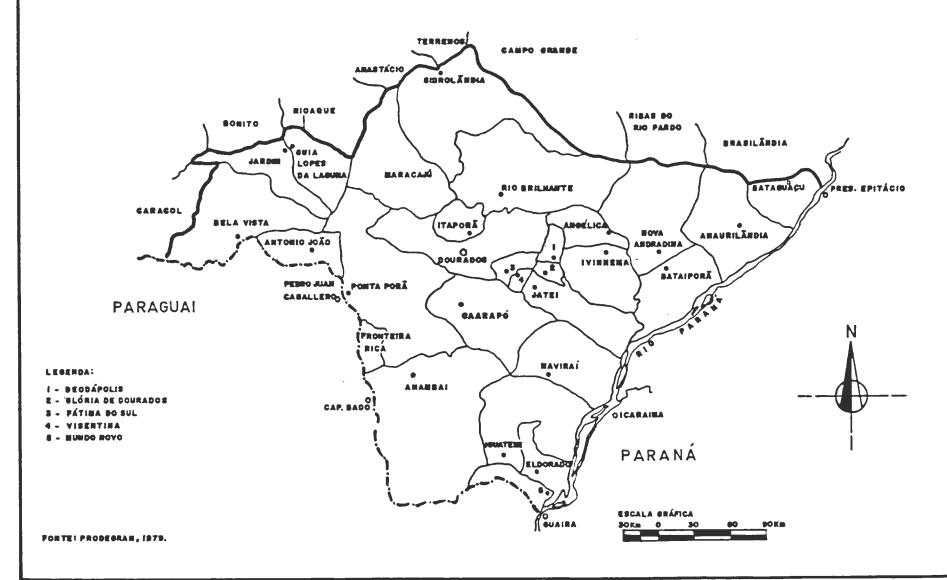
O primeiro subprograma visava dotar a região de um conjunto de infra-estruturas, concentrando esforços para sanar a deficiência do sistema de estradas vicinais, a insuficiência da capacidade armazenadora e o déficit de energia elétrica na região. O segundo subprograma objetivava o combate ao processo erosivo que atingia de forma muito problemática o meio rural e o espaço urbano de muitos centros regionais.

Finalmente, o último subprograma propunha-se a implementar um sistema de pesquisa e assistência técnica para sustentar o processo de desenvolvimento das lavouras capitalizadas, além de promover a implantação de um projeto de incentivo à suinocultora para atender aos pequenos colonos remanescentes.

O programa, ao ser criado, desencadeou na classe produtora regional uma série de expectativas positivas e

<sup>1.-</sup> Valor atualizado para dezembro de 1991. O montante original (abril de 1976) foi de Cr\$472.000.000.00.

## ÁREA DE ATUAÇÃO DO PRODEGRAN



um clima de euforia generalizada que seu desempenho insatisfatório, no entanto, terminou por frustrar. No período final de sua vigência o termo jocoso — PODREGRAN — com que se tornou conhecido localmente bem demonstra o nível de frustração da população regional com seus resultados.

0 PRODEGRAN foi uma programação de existência fugaz; tendo entrado em operação em abril de 1976, **e**m dezembro de 1978 já se encontrava desativado. Uma análise de desempenho do Programa, realizada pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Deste naquele último ano, fornece elementos permitem concluir que nos pelo desempenho insatisfatório do mesmo.

Seu objetivo principal, de promover a incorporação de cerca de 700.000 ha., foi cumprido parcialmente com a agregação de aproximadamente 580.000 ha. nos seus dois anos de atuação. As demais realizações, no entanto, não conseguiram se aproximar das metas originalmente previstas.

Essa insuficiência pode ser ilustrada, por exemplo, com os resultados do subprograma de infra-estrutura: da previsão de construir-se unidades armazenadoras com capacidade para 400.000 T., somente 66.000 T. foram efetivadas; da

implantação dos 1.400 km. de linhas de transmissão de energia prevista só 356 km. foram implantados; da abertura de 600 km. de estradas vicinais programadas, apenas 199 km. foram realizados. 1

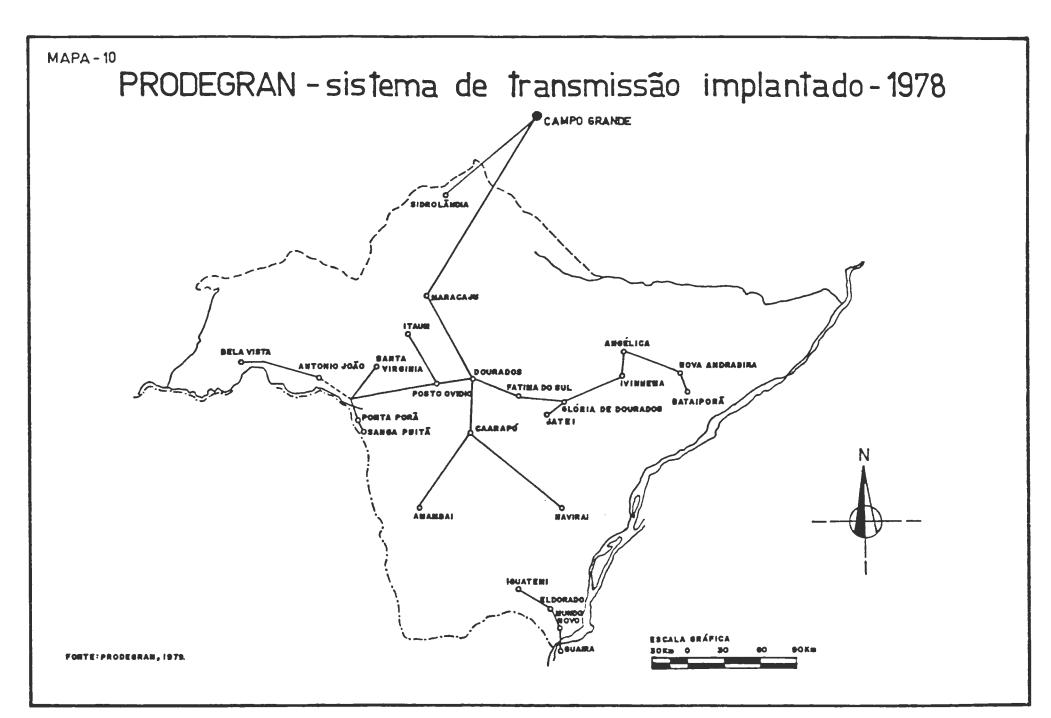
Contudo, apesar de seu desempenho parcial, PRODEGRAN não deixou de cumprir seu papel de viabilizar estratégia estatal de promoção do processo agroindustrializador no Espaço de Dourados ao alargar e consolidar o conjunto de infra-estruturas da região. Um exemplo ilustrativo nesse sentido a contribuição do Programa em um setor estratégico foi para o processo de agroindustrialização, a energização, que, mesmo tendo cumprido a meta prevista, duplicou a extensão das linhas de transmissão anteriormente existentes. (Mapas 9 e 10)

A desativação do PRODEGRAN, em dezembro de 1978, marca também o estancamento das intervenções, ao menos sob a forma de Programas de Desenvolvimento, no Espaço de Dourados.

Ao longo da década de 70, aquela porção meridional do Mato Grosso do Sul foi alvo das ações de um total de cinco programas federais (Quadro 1). A interrupção dessas intervenções se deveu fundamentalmente a dois motivos. Por um

<sup>1.-</sup> Desempenho do PRODEGRAN (período 1976/78). Relatório Final. SUDECO, Brasília, 1979.

MAPA-SISTEMA DE TRANSMISSAO EXISTENTE NA GRANDE DOURADOS EM 1975. FONTE PRODESRAM, 1979.



lado a maioria dos programas estatais executados ao longo da década de 70 tiveram o sentido de dotar o Espaço de Dourados de um conjunto de infra-estruturas que oferecesse sustentação e viabilidade ao projeto de agroindustrialização da agropecuária regional.

Quadro 1- Programas federais com atuação no Espaço de Dourados.

PROGRAMAS	Ano em que o programa entrou em ação	Recursos envolvidos
Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (Projetos BIRD 516 e 868)	1967	US\$132.000.000
Programa de Desenvolvimento do Centro-Deste - PRODOESTE	1971	Cr\$37.061.295,02*
Plano de Desenv. Econômico e Social do Centro-Oeste ~ PLADESCO	1973	-
Programa Corredores de Exportação	1973	US\$807.000.000
Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados - PRODEGRAN	1976	Cr\$3 <b>0.5</b> 67.644,13+*

<sup>\* -</sup> valores atualizados para dezembro de 1991.

Ora, no fim desse período (1979/80) aquele Espaço, como decorrência em grande medida da ação estatal, já

<sup>+ -</sup> recursos previstos

usufruía de uma rede básica de infra-estruturas instalada (malha viária, armazenamento, energia, comunicações, etc.) que lhe oferecia garantias mínimas de seqüência e aprofundamento do processo agroindustrializador, tornando dispensável a continuação das intervenções federais.

Por outro lado, no início dos anos oitenta, a sociedade brasileira manifestava de forma muito intensa os sintomas de uma crise econômica que terminou resultando no esgotamento do modelo brasileiro de crescimento econômico acelerado vigente na década anterior. Para o setor agrícola, uma das primeiras conseqüências da crise foi o retraimento do principal instrumento utilizado pelo Estado para promover a agroindustrialização desse setor: o crédito rural.

O crédito farto e subsidiado funcionou como um dos principais pilares de sustentação da estratégia agroindustrializadora no Espaço de Dourados. Como conseqüência da crise, a oferta desse crédito começou a se retrair e o dinheiro financiado tornou-se, para o produtor rural, um bem cada vez mais escasso e caro.

Com a crise e a rarefação de recursos, o Estado perdeu muito de sua capacidade de ação. Nesse contexto, as

intervenções estatais foram reduzidas e tenderam a se concentrar nas fronteiras agrícolas em processo de abertura (Rondônia, Amazonas, etc). As regiões de fronteira já consolidada — como o Espaço de Dourados, deixaram, portanto, de ser alvos privilegiados e permanentes da programação federal.

3.2 - Um novo agente gestor da programação: o governo estadual.

Nos anos oitenta as intervenções públicas e a política de promoção da agroindustrialização ainda terão curso no Espaço de Dourados, porém em outro nível institucional e com menor grau de profundidade.

A partir dessa década as iniciativas de programação desse espaço se transferem da instância federal para a estadual. Será o governo do Mato Grosso do Sul que assumirá um Programa de indução à agroindustrialização do Estado, o qual cumprirá um papel importante no Espaço de Dourados, ao possibilitar a instalação de uma série de plantas industriais de transformação e beneficiamento de sua produção agropæcuária.

As ações do governo estadual no sentido assumir uma política de promoção industrial se iniciam em 1984, elaboração da Lei 440, de 21 de março daquele ano, COM que beneficios fiscais concessão de para previa novos empreendimentos que se instalassem no Estado. Esse instrumento legal estabelecia uma carência para o recolhimento do sobre Circulação de Mercadorias gerado por novas indústrias que se instalassem no Mato Grosso do Sul.

Essa iniciativa pioneira veio a ser aperfeiçoada e ampliada em 1987 com a elaboração de nova Legislação. A 6 de março daquele ano é promulgada a Lei 701 que estabelece a devolução em um prazo de até sessenta dias de 72% do valor do imposto estadual (ICM) pago pela indústria. A Lei dispõe ainda que as empresas poderão usufruir desse benefício fiscal por um prazo entre dois anos e meio a cinco anos.

Dessa forma, do total do ICM pago pela empresa, o Estado deduz apenas 20% correspondente à cota do Fundo de Participação dos Municípios e outros 8% referentes a um fundo criado para o desenvolvimento de distritos industriais em território sul-mato-grossense.

O incentivo ainda pode ser incrementado, pois a mesma lei abre a possibilidade da empresa beneficiada pleitear ao município onde se instalar a devolução dos 20% correspondente ao Fundo de Participação dos Municípios.

Esses incentivos beneficiam, além de novas indústrias, aquelas que desenvolvam projetos de ampliação de sua capacidade produtiva ou que se disponham a se transferirem para os distritos industriais estaduais, criados e administrados pelo

Estado.

148 1444 1444 4650 1966 9969 tran same base since trans same gara were rone race since upsy large star

O Espaço de Dourados foi um dos mais impactados pela ação dessa política do governo estadual, inicialmente com a criação do Distrito Industrial de Dourados e posteriormente com a implantação de inúmeras plantas industriais atraídas pelos incentivos.

Entre os diversos novos empreendimentos, decorrentes do Programa de incentivos, se destacam dois projetos de maior vulto. O primeiro promovido pelo grupo Ceval, que iniciou a instalação de um complexo envolvendo: frigorífico, fábrica de rações, indústria de enlatados de carne bovina e suína, projetos integrados de avicultura e suinocultura, etc. que envolve investimentos no valor de US\$ 200.000.000,00 e encontrase em processo de implantação.

O segundo já implantado, corresponde à COPAZA, a maior unidade industrial produtora de óleo de soja do Estado. Esse projeto, pertencente ao Grupo Zahran, representou um investimento da ordem de US\$ 25.000.000,00. A unidade, com

<sup>1.-</sup> No Estado foram implantados apenas três distritos industriais: Dourados, Campo Grande e Três Lagoas.

capacidade de esmagamento de 1500 T. diárias, produz óleo bruto e farelo para consumo interno e exportação.

Essa política, implementada pelo governo estadual, representou, além da troca da esfera institucional elaboradora da política pública para a região, uma nova etapa da estratégia de promoção do processo agroindustrializador nessa área.

Nesse novo momento, a programação estatal não prioriza mais a instalação das infra-estruturas e o incentivo direto à expansão das lavouras mecanizadas de soja e trigo via a oferta de crédito rural subsidiado. Essa etapa já se esgotou, já se encontra cumprida.

Agora, trata-se de promover uma segunda etapa, de dotar a região das plantas industriais de transformação e beneficiamento da produção agropecuária. A responsabilidade por essa segunda fase da estratégia foi transferida da esfera federal para a estadual e foi desencadeada com as leis estaduais de incentivo à indústria acima analisada.

IV - O SISTEMA DE PESQUISA AGRICOLA E EXTENSÃO RURAL: INSTRUMENTO
DE CONSOLIDAÇÃO DOS INTERESSES AGROINDUSTRIAIS NO ESPAÇO DE
DOURADOS.

Nessa parte queremos destacar a importância que ganha, a partir da introdução do binômio soja-trigo no Espaço de Dourados, as práticas da pesquisa agrícola (onde ganham destaque a produção de biotecnologias) e da extensão rural. E simultaneamente demonstrar como tais práticas foram fundamentais para a consolidação dos interesses do CAI nesse espaço regional.

Essa nova agricultura regional sob o comando do complexo agroindustrial se transformou, em grande medida, numa ciência. Seu processo produtivo passou a ser crescentemente regulado e orientado pela pesquisa científica. De modo que, nessa porção do Mato Grosso do Sul meridional, "a natureza transformada para a produção (o espaço social) cada dia ganha um conteúdo

maior em ciência e em técnica. 1

No Espaço de Dourados, a pesquisa agrícola, em conjunto com a extensão rural, cumpriram duas importantes funções. Em primeiro lugar, tornaram possível a adaptação do sistema soja-trigo às específicas condições regionais.

Sobretudo a prática da pesquisa, através da criação de novas cultivares melhor adaptadas ao meio-ambiente regional, possibilitou a essas lavouras superarem eventuais limitações naturais locais (clima, solos, pragas, doenças, etc.) permitindo-lhes uma rápida disseminação pelo espaço regional.

Em segundo lugar, tais práticas, na medida em que produziram e difundiram pacotes tecnológicos para o sistema soja-trigo, com a recomendação expressa de utilização dos insumos industriais para a agricultura (máquinas, equipamentos, fertilizantes, agrotóxicos, herbicidas, etc.) serviram para acelerar a consolidação dos interesses agroindustriais na região.

Nos primórdios do processo de introdução do

<sup>1.-</sup> SANTOS, M. Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico. In Boletim Faulista de Geografia. São Faulo, n $^0$  67.  $1^0$  sem. 1989

sistema soja-trigo no Espaço de Dourados, seus agentes implantadores (os granjeiros) se depararam com o obstáculo representado pelo rarefeito ambiente tecnológico regional.

No início da década de setenta, não existia no Espaço de Dourados nenhuma entidade capacitada em pesquisa agrícola apta a atender as muitas demandas e necessidades dos granjeiros gaúchos, decorrentes de suas tentativas de introduzir um sistema agrícola novo em um meio desconhecido.

Havia na região apenas uma pequena estrutura de assistência técnica, consubstanciada em um escritório da antiga Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Mato Grosso - ACARMAT, localizada na cidade de Dourados.

Essa instituição, parte integrante da extinta Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR, <sup>1</sup> até aquela época restringia—se a prestar precária assistência técnica aos pequenos colonos policultores da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

<sup>1.-</sup> A ABCAR foi criada em 1956 e posteriormente, em 1964, é fundada a ACARMAT. A atuação desta última no Estado do Mato Grosso em termos de assistência técnica porém só tem início de fato a partir de janeiro de 1965.

Devido a sua restrita estrutura e a seu reduzido corpo técnico, a ACARMAT não se credenciava para fornecer as soluções urgentes demandadas pelo novo e dinâmico sistema agrícola que se implantava na região.

Frente a esse quadro não foram poucos os problemas, enfrentados pelo binômio soja-trigo, decorrentes da ausência de um sistema regional de pesquisa e extensão rural bem estruturado.

Um dos principais problemas que se colocava era o da adaptação das lavouras de soja e trigo ao meio-ambiente regional, de forma que elas atingissem condições satisfatórias de produtividade e de retorno financeiro.

Nesse contexto de uma assistência técnica precária e rarefeita, os granjeiros pioneiros, aqueles que implantaram, no final dos anos 60 e início da década de 70, o sistema soja-trigo no Espaço de Dourados utilizaram as mesmas cultivares com que trabalhavam no Sul, na crença da existência de similaridade ambiental entre as duas regiões.

As cultivares empregadas encontravam-se adaptadas às condições do Rio Grande do Sul onde apresentavam uma

produção satisfatória, desempenho que no entanto, na maior parte das vezes não conseguiam reproduzir nas condições ambientais distintas do Espaço de Dourados.

Nessa porção do Mato Grosso do Sul meridional, devido à diferença de latitude (e consequentemente de fotoperiodismo), de médias térmicas, das características de solos, etc, muitas das cultivares introduzidas pelos granjeiros pioneiros mostraram-se inviáveis, sendo o motivo de sérios reveses.

Por outro lado, o desconhecimento da época correta de plantio levou muitos lavoureiros a plantarem nas mais diversas épocas o que em alguns casos foi fatal para seus empreendimentos.

Em relatório de avaliação da cultura da soja no ano agrícola de 1970/71, os engenheiros agrônomos Geraldo A. de M. Filho e Agrecir G. Soares, agentes de extensão rural do escritório de Dourados da ACARMAT, examinaram sucintamente os problemas desse período:

"...em alguns casos não foi possível a colheita mecanizada, sendo feita pelo oneroso processo manual. A causa foi o pequeno desenvolvimento vegetativo, ocasionado por três fatores principais: variedade

inadequada, época de plantio atrasada e baixa densidade de plantas por área. Em alguns casos, influenciou a correção da acidez e adubação mal feitas ou a ausência de uma ou ambas as práticas. Ressaltase que em todos estes casos a produtividade foi baixa."

A ocorrência desses problemas, conseqüência das dificuldades de adaptação do novo sistema agrícola a um meio regional pouco conhecido, criavam obstáculos não apenas ao binômio soja-trigo, mas também à viabilização do processo agroindustrializador. Esses entraves cedo demonstraram a urgência em dotar o Espaço de Dourados de uma arrojada estrutura de produção de pesquisa agrícola e extensão rural.

O agente responsável pela implantação e posterior expansão dessa estrutura na região será, fundamentalmente, o Estado.

Na verdade, a implantação de um sistema de pesquisa agrícola e extensão rural será um instrumento a mais utilizado pelo Estado na programação do Espaço de Dourados como

<sup>1.-</sup> Relatório acerca da cultura da soja nas terras de campo e cerrado no ano agrícola de 1970/71 em Dourados - MT. ACARMAT, Dourados, 16/6/71 in GRESSLER, L. A. e SWENSSON, L. J. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados. Edição dos autores, 1988, p. 109.

área de expansão do CAI. A instalação de uma estrutura de pesquisa agrícola e extensão rural, conjuntamente com o Sistema Nacional de Crédito Rural e os programas de desenvolvimento regional para essa área, constituirão o tripé básico de sustentação e viabilização da estratégia estatal para a região.

A organização e montagem do aparato de pesquisa agrícola e extensão rural no Espaço de Dourados será levado a efeito pelo agente estatal em dois estágios distintos.

O primeiro momento corresponderá à criação, no início dos anos 70, do Programa de Pesquisa Integrada no Sul de Mato Grosso - PISMAT. Tratava-se de uma iniciativa estatal que visava integrar o trabalho de diversas entidades públicas na promoção da pesquisa agrícola naquela região.

O Programa procurava reunir os esforços de um conjunto de entidades que até então tinham tido uma atuação isolada na região, como era o caso do antigo Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária — DNPEA, órgão do Ministério da Agricultura, do já extinto Instituto de Pesquisa Agropecuária do Oeste — IPEAO, da ACARMAT e da Secretaria de Agricultura do Estado de Mato Grosso.

O objetivo do programa consistia em avaliar o comportamento de diversas variedades de trigo, soja e arroz nas condições de clima e solo da região sul do atual Mato Grosso do Sul, analisando também o desempenho dessas culturas com relação a diversos níveis de adubação.

As entidades envolvidas no PISMAT, no entanto, não demonstraram suficiente agilidade para responder satisfatoriamente às várias demandas colocadas pelo rápido processo de expansão do binômio soja—trigo no Espaço de Dourados.

05 diversos órgãos de âmbito responsáveis pela pesquisa e assistência técnica no antigo Estado do Mato Grosso (IPEAO, ACARMAT e a Secretaria da Agricultura), eram estruturas inadequadas para os novos tempos. deficiências - recursos reduzidos, carência de mão-de-obra melhor qualificada, estruturas insuficientes, atividades quase exclusivamente restritas à assistência técnica - proporcionavamlhes escassa flexibilidade para se adaptarem à nova dinamicidade desencadeada pela expansão do processo agroindustrializador Espaço de Dourados.

Aliás, com o avanço do processo agroindustrializador em outras porções do espaço rural

brasileiro a partir dos anos 70, será toda a estrutura estatal de promoção e coordenação da pesquisa agropecuária centrada no Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária — DNPEA, do Ministério da Agricultura, que se revelará inadequada para atender às necessidades do novo padrão agroindustrial dominante na agricultura nacional.

Conforme nos enfatiza um estudioso da pesquisa agropecuária no Brasil, o DNPEA, entidade Federal que coordenava a pesquisa agrícola a nível nacional "enquanto órgão de administração direta, estava preso a uma incômoda teia de instâncias burocráticas que obstruía o seu poder decisório. Sua capacidade gerencial era limitada, pois dependia, em muitos casos, de decisões externas à própria estrutura da instituição."

Ademais, eram ainda precários seus instrumentos de mobilização e manejo de recursos.

Frente a essas insuficiências, o DNPEA será extinto e em seu lugar será criada, em 1972, uma estrutura mais ampla e complexa cujo eixo será a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Essa instituição funcionará como órgão

<sup>1.-</sup> AGUIAR, Ronaldo C. Abrindo o pacote tecnológico. Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Pólis; Brasília: CNPq, 1986, p. 32.

central de um sistema nacional de pesquisa agropecuária que envolve diversos Centros Nacionais de Pesquisa (a exemplo dos Centros Nacionais de Pesquisa da Soja, em Londrina — PR e do trigo, em Passo Fundo — RS), as Unidades de Execução de Pesquisa de Ambito Estadual e os Serviços Especiais (Serviço de Produção de Sementes Básicas e Serviço Nacional de Levantamento e Conservação dos Solos).

Sendo uma empresa estatal, isto é, uma empresa pública da administração indireta, ser-lhe-ão asseguradas condições de funcionamento semelhantes às do setor privado. Ela gozará, à distinção do DNPEA, de grande autonomia administrativa e financeira para o cumprimento de sua função primordial: o planejamento e a execução da pesquisa agropecuária a nível nacional.

Paralelamente a essas mudanças no aparato estatal responsável pela promoção da pesquisa agropecuária, verificam-se também importantes modificações no antigo sistema de assistência técnica rural. Em 1974 é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, como órgão de administração indireta vinculado ao Ministério da Agricultura.

A EMBRATER absorverá as funções da antiga ABCAR, que até então funcionava como instituição privada.

Simultaneamente é constituído o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER, incluindo um total de 25 empresas públicas estaduais - as denominadas EMATER - e territoriais - as ASTER, cuja coordenação geral ficará a cargo da EMBRATER.

As novas e mais favoráveis condições, criadas com essa reorganização dos sistemas nacionais de pesquisa agrícola e extensão rural, logo repercutirão no Espaço de Dourados.

O antigo escritório da ACARMAT de Dourados é transformado na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso — EMATER e passa a se integrar ao novo Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Posteriormente, em janeiro de 1979, em decorrência da criação do novo Estado de Mato Grosso do Sul, esse órgão passará por novo processo de modificação, transformando—se na Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul — EMPAER.

Porém, resposta mais enfática aos diversos obstáculos e insuficiências colocados pela anterior estrutura de pesquisa e extensão rural que entravava a expansão do binômio soja-trigo e conseqüentemente os interesses agroindustriais na

região, será dada pelo Estado federal ao eleger a cidade de Dourados para a implantação de uma das Unidades de Execução de Pesquisa a Nível Estadual - UEPAE da EMBRAPA.

Demonstrando uma certa urgência do Estado em sanar rapidamente os problemas ocasionados pela precariedade do antigo sistema de pesquisa e extensão rural, a UEPAE-Dourados é criada em 1975, apenas há pouco mais de dois anos após a criação legal da própria EMBRAPA.

A nova unidade criada, à exemplo das demais, tem sua jurisdição limitada à unidade estadual (antigo Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul) dedicando—se principalmente ao trabalho de adaptação da tecnologia gerada pelos diversos Centros Nacionais de Pesquisa, como também à geração de tecnologias para produtos de interesse local.

Todo esse aparato, montado pelo Estado para promoção da pesquisa agrícola e extensão rural, foi fundamental na superação dos obstáculos que entravavam o processo de adaptação do binômio soja-trigo no Espaço de Dourados.

Como já havíamos nos referido antes, as primeiras cultivares de soja e trigo introduzidas na região eram aquelas utilizadas pelos granjeiros no Sul do País na segunda metade da década de 60. Nesse período, a cultura dessa

leguminosa, mesmo no Sul, ressentia-se ainda de uma certa limitação tecnológica. Com quase toda a sua base tecnológica transferida do exterior, o início da cultura da soja no Brasil se fez, conforme nos recorda Souza, " com a importação de variedades de origem norte-americana, próprias para serem produzidas em latitudes de 30-35 graus. Não é, assim, sem razão que a soja penetra no Brasil pelo seu Estado mais meridional, o Rio Grande do Sul, situado abaixo do Trópico de Capricórnio, mais precisamente entre os 27 e 33 graus de latitude sul." 1

As cultivares utilizadas no Sul eram aquelas adaptadas às suas condições ambientais e à sua faixa específica de latitude. Já o Espaço de Dourados, além de apresentar condições próprias de clima e solo, encontra-se localizado em latitudes mais baixas (21-23 graus), o que no caso da soja acarretou problemas relacionados ao fotoperiodismo.<sup>2</sup>

<sup>1.-</sup> SOUZA, Ivan S. F. Condicionantes da modernização da soja no Brasil. In Revista de Economia e Sociologia Rural, 28(2), Brasília, abril/junho 1990, p. 192

<sup>2.-</sup> Essas primeiras cultivares utilizadas no Sul durante os anos 60 apresentaram dependência em relação ao comprimento do dia (fotoperíodo). Dias mais curtos, como é o caso de regiões de latitudes mais baixas, provocam o florescimento precoce e, conseqüentemente, um reduzido crescimento da planta, o que prejudica a altura da vajem que fica mais próxima do solo, dificultando a colheita mecanizada.

Entre as cultivares mais utilizadas no Espaço de Dourados nesse período pioneiro, destacava-se a hale-7, Bragg, hardee, Davis, Santa Rosa, Mineira e Pelicano. O desconhecimento das limitações fotoperiódicas e térmicas de algumas dessas cultivares foi motivo de insucessos para muitos granjeiros.

As dificuldades de adaptação de muitas das cultivares trazidas do Sul às características ambientais específicas do Espaço de Dourados, colocaram como desafio decisivo para o novo sistema de pesquisa a produção de cultivares novas e plenamente adaptadas às condições particulares da região.

Esse desafio. juntamente outros COM obstáculos, como a questão relativa à correção dos solos de campo que apresentavam problemas de acidez e baixa fertilidade, a definição da época certa de plantio da soja e do trigo, etc. somente começaram superados equacionados a ser e satisfatoriamente com o inicio da atuação da UEPAE - Dourados.

Essa unidade de pesquisa, sobretudo a partir do início da década de 80, passou a gerar variedades de soja plenamente adaptadas às condições ambientais do Espaço de Dourados.

A UEPAE — Dourados passou a trabalhar em estreita integração com os Centros Nacionais de Pesquisa (CNP) da soja, em Londrina no Paraná e do trigo, em Passo Fundo no Rio Grande do Sul. Há um processo de divisão de trabalho entre essas diferentes unidades, os CNPs promovem os cruzamentos das sementes, produzindo as linhagens que são remetidas para a UEPAE — Dourados, onde são avaliadas e, na medida em que se adaptam às condições regionais, são transformadas em cultivares recomendadas para o Espaço de Dourados.

Atualmente, em decorrência desse trabalho conjunto, já foi produzido um amplo leque de variedades, existindo nesse momento, mais de 40 cultivares recomendadas para o Estado de Mato Grosso do Sul.(Quadro 2)

A contribuição desse sistema de pesquisa ao produzir novas cultivares adaptadas às condições regionais foi, sem dúvida, importante para a consolidação, não apenas do binômio soja-trigo, mas dos interesses agroindustriais no Espaço de Dourados. Porém, a adaptação de cultivares é apenas uma faceta da ação do sistema de pesquisa na viabilização do CAI. Sua contribuição decisiva para os interesses agroindustriais consiste no fato de que essas cultivares só podem ser empregadas satisfatoriamente no processo produtivo quando acompanhadas de um

Quadro 2. Cultivares de soja recomendadas para o Estado de Mato Grosso do Sul - safra 1991/92.

Ciclo prec	oce/médio		Ciclo semit	ardio		Ciclo tar	dio	
	Região			Região			Região	
Cultivar	Centro-Norte	Sul	Cultivar	Centro-Norte	Sul	Cultivar	Centro-Norte	Sul
Bossier	T	Ť	Andrews	T	Р	BR-9 (Savana)	Р	Т
BR-5 <sup>a</sup>	N	T	Dourados	Т	T	FT-Cristalina	Р	Р
BR-6 (Nova Bragg)	N	P	FT-11 (Alvorada)	Р	Р	FT-Seriema	Р	Р
Bragg	N	T	FT-14 (Piracema)	T	Р	Doko <sup>a</sup>	Т	T
Buriti (MS BR-21)	Р	Р	FT-18 (Xavante)	T	P	MS BR-34 (EMPAER-10)	) P	Р
Davis	N	Р	FT-19 (Macacha)	Т	Р	UFV-1 a	Т	Т
FT-2	N	Р	FT-25500 (Cristal)	Р	Р	UFV-8 (Monte Rico) <sup>a</sup>	T	T
FT-3	T	P	FT-Estrela	Р	P	UFV-10 (Uberaba)	P	Т
FT-5 (Formosa)	N	P	FT-Maracaju	N	Р	EMBRAPA 2 <sup>b</sup>	N	Р
FT-10 (Princesa)	T	Р	MS BR-39 (Chapadão)	Р	N	EMBRAPA 3	N	Р
FT-16 <sup>D</sup>	Р	N	Guavira (MS BR-18)	P	P			
FT-20 (Jaú)	N	P	IAC-8 <sup>a</sup>	T	T			
FT-Jatobá	N	P	Santa Rosa	Р	P			
IAC-12 <sup>a</sup>	T	T	São Gabriel (MS BR-	17) P	Р			
IAS-5 <sup>a,c</sup>	N	T	Tiaraju	Р	P			
Ipê (MS BR-20)	Р	P	CAC-1b	Р	Р			
Ocepar-4 (Iguaçu)	N	Р				•		
Ocepar-7 (Brilhante)	) N	Р						
Pequi (MS BR-19)	Р	Р						
UFV/ITM-1	Р	Р						
União a	N	T						
Ocepar-12 <sup>d</sup>	N	Р						

Indica presença de *Cercospora sojina* em avaliações feitas nas condições de campo na região Centro-Norte de Mato Grosso do Sul em 1987/88.

Apresenta limitações de altura quando plantada mais ao Norte do Estado e em épocas mais tardias.

Recomendada também para Bonito na região Centro-Norte.

Incluídas a partir de 1991/92. Legenda = T = Tolerada; N = Não recomendada; P = Preferencial

complexo pacote tecnológico.

Tal pacote consiste em uma verdadeira "linha de montagem, onde o uso de determinada tecnologia ou componente — sementes melhoradas, por exemplo — exige o uso de determinadas tecnologias ou componentes anteriores — máquinas e equipamentos para os serviços de preparo do solo; calagem para a correção do solo — e leva ao emprego de determinadas tecnologias ou componentes posteriores — adubação e combate químico de pragas. O sucesso — ou insucesso — da atividade produtiva, portanto, ficaria totalmente condicionado ao uso completo do pacote tecnológico."<sup>1</sup>

A produção de cultivares adaptadas, que somente podem ser utilizadas com êxito quando acompanhadas de toda a parafernália tecnológica produzida pela indústria, evidencia dessa forma o estratégico papel jogado pelo sistema de pesquisa agrícola e extensão rural montado no Espaço de Dourados para garantir a expansão e consolidação do CAI nesse espaço regional.

Por fim, essa nova dimensão que ganha a ciência, a pesquisa e a tecnologia a partir da presença e do

<sup>1.-</sup> AGUIAR, R. Conde. Op. cit. pp. 42 e 43.

domínio do CAI no Espaço de Dourados nos revela como o processo de reorganização do espaço geográfico nessa porção do Mato Grosso do Sul levado a efeito para atender às novas formas produtivas da agroindustrialização pressupõe um grande, e cada vez maior, conteúdo de ciência e técnica em seu bojo. Nesse contexto, podemos afirmar juntamente com Santos que o território se cientificiza e se tecniciza. 1

<sup>1.-</sup> SANTOS, M. Op. cit.

## V - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NO ESPAÇO DE DOURADOS.

A chegada do CAI no Espaço de Dourados desencadeou um vigoroso processo desestruturador/reestruturador responsável pelo reordenamento da estrutura de produção-distribuição nesse espaço.

O aparelho produtivo anterior baseado em certas relações de trabalho, propriedade, comercialização, financiamento, transporte, etc. foi sendo desarticulado simultaneamente à montagem de outra estrutura alicerçada em relações distintas.

Relações do passado ainda permanecem, ainda desempenham um papel, mas já não são dominantes, são fragmentos de uma estrutura em processo de dissolução. A forma de produção emergente se impôs e tende a articular algumas dessas relações pretéritas ao mesmo tempo em que inviabiliza e descarta outras.

Essa neo-estrutura, apesar de preponderante e de tender a apresentar um conjunto articulado de relações, não

configura em nenhum momento, no entanto, uma realidade acabada e pronta. Trata-se de uma estrutura em constituição, em ininterrupto movimento na busca de coesão e estabilidade que, contudo, nunca se realizam plenamente, devido se encontrar, também, permanentemente abalada por um feixe de conflitos e contradições que lhe são inerentes.

A seguir, tentaremos identificar e analisar as estruturas mais fundamentais que alicerçam e comandam o funcionamento dessa nova engrenagem de produção em processo de montagem, objetivando com isso apreender a lógica geral de funcionamento do CAI nesse espaço específico do Mato Grosso do Sul meridional.

## 5.1 - O aparelho Produtor Rural.

O CAI, ao se expandir no Espaço de Dourados, promoveu o atrelamento do aparelho produtor rural aos interesses agroindustriais, através do estabelecimento de uma nova maneira de trabalhar e produzir para o conjunto dos estabelecimentos rurais da região. Nesse contexto, a estrutura do aparelho produtor rural passou a ser determinada pela forma de integração agricultura—indústria imposta por esse CAI.

Tal integração agricultura-indústria no Espaço de Dourados não se apresenta, porém, como um processo homogêneo. Na realidade o CAI estabeleceu duas modalidades distintas de articulação com o agro local, o que veio a determinar duas maneiras diferenciadas de organização do aparelho produtor rural nesse espaço.

A primeira forma, mais comum e francamente predominante no espaço analisado, é a simples integração técnica, onde a indústria revoluciona a base produtiva, tecnificando-a. Aqui trata-se, no entanto, de uma integração parcial, na medida em que a indústria não assume diretamente o controle do processo de produção no campo.

Nesse caso, apesar do desenvolvimento da atividade agrícola tornar-se dependente e atrelado aos interesses industriais, essa integração preserva a figura do produtor rural como agente responsável pela gestão do processo de produção no meio rural.

Α segunda modalidade de integração agricultura-indústria expressa aprofundamento, um uma intensificação da articulação da agricultura pelos interesses industriais que passam a assumir um controle mais estrito atividades agrícolas. Trata-se da situação onde a própria indústria assume diretamente a produção rural.

Esse novo arranjo ultrapassa a mera integração técnica, configurando um processo mais complexo de integração de capitais. Essa segunda modalidade ocorre quando conglomerados, ou grandes grupos econômicos, normalmente atuando em diversos setores da economia e regidos por algum tipo de cabeça financeira, adquire terras, dispensa a intermediação do produtor rural e passa a dirigir diretamente a produção agrícola.

No Espaço de Dourados, dado o grau de amadurecimento já alcançado pelo processo agroindustrializador, a

integração de capitais é um processo emergente que se esboça paralelamente ao aprofundamento da integração técnica. Aqui, utilizamos essas categorias por considerá-las as mais aptas para nos fornecer um desvendamento mais preciso e sugestivo do aparelho produtor rural atualmente em montagem nesse espaço regional.

5.1.1 - A Integração Técnica: os produtores rurais individuais e a organização de seu aparelho produtivo.

A forma predominante de propriedade da terra entre os produtores do sistema soja-trigo no Espaço de Dourados é majoritariamente a forma individual de propriedade. Essa forma, aliás, é a predominante no conjunto do aparelho produtor rural na região. Em 1980, do total de 10.612 estabelecimentos existentes nesse espaço, nada menos do que 91% ou 9.657 daquelas unidades de produção, correspondiam a estabelecimentos de proprietários individuais.(Tabela 13)

Dentro desse aparelho produtor rural, o binômio soja-trigo apresentou uma rápida evolução e crescente dinamização. Constata-se facilmente a importância que essas lavouras assumiram no agro regional pelo exame de alguns dados censitários.

Como já foi demonstrado no capítulo II, entre 1970-80 observou-se um acelerado crescimento das áreas ocupadas pelas lavouras de soja-trigo. No início daquela década, essas áreas que juntas totalizavam 12.086 ha., representavam apenas 8% das áreas ocupadas por lavouras na região. Em 1980, no entanto,

elas passam a somar 529.682 ha. e a monopolizarem 68% do total da área ocupada por lavouras.(Tabela 4)

Nessa mesma década, a produção proporcionada por essas duas culturas apresentou evolução ainda mais dinâmica. A soja evoluiu de 9.143 toneladas em 1970 para 781.002 toneladas em 1980, resultando em um significativo aumento da produtividade média, que passou de 0,9 toneladas por hectare em 1970 para 1,7 toneladas por hectare em 1980. O trigo apresentou tendência semelhante. De 1479 toneladas em 1970 para 75.548 toneladas em 1980, com a produtividade evoluindo de 0,7 tonelada por hectare para 1,0 tonelada por hectare no período.(Tabela 4)

Como resultado desse dinâmico processo de desenvolvimento as lavouras de soja e trigo em 1985 se destacaram como as principais culturas da produção vegetal regional. Nesse ano, o valor da produção daquelas duas lavouras equivalia a mais de 80% do valor total da produção vegetal do Espaço de Dourados.(Tabela 5)

Os agentes responsáveis por essa rápida expansão do binômio soja-trigo no Espaço de Dourados são, basicamente, granjeiros gaúchos a cujo sistema tecnificado de produção agrícola vieram se integrar, no decorrer da década,

contingentes de lavoureiros paulistas, paranaenses e mesmo sulmato-grossenses.

Tabela 4 - Area, quantidade e estabelecimentos produtores de soja e trigo e área total de lavouras no Espaço de Dourados - 1978, 1975 e 1988.

Anos	Area de soja (ha)	, ,	Area total de lavouras (perm + temp) (ha)	de soja	Guantidade de trigo (T)	Estabelecimentos produtores de soja	Estabelecimentos produtores de trigo
1978	9.968	2.118	148.681	9.143	1.479	2.168	690
1975	103.117	9.855	549.788	144.577	4.895	3.489	289
1988	456.447	73.235	774.824	781 <b>.00</b> 2	75.548	3.924	1.127

Fonte: Censos Agropecuários Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, IBGE, 1978, 1975 e 1988.

Tabela 5 - Valores da produção de soja e trigo e valor da produção vegetação total no Espaço de Dourados - 1985

NUNICIPIOS	Valor da produção vegetal total (Cr\$ 1.800)	Valor da produção de soja (Cr\$ 1.000)	Valor da produção de trigo (Cr\$1. <b>800</b> )
Aral Moreira	182.862.548	62.188.888	27.282.288
Caarapó	186.677.788	62.092.800	38.359.988
Douradina	38.371.668	8.951.848	17.062.720
Dourados	428.853.881	197.133.380	199.456.256
Itapora	142.775.486	69.800.800	45.8 <b>88.886</b>
Maracajú	232.657.572	168.875.000	22.207.500
Ponta Pora	392.120.330	249.139.888	73.744.888
Rio Brilhante	192.428.228	187.568.888	26.352.988
Sidrolandia	254.699.458	150.150.000	18.684.888
Fátima do Sul	86.563.166	18.752.008	25.581.6 <b>88</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal Mato Grosso do Sul, IBGE, 1985.

Esse novo tipo de produtor rural, surgido no Espaço de Dourados no início dos anos 70, reúne alguns atributos que o distingue dos antigos colonos e fazendeiros tradicionais da

região. Trata-se de produtores que, embora preservem esquemas da produção familiar, encontram-se estreitamente articulados à indústria, ao sistema financeiro e ao mercado.

Para distinguir esse novo esquema de produção dos anteriores, embora sem nenhuma intenção de elaborar algum tipo de classificação ou tipologia rígida ou fechada, denominaremos essa nova forma de produção familiar tecnificada.

Antes de prosseguirmos cabe um esclarecimento mais detalhado do que consideramos a produção familiar tecnificada. No Espaço de Dourados, essa forma encontra-se relacionada principalmente à produção do binômio soja-trigo e se define por um conjunto de características próprias.

Nesse sentido, estamos diante da produção tecnificada quando o produtor rural administra diretamente seu estabelecimento agrícola; quando ele garante sustento seu e 0 de sua familia. exclusivamente OU principalmente, com a exploração desse estabelecimento; quando sua própria força de trabalho e frequentemente a dos familiares (filhos, irmãos, etc.) são utilizadas juntamente com alguns poucos assalariados permanentes e/ou eventuais temporários no processo produção rural: quando o processo produtivo é realizado com elevado grau de mecanização e intenso consumo de insumos industriais; e, finalmente, quando esse produtor apresenta um domínio das modernas técnicas agronômicas e estreito relacionamento com o mercado, o sistema financeiro e a indústria.

Como essa nova forma de produção na região concentra-se entre os produtores individuais de soja e trigo, o exame da evolução destes últimos nos fornece uma idéia bastante aproximada da expansão da produção familiar tecnificada no Espaço de Dourados.

Os estabelecimentos produtores de soja e trigo entre 1970 e 1980 experimentaram uma franca expansão. Em 1970, os estabelecimentos produtores de soja, por exemplo, que somavam 2.168 unidades evoluíram em 1975 para 3.489 e finalmente 3.924 em 1980. Neste último ano as unidades produtoras de soja representavam já 37% do total de estabelecimentos regionais. Os produtores de trigo, por outro lado, apresentaram uma evolução

<sup>1 ....</sup> 0 Censo Agropecuário, fornecer número de äО O estabelecimentos produtores de soja, não detalha a forma de propriedade (se individual ou empresarial). Porém, como a forma de propriedade individual, conforme já constatamos, é largamente predominante região, infere-se que a grande na maioria estabelecimentos produtores de soja do censo correspondam a estabelecimentos de propriedade individual. Essa inferência pôde por intermédio de entrevistas ser confirmada diretas com os produtores e cooperativas da região.

menos dinâmica. eram 600 em 1970, 289 em 1975 e 1.127 em 1980. (Tabelas 4 e 9)

O responsável direto por essas unidades de produção familiar tecnificada normalmente é o proprietário, e mais raramente o arrendatário. Assim, não é gratuito que ao avanço do número de estabelecimentos produtores de soja no período 1970-80 corresponda também uma expansão do número de proprietários e uma redução das demais categorias de produtores.

Dessa forma, os proprietários, que correspondiam a 51% do total de produtores regionais em 1970, passam a representar 61% em 1975 e 69% em 1980. Os arrendatários, que representavam 19% do total de produtores em 1970, reduzem-se a 16,9% em 1975 para manterem-se em 17% no ano de 1980.(Tabelas 6, 7 e 8)

Já as formas não tipicamente capitalistas sofreram um nítido recuo. Os parceiros ficaram reduzidos a uma presença residual. Representavam 10% em 1970, 5% em 1975 e apenas 2,5% em 1980. Os ocupantes sofreram também uma grande redução, correspondiam a 18% dos produtores regionais em 1970, 16,6% em 1975 e atingiam apenas a 10,7% em 1980. O que confirma a pouca

adequação dessas formas para uma agricultura crescentemente integrada ao complexo agroindustrial.(Tabelas 6, 7 e 8)

Tabela 6 - Condição do Produtor - 1978

MUNICIPIOS	PROPRIETARIO		ARRENDATAR 10		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimento	Area (ha)	Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimentos	Area (ha)
Aral Moreira								
Caarapó	959	243.975	465	3.948	365	2.945	414	4.832
Douradina								
Dourados	3.073	435.932	792	11.897	1.214	9.421	1.287	26.592
Fátima do Sul	2.284	44.971	1.177	6.176	178	1.384	446	2.296
Itapora	1.079	117.755	629	4.885	209	1.482	128	935
Maracajú	297	486.123	21	4.162	1	3	18	5.242
Ponta Pora	1.284	642.815	293	5.559	17	3.886	888	34.868
Rio Brilhante	276	472.285	63	16.738	11	654	46	31.898
Sidrolândia	424	562.421	151	11.437	31	379	321	6.989

Fonte: Censo Agropecuário do Mato Grosso, IBGE, 1970.

Tabela 7 - Condição do Produtor - 1975

	PROPRIETARIO		ARRENDATARIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
MUNICIPIOS	Estabele- cimentos		Estabele- cimento	Area (ha)	Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimentos	Area (ha)
Caarapó	883	295.563	266	3.481	94	988	584	6.895
Dourados	2.764	415.847	671	36.127	242	3.827	722	9.593
Fátima do Sul	2.190	50.377	739	4.689	193	732	252	2.846
Itapora	692	76.352	193	7.659	208	3.151	279	12.661
Maracajú	377	354.727	118	43.119	15	1.486	114	21.665
Ponta Pora	1.175	697.954	279	44.326	13	5.322	353	19.277
Rio Brilhante	485	522.887	119	17.500	33	3.187	38	3.679
Sidrolandia	587	566.147	181	26.149	38	718	181	11.401

Fonte: Censo agropecuário do Mato Grosso, IBGE, 1975.

Tabela 8 - Condição do Produtor - 1980

MUNICIPIOS	PROPRIETARIO		ARRENDATARIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estabele- cimentos		Estabele- cimento		Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimentos	Area (ha)
Aral Moreira	447	132.173	62	19.562	5	2.112	31	1.572
Caarapó	843	329.612	180	8.776	12	1.789	276	3.503
Dourados	1.815	328.194	498	32.139	95	9.058	335	5.145
Fátima do Sul	1.526	42.706	487	4.355	81	934	279	3.084
Itapora	716	86.946	126	11.309	32	514	41	1.146
Maracajú	314	363.625	79	29.983	14	7.884	25	6.588
Ponta Pora	798	688.927	126	59.698	7	6.174	94	4.948
Rio Brilhante	423	557.196	188	44.583	37	9.261	24	1.005
Sidrolândia	495	514.134	86	46.938	4	<b>78</b> 3	35	1.003

Fonte: Censo agropecuário Mato Grosso do Sul, IBGE, 1988.

Uma análise mais detalhada da produção familiar tecnificada no Espaço de Dourados, por outro lado, revela-nos certas diferenciações internas a essas diversas unidades (relativamente à escala de produção, modus operandi, etc.) o que nos permite agrupá-las em três classes distintas: a pequena, média e grande produção familiar tecnificada.

Em uma classificação grosseira e apenas com a finalidade de tomarmos algum tipo de balizamento que sirva de ponto de partida para nossa análise, assumiremos a percepção difundida e aceita na região acerca das dimensões do pequeno,

médio e grande estabelecimento produtor de soja.

Em geral, no Espaço de Dourados, enquadram-se na categoria de pequena produção familiar tecnificada de soja e trigo os estabelecimentos com menos de 100 ha. Os médios situam-se na faixa de 100 a menos de 500 ha. Acima desse limite se encontram os grandes.

Na realidade, a média e grande produção familiar tecnificada apresentam algumas semelhanças que nos permitem agrupá-las em uma mesma classe para fins analíticos.

A grande e média produção familiar tecnificada no Espaço de Dourados trabalha majoritariamente com culturas comerciais (principalmente com soja e trigo e em menor escala com milho e arroz). Frequentemente, é administrada diretamente pelo proprietário e mais raramente por arrendatários.

A maior parte desses médios e grandes produtores são absenteístas. Não residem nos estabelecimentos, preferindo fixar residência nos principais centros urbanos regionais, sobretudo em Dourados, Ponta Porã e Maracaju.

A preferência pela cidade se deve, sobretudo, ao desejo de oferecer boa educação aos filhos e de proporcionar à

família as comodidades urbanas. Esses produtores rurais encontram-se hoje perfeitamente integrados à vida das cidades, constituindo uma classe média afluente, já tendo desenvolvido hábitos e um sistema de vida plenamente urbanos.

Nesse sentido, o recente desenvolvimento da rede rodoviária regional, possibilitando o rápido deslocamento do produtor para o seu estabelecimento, veio contribuir decisivamente para viabilizar essa opção pela residência urbana.

Relativamente ao financiamento, hoje é sobretudo o grande, e em menor escala o médio produtor, que tem acesso regular ao crédito bancário. Em parte, eles o utilizam para usufruírem do seguro agrícola (o PROAGRO). Dado a recente rarefação e encarecimento desse crédito rural, principalmente após meados dos anos oitenta, reduziu-se sua utilização pelo pequeno produtor de soja e trigo.

Por outro lado, o grande e médio produtor adota um esquema de produção totalmente mecanizado, dispondo de uma diversidade de máquinas e instrumentos agrícolas: tratores, plantadeiras, semeadeiras, pulverizadores, máquinas de prélimpeza, caminhões (utilizados para o transporte dos grãos até a indústria), arados, grades e colhedeiras (normalmente os

estabelecimentos acima de 250 ha.).

Em regra. mantém-se muito bem informados acerca da evolução do mercado, obtendo informações regulares indústrias, cooperativas, imprensa, etc. Alguns dispõem de canais informação mais eficientes, como os associados a corretoras de produtos agrícolas situadas em São Paulo ou no Janeiro. Essas firmas possuem terminais de vídeo ligados de diretamente à bolsa de Chicago, acompanhando diariamente evolução das cotações. Elas fornecem o preço de abertura fechamento, além de abastecerem os produtores associados COM análises de tendências de mercado.

Boa parte desses produtores dispõem de armazéns e silos próprios, o que os torna menos vulneráveis frente à indústria no momento da comercialização. Apesar da maioria dos grandes e médios produtores serem cooperados, é reduzido o compromisso que mantém com a Cooperativa no momento da entrega da safra.

Com relação à força de trabalho, além da mão-de-obra do proprietário e de seus filhos, emprega-se normalmente trabalhadores permanentes (de dois a seis, dependendo da dimensão da área cultivada) e em determinados períodos de

maior demanda de serviço braçal contratam-se trabalhadores temporários.

Os trabalhadores permanentes amiúde apresentam alguma qualificação. Trata-se de uma mão-de-obra com algum grau de especialização. Geralmente são tratoristas. É comum na região firmas revendedoras de tratores e máquinas agrícolas, ou a própria indústria desses produtos, oferecerem cursos regulares para a formação ou aprimoramento dessa mão-de-obra.

Esses trabalhadores permanentes, via de regra, são remunerados com um salário mínimo. A título de complementação de renda é fornecida uma pequena participação na safra de soja. Essa parcela cedida varia de acordo com a condição do produtor (médio ou grande).

Alguns produtores fornecem também a esses trabalhadores permanentes, as bordaduras da lavoura (a faixa de terra próxima à cerca onde não é possível plantar e colher com máquinas). Nessa faixa os trabalhadores plantam feijão, arroz e milho utilizando uma parcela para sua subsistência e para o sustento de pequenos criatórios (porcos, galinhas, etc.), dividindo a outra com o proprietário.

Nos períodos de entressafra e pós-plantio, esses empregados permanentes têm uma jornada de 6 a 8 horas diárias, gozando inclusive de algum tempo livre. Essa situação, no entanto, altera-se drasticamente nas épocas de pico das atividades - durante o preparo do solo, o plantio e a colheita - quando o ritmo de trabalho torna-se intenso e exaustivo.

Nesses períodos, os empregados realizam até doze horas de trabalho por dia. Os estabelecimentos com um número reduzido de máquinas chegam a trabalhar vinte e quatro horas com rodízio de pessoal, uma parte sendo ocupada durante o dia e a outra à noite.

Aqueles três momentos de pico são estratégicos no processo de produção, tendo prazos estabelecidos para serem cumpridos e implicando pesados prejuízos para quem não os respeitar. Sobretudo quem planta a soja em rodízio com o trigo dispõe de intervalos apertados para realizar essas três etapas dentro dos prazos corretos.

Em geral, colhe-se o trigo a partir de final de agosto e durante o mês de setembro. Dessa maneira, só resta outubro para o preparo da terra, pois o plantio da soja inicia-se já no começo de novembro. Colhe-se a soja no final de março e

começo de abril; após esse período tem-se que preparar rápido a terra novamente pois, em maio o trigo já tem que estar plantado.

Geralmente o plantio é realizado após uma chuva, nesse caso há no máximo alguns poucos dias de tempo útil para concluir essa operação, caso contrário a terra seca, dificultando o trabalho. Já a colheita, se for realizada com ameaça de chuva, necessita ser concluída com muita rapidez antes que a queda da chuva interrompa e atrase o trabalho.

Em decorrência desses prazos apertados, nesses três períodos os empregados permanentes têm seu tempo livre eliminado. Contra essa apropriação das horas livres alguns empregados reagem utilizando-se, por vezes, de meios extremos para diminuírem ou estancarem o ritmo de trabalho. Nessas ocasiões pode ocorrer a danificação proposital das máquinas agrícolas (colocação de areia nos radiadores, furos nos pneus dos tratores, etc).

Frente a essa situação, torna-se fundamental para o produtor a confiabilidade da mão-de-obra. Deixa de ser indiferente para o sojicultor despedir os empregados já conhecidos, pois é difícil substitui-los por mão-de-obra confiável.

Os grandes e médios produtores também se utilizam regularmente de mão-de-obra temporária. Tais trabalhadores são normalmente requeridos na fase da capina. Ocorre que, um ou dois meses após o plantio, o campo de soja é tomado por ervas daninhas que entram em concorrência com a soja, diminuindo-lhe a produtividade, havendo, portanto, a necessidade de serem suprimidas.

moderna tecnologia agricola ainda não forma totalmente eficaz para eliminar esse problema. Existem duas alternativas: a capineira mecânica 05 herbicidas. A primeira apresenta o inconveniente de prestar um serviço incompleto, pois a máquina só conseque pegar as ervas dos espaçamentos situadas entre as linhas (as fileiras de soja). As localizadas nas ervas linhas escapam da capineira. herbicidas exigem condições climáticas ideais de aplicação para produzirem efeito. Tais condições frequentemente são difíceis ocorrerem plenamente; além disso, o herbicida apresenta desvantagem extra de um custo elevado.

Essa insuficiência da moderna técnica industrial produz assim uma conseqüência importante para as relações de trabalho na cultura da soja ao criar a necessidade de

utilização de mão-de-obra temporária nessa fase de limpeza da lavoura.

Esses trabalhadores temporários da soja normalmente constituem uma mão-de-obra sem nenhuma especialização. Residem nas vilas ou nas periferias das cidades mais próximas e são arregimentados por um intermediário (o "gato"). O produtor rural só trata com o "gato", evitando acertar-se diretamente com os trabalhadores por achar difícil o relacionamento com eles.

O trabalho é realizado na forma de empreitada. Cada trabalhador ganha uma diária, o gato normalmente aufere o dobro da diária de um trabalhador.

Nesse período de capina a demanda por essa mão-de-obra temporária é grande e em alguns momentos ela se torna rara, o que tem levado os gatos a arregimentarem inclusive a mão-de-obra indígena situada nas reservas da região.

Esses grandes e médios produtores auferem duas entradas de renda por ano. Uma durante a venda da safra de soja e a outra na venda do trigo. Nos últimos anos, uma parcela crescente das receitas auferidas por esses produtores está sendo

desviada para investimentos na pecuária em detrimento da lavoura. Isso ocorre principalmente devido à evolução insatisfatória dos preços da soja e do trigo e às dificuldades recentes de financiamento para a agricultura.

Já a pequena produção familiar tecnificada se distingue da grande e média por apresentar algumas características particulares que lhe fornecem um perfil próprio.

O pequeno produtor normalmente mantém uma relação muito estreita com a Cooperativa. Trata-se, na realidade, de uma acentuada relação de dependência. Em geral, esse pequeno produtor não dispõe de armazém próprio, necessitando utilizar regularmente a estrutura de armazenamento da Cooperativa. Por outro lado, não detendo muitas vezes um domínio suficiente do comportamento e das tendências do mercado, em geral se encontra mais dependente da Cooperativa para negociar satisfatoriamente suas safras.

Devido a essa relação mais acentuada de dependência, o compromisso cooperativista é assumido e cumprido mais à risca pelo pequeno produtor. Ele normalmente entrega sua produção para a cooperativa e compra desta os seus insumos agrícolas.

Com a recente escassez e encarecimento do crédito rural, o pequeno produtor tem evitado utilizar financiamentos bancários, preferindo lançar mão de esquemas alternativos de financiamento promovidos pela Cooperativa: o sistema troca-troca (permuta de insumos por grãos de soja), adiantamentos, compra antecipada, etc.

Paralelamente às culturas comerciais do trigo e da soja, pratica regularmente, em pequenas áreas, lavouras para o consumo familiar: arroz, feijão, milho, alho, etc. Não raro esse pequeno produtor é também um feirante que vende nas feiras dos centros urbanos mais próximos os excedentes daquelas culturas de subsistência.

Ao contrário do grande e médio produtor, o pequeno em regra reside no próprio estabelecimento. No processo de trabalho predomina majoritariamente a mão-de-obra familiar, sendo muito raro a utilização de trabalhadores permanentes. Apenas nas épocas de preparo da terra, plantio e colheita, quando se intensifica o ritmo de trabalho, é comum a contratação de dois ou três trabalhadores temporários.

é frequente, entre esses pequenos produtores,

a adoção de uma modalidade de trabalho coletivo denominada de "troca de serviço", quando uns ajudam aos outros no plantio ou na colheita e preparo da terra, recebendo posteriormente em troca o mesmo servico dos demais.

A jornada de trabalho desse pequeno produtor é normalmente dilatada e estafante. Em épocas normais ela se estende de dez a doze horas diárias. Nos períodos de pico, no entanto, essa jornada se intensifica ainda mais, cumprindo-se nessas ocasiões de catorze a dezesseis horas diárias de serviço.

Trata-se porém de um esquema de produção totalmente mecanizado, dispondo esses pequenos produtores mesmos equipamentos e máquinas utilizados pelos grandes e médios lavoureiros. A única exceção são as colhedeiras, já que as dos pequenos estabelecimentos tornam reduzidas dimensões а antieconômica. Durante aquisição desse tipo de máquinas 0 período da colheita, essas máquinas são normalmente alugadas outros produtores de maior porte.

No Espaço de Dourados, a pequena produção familiar tecnificada, dado principalmente à sua reduzida escala de produção, apresenta-se vulnerável e com crescente dificuldade de garantir o seu processo de reprodução. Nessa porção do Mato

Grosso do Sul meridional, existem indícios que sugerem a ocorrência de um rápido retraimento dessa forma específica de produção.

O exame, por exemplo, da evolução da estrutura fundiária regional, com base nos dados censitários, é ilustrativo do processo de retração da pequena unidade de produção em geral (tecnificada ou não).

A introdução do sistema soja—trigo no Espaço de Dourados correspondeu a um surpreendente processo de desconcentração fundiária com relação à posse da terra. Essa desconcentração é facilmente constatada pelo cálculo do índice de Gini<sup>1</sup>. Em 1970 esse indicador alcançava o valor de 0,90 revelando uma situação de extrema concentração fundiária, cinco anos mais tarde ele reduz—se para 0,87. Em 1980, continua apresentando uma tendência descendente, acusando o valor de 0,82, e finalmente em 1985 não ultrapassa a 0,79.

O exame detalhado da estrutura agrária

<sup>1.-</sup> Esse índice mede o grau de concentração de uma determinada variável. O mesmo varia de um intervalo de zero a um, onde o primeiro valor indica uma equidistribuição, ao passo que o valor um indicaria concentração máxima. Os valores do índice, ao se aproximarem de um dos limites, indicam uma tendência à equidistribuição ou à concentração.

regional vai revelar-nos que a explicação para a desconcentração encontra-se no forte retraimento dos pequenos estabelecimentos, sobretudo nos com menos de 50 ha., no avanço das unidades médias (100 a menos de 500 ha.) e em um rearranjo no extrato dos grandes (de 500 ha. em diante).(Tabela 9)

A pequena produção sofreu uma contração e vem perdendo importância tanto em termos absolutos quanto relativos. Somavam 16.404 unidades em 1970, 11.701 em 1975 e apenas 7.183 em 1980. Representavam 88% do total de estabelecimentos e ocupavam 7,7% das terras disponíveis em 1970. Em 1975 esses valores são respectivamente 79% e 6,4%, enquanto em 1980 atingem tão somente 67,7% e 5%. A redução no número de estabelecimentos e da área nessa classe dos pequenos ocorreu sobretudo naqueles que se aproximam da situação de minifúndios, isto é, os com menos de 50 ha. Por outro lado, verificou-se um discreto aumento no estrato mais elevado (50 a menos de 100 ha.) Como resultado observou-se o crescimento da área média desses pequenos estabelecimentos a qual evoluiu de 14,7 ha. em 1970 para 18 ha. em 1980. (Tabela 9)

<sup>1.-</sup> A análise detalhada dos dados para 1985 não pôde ser realizada porque, até a data de conclusão do presente trabalho, o IBGE não havia publicado ainda o Censo Agropecuário definitivo daquele ano para o Mato Grosso do Sul. Encontrava-se disponível apenas a Sinopse que, no entanto, por apresentar os estratos de área reagrupados (sem os intervalos de área com que trabalhamos) inviabilizou nossa análise.

Já os estabelecimentos médios apresentaram um comportamento diametralmente oposto. Expandiram-se em termos absolutos e relativos. Eram 1.206 unidades em 1970, 1.676 em 1975 e 2.022 em 1980. Correspondiam a apenas 6% do total de estabelecimentos em 1970 e detinham 18% das terras ocupadas. Em 1975 esses índices já eram 11% e 25,9% respectivamente, para atingirem a 19% e 28,4% em 1980.(Tabela 9)

Já o estrato dos estabelecimentos de grande porte passou por um processo de desmembramento interno com a multiplicação das unidades de produção, porém, com uma redução em termos absoluto e relativo da área ocupada.

Assim, observava-se a existência de 1.029 dessas unidades em 1970, 1383 em 1975 e 1.405 em 1980. Representavam 5,5% do total de estabelecimentos em 1970 e ocupavam 74,2% das terras(2.317.882 ha.). Em 1975, correspondiam a 15% dos estabelecimentos e 67,5% das terras ocupadas(2.208.545 ha.), já em 1980 corresponderão a 24% das unidades de produção rural e a 66,5% das terras ocupadas(2.191.282 ha.). O processo de desmembramento é evidenciado ainda mais quando observamos a evolução da área média desses grandes estabelecimentos. Em 1970 alcançava 1.657 ha. reduzindo-se, porém, para 1.172 ha. em 1980.(Tabela 9)

Tabela 9 - Distribuição dos estabelecimentos por estratos de Area no Espaço de Dourados - 1970, 1975 e 1980.

ESTRATOS DE	19	778	197	75	1988		
1	Estabele- cimentos	Areas (ha.)	Estabele- cimentos	Areas (ha.)	Estabele- cimentos	Area (ha.)	
-1	186	68	69	35	63	26	
1-2	886	1.157	253	349	184	244	
2-5	4.929	17.131	2.977	18.418	1.284	4.649	
5-18	3.262	22.867	2.322	17.848	1.199	8.976	
18-28	2.744	38.338	2.363	33.447	1.431	28.547	
28-58	3.685	188.818	2.961	89.487	2.884	64.654	
50-100	792	54.312	856	59.541	938	65.738	
100-200	542	73.031	741	181.756	863	121.178	
298-588	664	214.182	935	294.582	1.159	366.489	
500-1.000	389	274.357	653	452.658	637	449.585	
1.000-2.000	324	447.842	412	568.284	423	585.983	
2.000-5.000	208	663.876	232	789.187	269	827.688	
5.886-18.888	71	477.294	54	361.599	56	388.784	
18.000-100.000	36	622.432	32	577.635	20	396.987	
1 <b>00.000</b> e mais	i	186.438	-	-		_	
TOTAL	18.639	3.122.137	14.768	3.267.769	18.618	3.293.288	

Fonte: Censos agropecuários Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, IBGE, 1978, 1975 e 1980.

Tabela 18 - Distribuição dos estabelecimentos por estratos de área no Espaço de Dourados - 1985.

ESTRATOS De	1985				
	Estabele- cimentos	Areas (ha.)			
-10	3.554	15.984			
19-198	5.848	176.361			
180-1.000	3.857	1.829.249			
1.000-18.000	733	1.684.655			
10.000-100.000	22	455.964			
TOTAL	12.486	3.362.213			

Fonte: Simopse do Censo agropecuário Mato Grosso do Sul, IBGE, 1980. O que nos sugere o exame desses dados censitários é a dificuldade de adequação da pequena produção familiar ao novo esquema de produção agrícola atrelado ao complexo agroindustrial introduzido e alicerçado no sistema soja-trigo. Tal sistema de produção requer preferencialmente estabelecimentos médios e grandes que, embora preservem certos esquemas de trabalho familiar, necessitam de uma escala mínima de produção para lhes garantir o retorno financeiro que torne possível o seu processo de reprodução.

Isso se dá porque nessa agricultura agroindustrializada o módulo mínimo é definido pelo sistema de máquinas agrícolas, isto é, pelas combinações das capacidades de trabalho por área em cada safra do conjunto de máquinas.

No Espaço de Dourados, observa-se, DOF exemplo. que as colhedeiras de menor porte (que são as mais comuns colher região) possuem capacidade de na uma aproximadamente uma área de 300 ha. de lavoura por safra.

Normalmente quem possui uma máquina dessas a usa conjuntamente com 3 tratores de 85 hp utilizados para o preparo da terra. Cada trator desses dispõe de uma capacidade de

preparo em torno de 90 a 100 ha. de terra por safra.

Tal sistema de máquinas vai definir assim um módulo mínimo para essa agricultura situado em torno de 300 ha. Evidentemente para quem possui menos do que esse módulo mínimo há ociosidade de máquinas e a tecnificação vai se tornando inviável pois não se paga. Isso significa que os produtores são obrigados a utilizarem a capacidade máxima dessas máquinas (o que só é possível em estabelecimentos de 300 ha. ou maiores), caso contrário ele não usufruirá do lucro médio do seu setor.

Esse exemplo nos demonstra assim que, na verdade, é a indústria de máquinas agricolas quem define o módulo mínimo para a produção do binômio soja—trigo no Espaço de Dourados, já que é ela quem decide a capacidade das máquinas que constroe (e os limites dessa capacidade não são determinados preponderantemente em função das necessidades do processo produtivo na agricultura, mas em função das necessidades do lucro e das conveniências da indústria). Essas injunções, na realidade, vem nos oferecer mais uma evidência do domínio da indústria sobre a agricultura regional.

## 5.1.2 - A integração de capitais: a indústria na condição de produtor rural direto.

integração de capitais na aoricultura pleno desdobramento<sup>1</sup>. brasileira é hoje um processo em compreensão desse processo encontra-se na natureza da recente de desenvolvimento do monopolismo. Essa fase caracteriza-se pelo acelerado processo de inovação tecnológica que leva a modificações importantes na composição orgânica do capital. Essas modificações se dão no sentido de se utilizar de forma crescente mais capital fixo (meios de produção cada vez maiores, mais volumosos e mais dispendiosos), o que resulta em uma crescente imobilização do capital e em uma maior dificuldade para sua fluidez.

Delgado, comentando Hilferding reconhece que a elevação da densidade do capital fixo funciona como uma espécie de barreira à saída nos ramos de produção especializada. Para superar esse obstáculo, o capitalismo promoveu a mobilização

<sup>1.-</sup> Ver DELGADO, Guilherme da C. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo: Icone, Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

(centralização e concentração) ampliada do capital, onde grandes conglomerados e grupos econômicos, em intimo consórcio com bancos e instituições financeiras, tornam-se cada vez mais importantes como instrumentos de mobilização de recursos e de gestão superior de sua circulação e valorização.

São esses grandes conglomerados comandados por cabeças financeiras as quais têm por "finalidade mobilizar (centralizar) e dar mobilidade (fluidez) ao capital, retransformando-o continuamente de capital real em ativos financeiros"<sup>1</sup>, que se encontram em melhores condições de superar a crescente rigidez imposta pela imobilização em capital fixo. Tais circunstâncias permitem assim, aos grandes grupos, a diversificação de investimentos (integração de capitais) nos diversos setores da economia.

Tendo em vista sua crescente generalização, esse processo de integração de capitais se manifesta, embora com especificidades e em escala mais reduzida do que na indústria, também na agricultura.

Ocorre que, com as inovações tecnológicas e

<sup>1.-</sup> DELGADO, Guilherme da C. Op. cit. p. 133

transformações recentes na base de produção agrícola, surge a necessidade de grandes imobilizações também no setor rural (terras, uma diversidade de equipamentos e máquinas, um conjunto de infra-estruturas, etc.), o que tende a dificultar a presença de pequenos capitais individuais ao mesmo tempo em que abre novas oportunidades para a diversificação de investimentos dos conglomerados.

Assim, segundo Delgado, essa situação acarreta "uma certa dinâmica de integração de capitais nos ramos mais modernos da agricultura capitalista brasileira". Porém, no meio rural "a integração faz sugerir uma forma assemelhada, embora distinta, ao conglomerado industrial clássico, porquanto no exemplo da agricultura não se realizam todos os cruzamentos entre diferentes ramos produtivos e blocos de capitais".

Com relação ao Espaço de Dourados, a análise da atuação dos grandes grupos econômicos no seu meio rural, a exemplo, aliás, do restante da agricultura brasileira, é porém bastante dificultada pela insuficiência de informações censitárias acerca do fenômeno.

<sup>1.-</sup> DELGADO, Guilherme da C. Op. cit. p. 133

Por um lado, devido a dispositivos legais que vedam ao censo a revelação do proprietário do estabelecimento, torna-se difícil a identificação dos grupos empresariais proprietários de terra na região. Por outro lado, o censo também não fornece informações a respeito da contribuição dos estabelecimentos pertencentes a empresas na produção da agropecuária regional.

Dessa maneira essas lacunas censitárias terminaram dificultando não apenas a identificação, mas também o exato dimensionamento da presença das formas conglomeradas na agricultura dessa porção do Mato Grosso do Sul meridional.

Frente a tais dificuldades, restringimo-nos a obter uma visão aproximada da presença desses grupos econômicos na agricultura regional, por intermédio do exame evolutivo da participação das formas societárias de empresas¹ como proprietárias de terras rurais nesse espaço em investigação.

No Espaço de Dourados, os estabelecimentos

<sup>1.-</sup> Essa denominação - forma societária de empresa - corresponde aos diferentes tipos empresariais de propriedade da terra tabulados pelo censo agropecuário do IBGE tais como: condomínio e sociedade de pessoas, sociedade anônima ou por cota de responsabilidade limitada, cooperativa e entidades públicas.

pertencentes a essas formas societárias de empresa ainda são uma minoria no aparelho produtivo regional, porém, vêm apresentando uma nítida tendência de crescimento a partir do início dos anos setenta.

Após aquele período, observou~se um crescimento em termos relativos desses estabelecimentos. Correspondiam a 5,8% do total de unidades agropecuárias de produção em 1970; evoluíram para 7,3% em 1975 e atingiram a marca de 8,7% em 1980.(Tabelas 11, 12 e 13)

Tabela 11 - Propriedade das Terras - 1970.

Hunicípios	Tota	al	Indiv	i dua I			Soc. Anôn Quota Res Cooper	•	1	Pública	Out	<b>'05</b>
	Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimento	Area (ha)	Estabele- cimentos		Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimentos	Area (ha)
Caarapó	2.283	255.788	1.978	223.383	72	30.010	4	1.958	157	350	-	-
Dourados	6.366	483.841	5.851	453.245	185	28.771	2	492	398	1.869	10	264
Fátima do Sul	4.877	54.748	3.971	53.783	74	872	1	1	24	46	7	46
Itapora	2.637	124.896	1.942	115.112	79	9.388	4	23	1	2	11	459
Maracajé	329	415.529	327	414.499	-	- '	1	98	-	-	1	948
Ponta Pora	2.384	685.528	2.235	492.813	21	19.309	13	171.702	2	12	33	1.684
Rio Brilhante	396	528.687	369	438.928	26	81.747	-	-	1	21	-	-
Sidrol <b>a</b> ndia	927	581.216	822	438.811	16	55.244	58	94.866	38	145	1	150

Fonte: Censo agropecuário Nato Grosso, IBGE, 1970.

Tabela 12 - Propriedade das terras - 1975

Municipios	Tota	ıl	Indiv	idual			Soc. Anôn. Duota Res	•	Cooper	rativa	Entidade	Públ.
	Estabele- cimentos		Estabele- cimento	Area (ha)	Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimentos		Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimentos	Area (ha)
Caarapó	1.827	386.127	1.525	289.719	24	8.812	3	4.719	1	4	273	2.632
Dourados	4.399	464.594	4.832	448.598	62	10.503	20	4.438	-	-	281	1.611
Fátima do Sul	3.284	57.763	3.244	56.258	33	1.428	1	16	-	-	1	5
Itapora	1.372	99.822	1.136	98.738	232	7.718	1	1.174	- 1	-	1	5
Maracajó	624	420.917	618	397.159	11	11.500	1	11.806	-	-	1	15
Ponta Pora	1.828	766.879	1.751	541.457	54	117.595	11	186.922	-	-	4	985
Rio Brilhante	687	547.253	678	517.625	13	27.615	2	2.888	-	-	2	13
Sidrol <b>ānd</b> ia	747	6 <b>84 . 48</b> 6	676	497.714	6	18.853	25	96.523	-	-	48	116

continua...

Municipios	Outros				
man1C1p103	Estabele- cimentos	Area (ha)			
Caarapó	1	242			
Dourados	4	52			
Fátima do Sul	5	57			
Itapora	2	187			
Maracajú	1	363			
Posta Pora	-	-			
Rio Brilhante	-	-			
Sidrolândia	-	-			

Fonte: Censo agropecuário Mato Grosso, 18GE, 1975.

Tabela 13 - Propriedade das Terras - 1988

Municípios	Tota	al	Indiv	idual			Soc. Anôn. Quota R <b>e</b> si		Cooper	rativa	Entidade	Pública
	Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimento	Area (ha)	Estabele- cimentos		Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimentos	Area (ha)	Estabele- cimentos	Area (ha)
Aral Moreira	545	155.428	586	126.693	37	26.120	2	2.686	-	-	-	-
Caarapó	1.311	343.681	1.017	297.663	96	34.465	10	10.688	-	-	-	-
Douradina	-	-	-	-	- 1	-	- 1	-	-	-	- '	-
Dourados	2.735	366.538	2.445	336.849	99	21.491	8	6.474	1	395	176	1.482
Fátima do Sul	2.373	51.001	2.331	49.494	29	1.255	6	224	- 1	-	1	12
Itapora	915	99.917	842	87.855	68	9.593	4	3.105	- 1	-	-	- 1
Maracajú	432	488.001	422	379.224	6	11.376	3	17.486	-	-	1	1
Ponta Pora	1.017	675.839	938	448.125	68	42.686	14	193.818	-	-	5	17
Rio Brilhante	664	628.997	599	502.785	57	114.348	4	3.830	1	8	3	33
Sidrolândia	628	571.944	557	439.055	45	54.718	18	78.170	-	-	-	-

continua...

Municípios	Outros				
nunzezpzős	Estabele- cimentos	Area (ha)			
Aral Moreira	-	-			
Caarapó	1	-			
Douradina	-	-			
Dourados	6	725			
Fátima do Sul	6	93			
Itapora	1	263			
Maracajú	-	-			
Ponta Pora	-	-			
Rio Brilhante	-	-			
Sidrolândia	-	-			

Fonte: Censo agropecuário Mato Grosso do Sul, IBGE, 1980. Já com relação às terras controladas por essas empresas, constatou-se uma evolução mais rápida, ainda que irregular. Detinham 15,8% da área em 1970, 13% em 1975 e 19,2% em 1980, controlando nesse último ano, portanto, um quinto de todas as terras do agro regional.(Tabelas 11, 12 e 13)

O exemplo mais ilustrativo do processo de integração de capitais e de atuação das estruturas conglomeradas na agricultura do Espaço de Dourados é fornecido atualmente pela Fazenda Itamaraty S/A. Por se constituir na forma mais avançada e melhor acabada de intervenção dos grupos empresariais na produção agrícola regional, elegemos esse empreendimento para um exame mais aprofundado.

A Fazenda Itamaraty pertence ao Grupo Itamaraty. O grupo, que controla cerca de trinta empresas, apresenta-se como um típico conglomerado com atuação em diversos setores da economia. O carro-chefe do grupo é a CONSTRAN S/A - Construções e Comércio. Entre outros empreendimentos destacam-se o Banco Itamaraty S/A; Fazenda Itamaraty Norte S/A (100.000 ha.) no município de Diamantino - MT; Destilarias Itamaraty, no município de Barra dos Bugres - MT; Calcário Tangará, em Tangará da Serra - MT; Itamaraty S/A - Comércio e Exportações; MAPE S/A, etc.

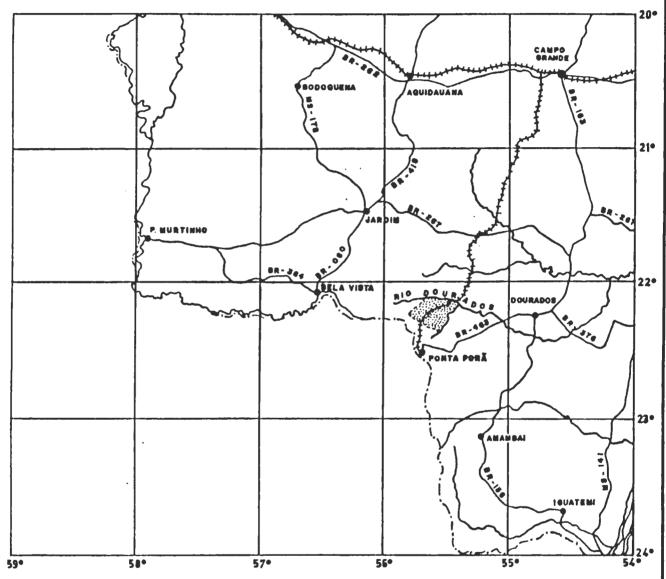
A Fazenda Itamaraty, localizada no município de Ponta Porã, (Mapa 11) dispõe de um total de 50.000 ha. Destes, aproximadamente 30.000 ha. são normalmente utilizados para o plantio de soja. Em 1980, essa área plantada representava mais de 6,5% de toda a superfície cultivada com essa leguminosa no Espaço de Dourados. Recentemente, no entanto, devido à evolução mais favorável do preço do milho, está substituindo-se parte da soja por aquela cultura. Em decorrência disso, a área cultivada por aquela leguminosa em 1990 foi reduzida para 20.000 ha.

Já do trigo, cultivava-se uma área de 2.700 ha. totalmente irrigada. Além do trigo, utiliza-se a irrigação em 8.600 ha. de lavoura de milho e 1.700 ha. da safrinha (janeiro/fevereiro) de soja.

Com relação à estrutura de irrigação, o sistema produtivo do estabelecimento conta com um total de 75 conjuntos de irrigação, tipo pivô central, que cobre uma área de 8.850 ha. (cada pivô irrigando uma superfície de 118 ha.).

Mais recentemente foi iniciada a implantação de um projeto de pecuária com a introdução de 6.000 ha. de pastagens (brachiária). O rebanho é constituído de 10.000 cabeças no pasto e mais 4000 em confinamento. A ração é elaborada

## LOCALIZAÇÃO DA FAZENDA ITAMARATI S/A



## LEGENDA

---- Rodovias existentes

\*\*\*\*\*\* Ferrovias existentes

Fazenda Itamarati



FONTE: MÁRCIO ANTONIO TEIXERA, 1949.

internamente com os residuos das lavouras.

A produção é totalmente mecanizada, sendo operada hoje por um conjunto de 164 colhedeiras, 290 tratores, 110 plantadeiras, 60 semeadeiras, 6 aviões agrícolas, 118 caminhões, além de inúmeros utilitários e automóveis pequenos.

A fazenda dispõe de uma estrutura própria de pesquisa com um laboratório que emprega trinta técnicos no desenvolvimento de análise de solos e pesquisas de cultivares de soja e trigo. Mantém-se também diversos convênios envolvendo projetos de pesquisa conjuntos com a Universidade Federal de Viçosa e a EMBRAPA.

Todo o empreendimento chega a mobilizar torno de 1000 funcionários: 40% destes envolvidos com trabalho direto no campo, e os demais distribuídos nas atividades de apoio: administração, manutenção de máquinas, construção civil, social, etc. A fazenda é dirigida por uma Diretoria Administrativa e uma Diretoria Técnica contando ainda com um conjunto diversificado de profissionais especializados constituído por sete agrônomos, três arquitetos, um engenheiro mecânico, um engenheiro civil, um médico, uma nutricionista e uma enfermeira.

Existe, por fim, uma estrutura habitacional que acomoda uma população aproximada de 5.000 pessoas em 380 residências servidas por rede de água, esgoto e energia elétrica. Um conjunto diversificado de outros serviços confere a esse núcleo habitacional um caráter tipicamente urbano, usufruindo sua população de hospital (com sala de cirurgia e maternidade); farmácia; clube (com ginásio coberto poliesportivo) supermercado; escola; aeroporto, etc.

Por outro lado, um exame mais cuidadoso desse empreendimento rural do Grupo Itamaraty nos revela que a semelhança entre essa forma específica de produção rural e a produção industrial não se esgota apenas na tendência à concentração da produção e à conglomeração já assinaladas. Constata-se também que o ritmo de geração e absorção de inovações nessa modalidade de produção rural é semelhante à indústria.

De acordo com Delgado, ressalvada a distinção entre esse tipo de produção agrícola e a produção industrial decorrente "de que o tempo de produção na agricultura continua basicamente governado pelas leis naturais de reprodução impondo

prolongados períodos ociosos<sup>1</sup>(...), as inovações (nesse tipo de produção agrícola) seguem sendo similares aos processos industriais na automação crescente de determinadas fases do processo produtivo (preparo do solo, colheita, beneficiamento, transporte, etc)".<sup>2</sup>

Outro aspecto importante, que merece ser abordado na investigação dessa forma de produção rural integrada ao conglomerado, é o confronto entre seu desempenho e o da produção do lavoureiro individual produtor de soja.

Limitando essa comparação ao aspecto específico da produtividade, observa-se que em geral a pequena produção familiar tecnificada apresenta certa vantagem. Assim, ao passo que na Itamaraty obtém-se uma produtividade média com a soja de 1800Kg/ha., os pequenos produtores alcançam 2400 Kg/ha.

No entanto, é necessário recordar que esse diferencial de produtividade cobra um preço elevado do pequeno

<sup>1.-</sup> Um exemplo ilustrativo do limite imposto pelas leis naturais ao tempo de produção das máquinas nessa agricultura é dado, no caso da Fazenda Itamaraty, pelo fato de somente ser possível ocupar produtivamente o conjunto das 164 colhedeiras durante cinco meses por ano, permanecendo essas máquinas ociosas nos sete meses restantes.

<sup>2.-</sup>DELGADO, G. da C. Op. cit. p. 155

produtor. Essa diferença se deve, de um lado ao fato de que este pequeno produtor trata sua lavoura como se fora um jardim, dispensando cuidados meticulosos de difícil reprodução em uma escala ampliada nos moldes da fazenda Itamaraty e, por outro lado, tal produtividade mais elevada é o resultado também do prolongamento absurdo da jornada de trabalho desse pequeno produtor e não raro da exploração do trabalho da mulher e dos filhos o que, porém, não é suficiente para lhes garantir um nível de vida satisfatório.

Por outro lado, é necessário não esquecer também que eventuais deficiências no desempenho de uma grande empresa conglomerada como a Fazenda Itamaraty são mais facilmente atenuadas pelo regular acesso desses empreendimentos aos favores do Estado (como os incentivos diversos, créditos mais facilitados, etc).

5.2 - Agroindústrias e cooperativas: o núcleo do CAI no Espaço de Dourados.

O CAI, ao se instalar no Espaço de Dourados, montou uma complexa estrutura baseada na interação de diversos componentes: um aparelho produtor rural moderno; plantas agroindustriais de transformação da produção rural; uma rede de fornecimento de máquinas, instrumentos e insumos modernos para a agricultura; uma estrutura de financiamento, comercialização, etc.

Essa estrutura apresenta-se hierarquizada constituindo as plantas industriais de transformação da produção rural (as agroindústrias de esmagamento de soja), o seu núcleo fundamental. Tais unidades são centrais nessa complexa estrutura por constituírem o "locus" de concentração de poder do CAI.

Essa posição privilegiada da agroindústria se dá "em razão de sua localização na esfera produtiva e na de consumo: os excedentes agrícolas obrigatoriamente devem ser industrializados e o consumo de óleos e gorduras vegetais tornou-se obrigatório, bem como se expandiu o emprego de rações

para aves e gado. Dessa feita, a agroindústria converteu-se no eixo de acumulação do setor".

Especificamente no Espaço de Dourados, observamos que a presença da agroindústria da soja se manifesta sob duas formas distintas. A agroindústria está presente nesse espaço na forma de planta industrial (unidade processadora de soja) ou de posto de comercialização dos grãos de soja.

Essas duas modalidades de atuação são um reflexo das distintas estratégias territoriais e da divisão do mercado estabelecida pelos grupos empresariais envolvidos no processamento da soja. Assim, enquanto alguns mantém na área apenas pontos de coleta de grãos de soja (escritório de comercialização, estrutura de armazenamento e pessoal administrativo) objetivando o abastecimento de suas unidades de esmagamento situadas em outros pontos do território nacional, outros estabelecem suas plantas industriais na própria região.

No Espaço de Dourados, o núcleo do complexo agroindustrial da soja é constituído por nove grandes empresas

<sup>1.-</sup> MüLLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Faulo, HUCITEC/EDUC, 1989 p. 114.

(Quadro 3). O exame desse quadro nos revela que a maior parte das unidades constituíntes desse núcleo são escritórios de comercialização pertencentes a empresas que mantém indústrias de esmagamento de soja em outras áreas do território nacional.

Quadro 3 - Principais empresas comercializadoras e industrializadoras no Espaço de Dourados.

ENTREPOSTOS DE	COMERCIALIZAÇÃO						
EMPRESAS	Volume de soja comercializada alizado na safra 1989/90 (T)\$						
CARGIL Agricola S/A.	200.008						
SOCEPPAR Sociedade Cerealista Export. Prod. Paranaenses S/A.	80.000						
SANBRA Soc. Algodoeira Nordeste Bras. S/A.	50.000						
MATOSUL Com. Imp. Exp. Ltda.	48.896						
GRANOL Ind. Com. e Exp. S/A.	25 <b>.888</b>						
UNIDADES	DE ESHAGAHENTO						
EMPRESAS	Capacidade de Esmagamento (T/dia)‡						
FATISUR. Ind. Comércio Dleos Vegetais Ltda.	1.588						
Ind. de Oleos Pacaembu S/A.	689						
JUNIOR Ind. e Com. de Oleos Vegetais Etda.	200 11						

Informações levantadas diretamente com a administração regional de cada unidade,

<sup>48</sup> A unidade de esmagamento está ampliando a capacidade de esmagamento para 600 T/dia.

Nota-se ainda que é reduzido o número de plantas industriais situadas na região. Ademais, as unidades existentes são de pequeno e médio porte. Realizam apenas as fases mais simples do processamento da soja, restringindo-se ao esmagamento e produção do óleo bruto, não estando aparelhadas para o refino.

Por outro lado, nesse novo contexto da agricultura regional produzido com a chegada do CAI, observa-se a gestação de um novo agente que vai ganhando consistência e se fortalecendo na esteira do avanço da modernização agrícula regional. Trata-se da cooperativa, que nesse processo amplia suas funções e concentra poder.

As cooperativas no Espaço de Dourados montaram uma estrutura de atuação que lhes permite uma participação cada vez mais importante na captação dos excedentes agrícolas regionais — sobretudo da soja — e na sua comercialização.

No entanto, se a atuação dessas cooperativas na região se restringissem apenas às suas funções agromercantis, certamente não estariam em posição de participar do núcleo

fundamental que determina as condições de reprodução da cadeia agroindustrial no Espaço de Dourados. A participação dessas cooperativas no núcleo somente se dá na medida em que elas desenvolvem atividades agroindustriais e canais autônomos de comercialização.

No Espaço de Dourados são duas as unidades cooperativadas que pela escala de atuação e diversificação das suas atividades econômicas fazem parte do pequeno núcleo de poder definidor da direção do processo agroindustrializador na região: a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Cooperativa Agropecuária e Agroindustrial — COOAGRI. 1

Essas duas cooperativas atuam segundo os padrões da grande empresa, enquadrando-se nos moldes da chamada multicooperativa, ou seja, "uma entidade cuja estrutura e dinâmica de crescimento apresenta várias similaridades com a morfologia da empresa controladora de um grupo empresarial. Tais similaridades manifestam-se pela diversidade multisetorial e espacial de operação econômica, e pela complexidade da estrutura organizacional sob a hegemonia de um 'staff' que centraliza as

----

<sup>1.-</sup> A COOAGRI corresponde à antiga unidade regional sul-matogrossense da COTRIJUI que em 1990 desmembrou-se passando a constituir uma cooperativa independente de sua matriz gaúcha.

## decisões de investir."1

A Cotia, principalmente a partir dos anos 70, na medida em que expandiu sua atuação para diferentes regiões brasileiras, diversificou suas atividades econômicas. Além da esfera da comercialização, partiu, com a implantação de unidades agroindustriais próprias, para o processamento industrial da produção agrícola que adquire de seus cooperados.

Na região de Dourados tem uma importante participação na comercialização da soja, tendo movimentado, na última safra (89/90), em torno de 50.000 T. de grãos daquela leguminosa. Parte desse montante é encaminhado para suas unidades industriais de esmagamento de soja, uma situada em Santo Anastácio — SP e a segunda no Paraná.

A COOAGRI, apesar de seu âmbito regional, com atuação restrita ao Estado do Mato Grosso do Sul funciona como uma típica empresa em processo de expansão. Congrega cerca de três mil cooperados localizados no sul do Estado (de Sidrolândia a Ponta Porã, sua área de atuação) que negociaram por seu intermédio, na safra de 89/90, 180.000 T. de grãos de soja.

<sup>1.-</sup> DELGADO, Guilherme da C. Op. cit. p. 165.

Recentemente vem investindo na diversificação de atividades e verticalização da produção de seus cooperados. Concentrou seus esforços de industrialização no processamento da cultura do milho. Na esteira desse projeto de verticalização, montou duas agroindústrias no Estado. Uma de processamento do milho, em Maracaju, com capacidade de 250 T/dia que trabalha com a extração de uma gama de derivados desse produto: gérmem, canjica, xerém, gritz, fubá, creme, etc. A outra é um abatedouro de aves, instalado em Dourados, com uma capacidade de abate de 18.000 frangos/dia.

Simultaneamente ao abatedouro, a Cooperativa está promovendo um programa de disseminação da avicultura entre os pequenos produtores cooperados que abastecem sua unidade de abate. Dando continuidade ao projeto de verticalização, a COOAGRI instalou também uma fábrica de rações com capacidade de produção de 12 T/h para fornecimento de ração aos avicultores.

Assim, na medida em que essas cooperativas se expandem e verticalizam suas atividades tendem a se fortalecer e a compor, juntamente com as grandes empresas comercializadoras e industrializadoras, o núcleo do CAI da soja no Espaço de Dourados.

A maior parte do excedente produzido pela cultura da soja na região é apropriada por esse reduzido número de empresas e cooperativas. Por outro lado, o poder concentrado por esses poucos agentes pode ser evidenciado pelo controle que detém sobre a comercialização dos grãos de soja, pela responsabilidade sobre o financiamento de parcela do setor e por sua interferência na definição do preço de parte da soja negociada no Espaço de Dourados.

O complexo agroindustrial da soja montou, no Espaço de Dourados, um esquema de coleta de grãos sustentado em um tripé cujo vértice é a grande empresa comercializadora e industrializadora, e onde os cerealistas locais e os produtores rurais de soja surgem como pontos de apoio subordinados.

Como os escritórios de comercialização das grandes empresas e as agroindústrias de esmagamento de soja situadas na região negociam normalmente com grandes volumes de grãos, e tentando evitar por um lado, a perda de tempo envolvida na negociação individual junto a cada um dos numerosos produtores de soja, pulverizados em extensas áreas na região e mesmo no Estado e, por outro, o custo de instalação de unidades de comercialização em cada uma das áreas produtoras, essas grandes

empresas reservam essa função de coleta da soja no campo aos cerealistas locais e mais recentemente às cooperativas.

Em regra. grandes empresas as e agroindústrias adquirem mais de 70% de seus grãos através locais e cooperativas, negociando muito diretamente com os produtores rurais. A subordinação dos cerealistas locais frente a essas grandes empresas se expressa nas relações de dependência que atam aqueles a essas últimas.

Normalmente cada grande empresa e agroindústria regional elege entre os cerealistas mais tradicionais da região, aqueles com os quais ela negociará preferencialmente. Elas financiam esses pequenos comerciantes com adiantamentos e compras antecipadas de grãos de forma a transformá-los em fornecedores cativos.

Os cerealistas, com o dinheiro recebido das grandes empresas, por sua vez também financiam os produtores rurais através da repetição das operações de adiantamento e compra antecipada.

Na atual conjuntura, caracterizada pela escassez de crédito rural, os produtores enfrentam crescente

dificuldade em obter financiamentos bancários e mesmo aqueles que conseguem acesso a esses recursos terminam necessitando de crédito complementar, pois o custeio bancário não cobre o total de seus custos de produção. 1

Nessa situação, principalmente aqueles que não podem contar com recursos próprios, recorrem aos cerealistas para atenuar seus problemas de caixa. Uns utilizam adiantamentos, outros recorrem à venda antecipada de suas safras. Em todos os dois casos os produtores são extremamente sacrificados.

Na primeira operação, o cerealista adianta um certo capital para o lavoureiro. Isso costuma ocorrer após o plantio, principalmente nos meses de dezembro a janeiro. O produtor assina um contrato assumindo o compromisso de entregar após a colheita, normalmente em março, uma parcela ou mesmo a totalidade de sua safra para o credor, a fim de quitar o valor adiantado que, segundo os termos do contrato, deve ser corrigido com juros de mercado.

and then appe 47th eight about 1850 take ware many aller area area area cape state and area cape.

<sup>1.-</sup> Os critérios que regulamentaram a safra 90/91 de soja, por exemplo, estabeleceram os seguintes limites: o pequeno produtor teve acesso a 70% do valor básico de custeio, o médio a 60% e o grande a 50%. Esses limites do VBC variam anualmente de acordo com as prioridades da política econômica do governo.

Como esses juros costumam subir mais rapidamente do que o preço de mercado da soja, na liquidação da dívida o produtor termina entregando mais grãos do que a quantidade correspondente ao valor original do adiantamento.

Já a compra antecipada, também conhecida na região como compra na folha, pois normalmente o negócio é realizado quando a soja está brotando e emitindo suas primeiras folhas, é, à distinção do adiantamento, uma operação de compra a preço fixo com entrega futura.

Em regra essa aquisição antecipada é realizada uns vinte a trinta dias após o plantio. Frente à insuficiência do crédito bancário e necessitando de recursos para cobrir as despesas de mão-de-obra, combustível e insumos, o lavoureiro termina vendo-se obrigado a vender parcela de sua soja antecipadamente.

Nessa operação o cerealista compra a soja, efetua o pagamento no ato, porém somente receberá os grãos após a colheita. Como se trata de um pagamento antecipado por uma mercadoria que só receberá alguns meses mais tarde o comprador aplica um deságio de 20 a 30% sobre o preço do dia da soja no mercado. Utilizando-se desse artifício, o comerciante consegue

adquirir soja por um preço inferior à média do mercado, realizando um negócio extremamente vantajoso para si, mas ruinoso para o produtor rural.

Na realidade, entretanto, os maiores beneficiários dessas operações (adiantamento e compra antecipada) não são os cerealistas, em geral pequenas firmas locais que não dispõem de capital próprio para essas intervenções financeiras. Em verdade, eles também se encontram endividados; o dinheiro repassado aos produtores lhes foi fornecido pelas grandes empresas comercializadoras e industrializadoras, às quais eles revendem os grãos em condições bastante similares às praticadas anteriormente com os produtores rurais.

No Espaço de Dourados, além das grandes empresas, somente as duas cooperativas (Cotia e COOAGRI) dispõem de recursos suficientes ou estão em condições de levantá-los no mercado financeiro para executarem essas operações. Nessas transações, porém, as cooperativas se distinguem das grandes empresas por procurarem praticar condições menos escorchantes para os produtores rurais cooperados.

Um aspecto importante, que deve ser destacado na prática dessas modalidades de compra analisadas, é que elas

permitem aos agentes integrantes do núcleo do CAI interferir na definição do preço da soja no Espaço de Dourados. Interferência essa que naturalmente é feita no sentido de premiar os interesses desses agentes, ao tempo em que penaliza os produtores rurais.

O preço da soja na região é o resultado de uma complexa cadeia cujo elo primordial está localizado na bolsa de Chicago. São os preços praticados nessa bolsa que determinam os preços FOB (free on board) nos portos brasileiros. Desses portos, os preços se irradiam para as diferentes regiões brasileiras aumentando em razão proporcional à distância de cada área produtora aos portos de embarque.

No Espaço de Dourados o preço básico da soja é o praticado nos portos de Paranaguá e/ou Santos subtraído o frete. No entanto, com as operações de compra antecipada e adiantamento as grandes empresas comercializadoras e industrializadoras ainda conseguem reduzir esse preço básico, por vezes em até mais de 30%

é, portanto, com base em tais relações e em um tripé (produtor rural-cerealista-grande empresa de processamento), que lhes serve de correia de transmissão, que o pequeno núcleo das grandes firmas de comercialização e

industrialização exerce seu poder na cadeia agroindustrial da soja montada no Espaço de Dourados.

Mais recentemente, porém, delineia-se uma certa tendência de alternação nessa engrenagem descrita. Mais precisamente, observa-se uma crescente dificuldade de sobrevivência dos pequenos cerealistas locais que intermedeiam a negociação produtor rural-grande empresa. Desde a década passada vem retraindo-se o número desses intermediários. Os motivos dessa retração se encontram, por um lado, na forma como vem se processando a agroindustrialização no Mato Grosso do Sul e por outro lado na existência de uma peculiaridade regional: o contrabando de soja.

A atual política de incentivo à industrialização adotada pelo Estado, que consiste na devolução de 72% do ICMS pago pela indústria, promoveu a implantação de diversas unidades de esmagamento de soja no Mato Grosso do Sul. A chegada de novas indústrias significou não só a entrada de grandes compradores no mercado, mas um forte acirramento na

<sup>1.-</sup> Atualmente o Estado conta com sete indústrias de processamento de soja: a Sadia e a Ceval em Campo Grande: a Matosul em Três Lagoas; a Soceppar em Bataguassu; a Fatisul em Dourados; a Pacaembu em Fátima do Sul e a Júnior em Ponta Porã.

concorrência para a captação dos grãos de soja.

Nesse processo, a indústria usufrui de condições bastante favoráveis. Gozando do incentivo fiscal do ICMS, as novas indústrias podem, quando necessário, pagar pela soja preços difíceis de serem igualados pelos pequenos cerealistas que não desfrutam de incentivo algum.

Isso tem deslocado do mercado sobretudo os cerealistas que atuam de forma mais autônoma, desvinculados das grandes empresas. Porém, mesmo aqueles que funcionam atrelados a essas empresas vêem sua função de intermediação ser substituída paulatinamente pelas cooperativas.

Já o problema do contrabando, apesar de afetar a todos os agentes indistintamente, penaliza com maior intensidade exatamente os pequenos cerealistas locais por sua menor densidade econômica e baixa capacidade de resistência em conjunturas adversas.

Devido à proximidade geográfica com o Paraguai, o Espaço de Dourados transforma-se, em certos momentos, em uma importante área de fornecimento ilegal de soja para a República vizinha.

Na região, o contrabando de soja adquire dimensões realmente importantes nos períodos de grande defasagem cambial. No Brasil, quando se torna muito grande a diferença entre o dólar oficial e o paralelo, os compradores paraguaios vêm se abastecer de soja na região.

Tendo em vista que o câmbio no Paraguai é livre, eles exportam a soja como produto paraguaio e recebem o valor da exportação em dólar. Depois se dirigem ao Brasil, trocam seus dólares no câmbio paralelo e adquirem a soja da região em cruzeiros.

Como o preço da soja no mercado brasileiro é estabelecido utilizando-se como parâmetro o dólar do câmbio oficial, o qual em anos passados apresentou grandes defasagens em relação ao paralelo, torna-se impossível para os comerciantes brasileiros, nessas ocasiões, alcançar os preços praticados pelos paraguaios. Ao usufruírem das cotações mais elevadas do câmbio negro, naturalmente eles estão em condições de oferecer pela soja regional um preço bem superior ao estabelecido pelo mercado nacional.

Para efetuarem o contrabando, os paraguaios se associam a cerealistas brasileiros situados próximos à linha de fronteira, sobretudo os localizados em Ponta Porã, cidade gêmea da vizinha paraguaia. Pedro Juan Caballero.

Segundo nos revela a revista Veja, em matéria que trata da evasão de divisas do país, "a cidade (Ponta Porã) é um dos maiores centros de contrabando de soja brasileira para o território paraguaio - um escoadouro de divisas que faz o país bilhão de dólares por ano. Ponta Porã se tornou perder um entreposto de contrabando porque se situa na fronteira e está separada da cidade paraguaia de P.J. Caballero por apenas HIMA avenida. Chama a atenção na cidade a existência de 47 empresas cerealistas, muitas delas localizadas exatamente na divisa. Na vizinha P.J. Caballero, encontra-se um número ainda maior de empresas cerealistas. Os caminhões que transportam o contrabando fazem mesmo dentro da área urbana, porque basta dobrar esquina para mudar de país e ganhar a impunidade. Além disso, o contrabando tem outros recursos, como falsificar documentos para transportar a mercadoria dentro do Brasil como se fosse paraquaia e exportá-la em nome do país vizinho."1

<sup>1.-</sup> Revista Veja. Corrida para fora. São Paulo, Abril, 31/04/1991, p. 108.

Para a região, no entanto, o resultado mais visível desse processo é a expulsão do mercado de inúmeros cerealistas situados distantes da fronteira, mas que operam dentro da legalidade. Como distintamente das grandes empresas de comercialização e industrialização, são, em regra, firmas de pequeno porte e de atuação estritamente local ou regional, enfrentam maiores dificuldades de subsistência nesses momentos adversos de forte defasagem cambial.

Como resultado dessa tendência de enfraquecimento e retração das firmas cerealistas observa-se na região uma presença mais importante das cooperativas que esboçam um maior controle sobre a comercialização do fluxo regional de soja, à medida em que também desenvolvem projetos de verticalização e fortalecem-se no núcleo que domina a cadeia agroindustrial da soja no Espaço de Dourados.

VI - A URBANIZAÇÃO DO CAMPO: O NOVO CONTEUDO DO AGRO E DO URBANO

NO ESPAÇO DE DOURADOS.

No Brasil, a articulação dos diversos elementos constituintes do complexo agroindustrial (a indústria para a agricultura, a agroindústria, a agricultura tecnificada, o aparato financeiro, a estrutura de comercialização, etc.) é um processo que vai se delinear de maneira mais evidente a partir dos anos 60. Ao longo dessa década vai apresentar um rápido desenvolvimento e, no início dos anos 70, configurar-se-á como um modelo já constituído.

Portanto, aqueles diversos elementos articulados pelo CAI chegam no Espaço de Dourados como um modelo praticamente acabado (ao menos em suas linhas essenciais). Aqui, no entanto, é importante demonstrar que esse modelo não se restringe a uma mera articulação de elementos econômicos (produção, circulação, distribuição e consumo de produtos agroindustriais), mas que ele implica também uma nova articulação do espaço.

A interiorização na região do novo modelo agroindustrial produz, em decorrência da maior especialização da produção instalada, um espaço diferenciado, um espaço

especializado. Produz também um espaço mais complexo: com a expansão da malha de transporte, acompanhada da extensão dos meios de comunicação, há uma maior fluidez nessa porção meridional do Mato Grosso do Sul, acelera-se o movimento das mercadorias e dos capitais, cresce as migrações, aumenta a acessibilidade dos centros urbanos, em especial de Dourados, tudo isso produzindo como resultado uma integração intra e inter regional mais estreita.

E mais, quando o complexo agroindustrial se instala no Espaço de Dourados altera de modo fulminante as antigas articulações nesse espaço, estabelece, por exemplo, uma nova relação cidade-campo e, nesse movimento, altera profundamente o conteúdo do agro e do urbano.

No passado o rural e o urbano eram, no sertão do Mato Grosso do Sul, realidades distintas, espaços de conteúdos bem diferenciados. Havia uma grande distância a separar esses dois mundos. O campo constituía claramente o oposto da cidade, ele era o locus do atrasado, de relações e estruturas sociais anacrônicas, de relações rarefeitas com o mercado e com o urbano, da ausência de dinamismo e de resistência às mudanças. Esse atrasado ganhava expressão no colono caipira e sua roça de subsistência, no latifundiário e na grande propriedade pastoril com elevado grau de autosuficiência. Já a cidade era o lugar por

excelência do moderno, das mudanças e do dinamismo das relações de mercado.

O processo agroindustrializador romperá situação ao promover a urbanização do próprio campo. Se compreendermos o urbano apenas enquanto uma aglomeração de população, prédios e ruas, a idéia de urbanização do campo pode parecer despropositada. Mas, a partir do momento que assumirmos o urbano como "toda forma de reprodução social que passa obrigatoriamente pelo mercado e que rompe, portanto, COM autárquicas"¹(de auto-abastecimento), práticas então a urbanização do campo torna-se um conceito útil para expressar nova realidade em gestação no Espaço de Dourados.

Em tal contexto o campo também torna-se locus do moderno. Há uma generalização das relações mercantis e do processo de modernização no espaço. Os dois mundos distintos do passado (o campo e a cidade) estão se fundindo, em nossos dias, em uma sociedade urbana.

Nessa nova situação, a produção rural perdeu toda a sua autonomia, o espaço rural carece de características

<sup>1.-</sup> LAVINAS, L. A agrourbanização da fronteira in A urbanização da fronteira. Volume I. Série Monográfica nº 5 IPPUR/UFRJ, 1697 P. 93

próprias. A produção agrícola se transformou em um setor da produção industrial, o campo metamorfoseou-se e observa-se sua integração com a indústria e com o processo de consumo de produtos industriais.

Segundo a análise arguta de um autor, em tais circunstâncias o "tecido urbano prolifera, estende-se, consumindo os resíduos da vida agrária. Por tecido urbano não se entende, de forma estrita, a parte construída das cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Dessa perspectiva uma chácara recreativa, uma autopista, um supermercado em pleno campo formam parte do tecido urbano."1

Portanto, o espaço engendrado pelo CAI na porção do Mato Grosso do Sul meridional, ora investigada, coloca como perspectiva no horizonte a dissolução do campo e aquilo que Lefebvre irá denominar de "urbanização completa da sociedade". Porém, essas mudanças na configuração desse espaço regional, conforme veremos a seguir, configuração um processo problemático que suscitará conflitos e aprofundará contradições.

<sup>1.-</sup> LEFERVRE, H. La revolución urbana. Alianza Editorial, Madrid, 1983. p.10

## 6.1 - O esvaziamento do campo e a luta pela terra.

A dissolução do rural e a sua absorção pelo urbano, resultantes da expansão do modelo agroindustrial no Espaço de Dourados, vêm acompanhados de um vigoroso processo de redução, em termos absolutos e relativos, dos contingentes demográficos do campo, configurando o fenômeno que denominaremos daqui por diante de esvaziamento do campo.

Examinando a evolução da população rural no período entre 1970-1980 é possível dimensionar essa redução sofrida pelo contingente rural no Espaço de Dourados. A população rural, que em 1970 somava 150.682 habitantes e representava 66% da população regional total, em 1980 foi reduzida para apenas 95.419 habitantes que passaram a corresponder a modestos 35% do contingente demográfico total do espaço regional (tabela 14).

Parte desse contingente demográfico rural deslocado do Espaço de Dourados, nesse período, irá procurar seu destino nas novas fronteiras agrícolas do norte do Mato Grosso e de Rondônia. Essa migração é facilitada pela nova malha de

rodovias que liga aquelas áreas de fronteira agrícola com o Espaço de Dourados. No entanto, outra parte permanece na própria região e procura os centros urbanos mais próximos para se alojar. Esse último grupo constituirá o contingente de trabalhadores temporários que só encontrarão ocupação no campo em alguns poucos períodos do ano.

Por outro lado, esse processo de esvaziamento do campo será acompanhado de importantes modificações no montante e no perfil do pessoal ocupado que permanece no meio rural.

No primeiro quinquênio da década de 70 (1970-1975), constata-se uma evolução positiva, ainda que muito discreta, do contingente de mão-de-obra ocupado em atividades rurais no Espaço de Dourados. Nesse período a taxa de crescimento do pessoal ocupado na agropecuária registra um modesto ritmo de expansão de 1,2% a/a (eram 56.761 pessoas ocupadas nas atividades rurais em 1970, em 1975 esse total evoluiu para 60.407). Porém, apesar de bastante comedido, esse crescimento não se mantém na segunda metade dos anos 70. Ao contrário, a partir de 1975 o contingente engajado na agropecuária regional passa a declinar à taxa de -4,2% a/a (60.407 em 1975 e 48.613 em 1980)(tabela 15).

Observando-se as diversas categorias de

pessoal ocupado nas atividades rurais registradas pelo Censo Agropecuário do IBGE, constata-se que os maiores responsáveis por declínio foram os trabalhadores rurais classificados pelo Censo como responsáveis e membros não remunerados da familia. isto é, aqueles que compõem a pequena produção familiar. Representavam 87,5% (49.709 pessoas) do pessoal ocupado atividades agropecuárias no Espaço de Dourados 1970, em declinaram para 75,5% (45.640 pessoas) em 1975 e diminuíram para 58,2% (48.613 pessoas) em 1980 (Tabela 15).

Já com relação aos trabalhadores assalariados (permanentes e temporários) observou-se uma evolução exatamente inversa. Representavam 11,4% (6.513 pessoas) em 1970, 24% (14.547 pessoas) em 1975 e finalmente 40,6% (19.765 pessoas) em 1980.

é importante ressaltar, porém, que nem todos os trabalhadores assalariados permaneceram no campo. Dentro desse contingente de proletários rurais existe um grupo de empregados que também foi deslocado do meio rural passando residir nas periferias urbanas das cidades regionais. São denominados bóias-frias que só sazonalmente encontram colocação no campo. Muitos desses bóias-frias são antigos pequenos produtores que perderam suas terras. Tal contingente de trabalhadores temporários apresentou a seguinte evolução entre 1970-1980: correspondiam a 4,8% (2.742 pessoas) do total do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias em 1970, 9,4% (5.681 pessoas) em 1975 e 14,9% (7.253 pessoas) em 1980.(Tabela 15)

Esse esvaziamento demográfico do meio rural no Espaço de Dourados nos coloca frente a uma situação aparentemente paradoxal: a ocorrência de redução da população rural e do pessoal ocupado em atividades agrárias em meio a um contexto de vigoroso crescimento agrícola movido pela rápida expansão das lavouras de soja e trigo.

No esse paradoxo entanto. aparente esclarecido quando constatamos que expansão da a agroindustrialização e do binômio soja-trigo nesse espaço regional se dá com a introdução de uma tecnologia agricola poupadora de mão-de-obra, responsável pela substituição de trabalho por capital; com mudanças nas formas de apropriação terra através da eliminação da pequena produção uso da da promoção da empresa rural e com transformações nas relações de produção já que, com a mecanização e a extensão da legislação trabalhista para o campo, tornou-se desnecessário e inconveniente manter grandes contingentes de trabalhadores nos estabelecimentos rurais.

Esse movimento de deslocamento de grandes contingentes demográficos meio rural pelo do processo agroindustrializador. produzindo denominamos de 0 que esvaziamento do campo, irá contribuir para o desencadeamento de contradições no espaço regional. A partir dos anos 80 observar-se, em todo o sul de Mato Grosso do Sul, o início de um processo de organização dos trabalhadores rurais desalojados do campo com o objetivo de lutar pela reconquista da terra. Fssa reação dos excluídos do "processo modernizador" promovido pela marcha batida do complexo agroindustrial no espaço terminará por transformar esse espaço em um campo de lutas, locus de conflitos e tensões permanentes.

A expulsão de grandes contingentes de trabalhadores rurais, sobretudo a partir dos anos 80, não será mais um processo exclusivo do Espaço de Dourados, mas um fenômeno generalizado em todo o cone sul do Mato Grosso do Sul.

Os municípios do extremo sul do Estado principalmente Ivinhema, Naviraí, Juti, Jateí, Itaquiraí,
Eldorado, Iguatemi e parte de Mundo Novo e Amambai - tiveram suas
áreas de mata abertas durante os anos 70 com o avanço de um
processo pecuarizador muito intenso. A expansão da pecuária
nessas áreas se deu de forma muito semelhante ao avanço já

descrito da atividade pastoril no Espaço de Dourados a partir de meados dos anos 60 (Capítulo 2).

Nessas áreas mais austrais, grandes criadores paulistas e mineiros compravam extensas glebas, normalmente áreas de mata, e contratavam algumas famílias de trabalhadores rurais para proceder a abertura através do arrendamento. Essas famílias desmatavam a terra, plantavam algodão durante um ou dois anos, dividiam a colheita com o proprietário e assumiam o compromisso de devolver a terra, no fim do contrato, com o pasto já formado.

Quando essas famílias concluíam a abertura de uma área eram deslocadas para mais adiante, muitas vezes dentro da mesma fazenda, a fim de desmatarem novas áreas e expandirem as pastagens. Assim que encerravam seus trabalhos em um estabelecimento, eram contratadas para a abertura de novas fazendas, promovendo um rápido avanço e, logo em seguida, o esgotamento dessa fronteira agrícola.

Dessa maneira, no início dos anos 80, o fim das terras de mata vai marcar também o término dos arrendamentos e da ocupação dos contingentes de trabalhadores rurais nas atividades de desmatamento e de formação de pastagens na região. Reproduz-se então, nesses municípios austrais do Mato Grosso do

Sul, o êxodo rural, desencadeando nos principais centros urbanos do cone sul do Estado, a exemplo dos municípios do Espaço de Dourados, um precoce processo de favelização e concentração de bóias-frias nas cidades.

No entanto, nesse mesmo período, já se encontra amadurecido trabalho iniciado a partir da segunda metade dos anos 70 pela igreja católica, através da Comissão Pastoral da Terra - CPT, no sentido de fundar e organizar na região sindicatos de trabalhadores rurais com o objetivo de lutar pela permanência desses trabalhadores na terra através da renovação dos contratos de arrendamento.

Com a intensificação das expulsões das famílias de trabalhadores rurais e o aprofundamento do êxodo rural, tanto no Espaço de Dourados quanto nos demais municípios do cone sul do Estado, a pugna pela permanência na terra logo se transformou em luta pela reconquista da terra. Tal mudança de rumo foi bastante influenciada ademais pelas ocupações de estabelecimentos rurais por trabalhadores sem terra que já vinham se processando nesse mesmo período nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Nessas circunstâncias, os trabalhadores rurais, sob a liderança dos Sindicatos e da CPT, elegem a

ocupação de terras como sua estratégia de luta. Em 1980, já tinha havido um primeiro ensaio de ocupação: dezessete famílias entraram na fazenda Recanto no município de Taquarussu. Essa ocupação, porém, não foi bem sucedida: as famílias foram despejadas e se dispersaram. Apesar de frustrada, essa iniciativa veio somar-se com os exemplos dados pela luta dos trabalhadores gaúchos e catarinenses. Todos apontavam o caminho da ocupação como uma alternativa para a reconquista da terra.

entanto, somente quatro anos mais tarde, movimento de luta pela terra no Estado atinge certo guando o organização e de clareza da direção a seguir é que, nível propriamente, tem início a implementação da estratégia reconquista da terra. Em 1984 então, cerca de mil famílias trabalhadores rurais (a maior parte constituída de ex-pequenos arrendatários expulsos pelo avanço do boi, juntamente com alguns Santa Idalina bóias-frias e brasiguaios) ocupam a gleba pertencente à Sociedade de Melhoramentos e Colonização - SOMECO, município de Ivinhema. Porém, novamente os ocupantes serão No entanto, dessa vez não há dispersão. trabalhadores acampam no distrito de Vila São Pedro (município de pouco tempo depois o governo do Estado Dourados) e promove assentamento dessas famílias na Gleba Padroeira do Brasil no município de Nioaque.

No ano seguinte (1985), dois fatos novos irão contribuir para a intensificação das ocupações de terra região. Inicialmente, a eleição de Tancredo Neves para presidência da república colocou como possibilidade para sociedade brasileira a realização de uma reforma agrária. Nesse contexto. a criação do Ministério da Reforma do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, conjuntamente com a elaboração proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária em maio de 1985, representaram uma promessa real de concretização da reforma agrária no país.

Em segundo lugar, nessa mesma época 05 brasiguaios (trabalhadores rurais do Paraná que com o avanço soja naquele Estado, durante os anos 70, haviam perdido suas terras e migrado para o Paraguai onde tentaram se reproduzir produtores) estavam sendo vitimas de enquanto pequenos arbitrariedades e persequições recorrentes nessa República vizinha, situação que forçou muitos a optarem pelo retorno país de origem. Conscientes das dificuldades que reencontrariam no Paraná, de onde já haviam sido expulsos uma vez, empreender o regresso pelo sul de Mato Grosso do Sul.

Em 1985, em decorrência dessa convergência de fatores e do nível de organização já atingido pelos trabalhadores

rurais (agora contando com um novo instrumento de luta materializado no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Mato Grosso do Sul que ganhou expressão e se estruturou durante a ocupação da gleba Santa Idalina e o acampamento subseqüente) é aprofundado o processo de luta.

No entanto, a partir desse período, a estratégia visando à reconquista da terra é redefinida. No lugar da ocupação direta das fazendas, opta-se pela via dos acampamentos de trabalhadores rurais nos centros urbanos visando com isso criar uma situação de tensão permanente dentro das cidades a fim de aumentar a pressão sobre o Estado e acelerar a distribuição de terras.

Α implementação dessa nova estratégia resultou na organização de três acampamentos de sem terras em 1985. O maior foi o constituído pelos brasiquaios na cidade de Mundo Novo, reunindo mais de mil famílias. O segundo composto por brasiguaios, reuniu por volta de 140 famílias cidade de Sete Quedas e o último, congregando bóias-frias e exarrendatários, agrupou aproximadamente 120 famílias em Naviraí.

Os resultados dessa nova estratégia com base nos acampamentos urbanos se revelaram bastante profícuos. Entre o

final de 1985 e o início de 1986, o INCRA desapropriou terras no Estado e organizou, com rapidez, três assentamentos onde foram alojados em definitivo os trabalhadores dos acampamentos já referidos.

As famílias de Mundo Novo foram instaladas no Assentamento de Novo Horizonte, as de Sete Quedas no Assentamento de São José do Jatobá e as de Naviraí no Assentamento de Nova Esperança.(Mapa 12)

expectativas muito grande entre os sem terras de todo o Estado que passaram a ver na estratégia dos acampamentos urbanos a forma mais eficaz de garantir o acesso à terra. Como conseqüência, ao longo de 1986, surgiram treze novos acampamentos de trabalhadores rurais no Mato Grosso do Sul. Especificamente no Espaço de Dourados foram organizados nessa mesma época acampamentos nas cidades de Caarapó e Dourados.

Em Caarapó, os trabalhadores rurais reeditaram a estratégia inicial da ocupação de terras. Ocuparam a Fazenda Beluzo, foram despejados e em seguida acamparam na sede do município onde reuniram mais de 50 famílias de trabalhadores rurais. Em Dourados, o movimento foi mais abrangente. Organizados

pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do próprio município, mais de 140 famílias de bóias-frias e de ex-pequenos produtores deslocados do campo pelo avanço da soja, montaram acampamento dentro da cidade (Dourados), onde permaneceram por mais de oito meses, reivindicando a redistribuição de terras.

Mais uma vez a pressão exercida por esses diversos acampamentos surtiu o efeito desejado. O conjunto dos trabalhadores rurais que protagonizaram a luta nos acampamentos terminaram sendo incluídos no Plano Nacional de Reforma Agrária e reconquistaram o acesso à terra em novos assentamentos que foram criados no Estado a partir de 1987.

0 processo de luta pela terra teve continuidade a partir de 1989 com novos embates fomentados trabalhadores rurais sem terra. Novas ocupações e acampamentos foram promovidos em diversos municípios do cone sul do Estado (Itaquiraí, Bataiporã, Jateí e Tacuru) alguns resultaram em assentamentos outros em despejos. Como saldo provisório desse processo, existem hoje na porção austral do Mato Grosso do Sul assentamentos reunindo um total de mais de 2000 familias para se reproduzirem enquanto pequenos produtores familiares em um espaço de expansão acelerada do processo agroindustrializador.(Mapa 12)

implantação desses diversos A projetos, entretanto, não significa o retorno do velho rural e alguns de seus elementos típicos (como a pequena produção familiar autárquica, o lavoureiro restrito às culturas de subsistência com parcos vinculos com o mercado, etc.). Na verdade, assentamentos, no presente, se configuram como espaços de novas oportunidades para a expansão do complexo agroindustrial que articula a sua rede de interesses por intermédio da implantação neles de projetos integrados (avicultura e bicho da seda) ou promoção do cultivo de matérias-primas industriais como 0 algodão.

## 6.2 - O novo urbano.

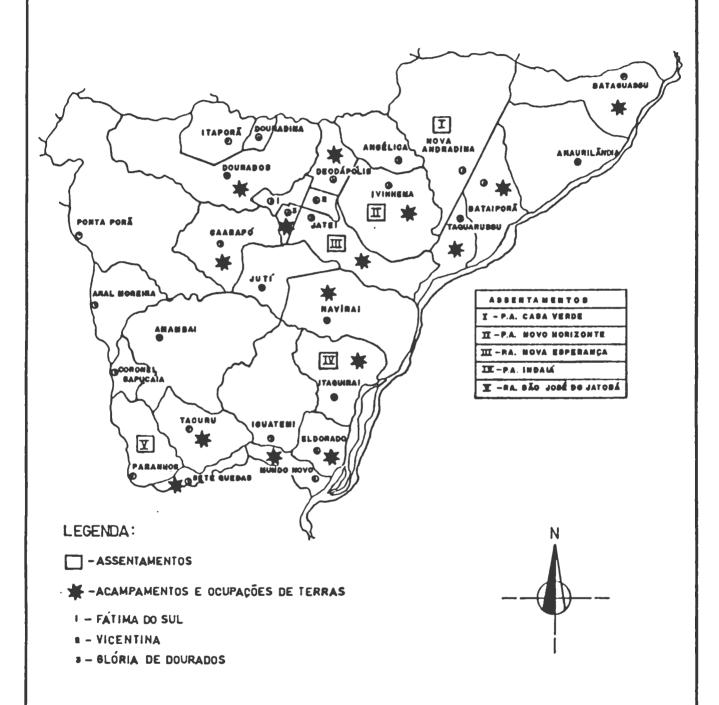
No Espaço de Dourados a outra face do esvaziamento do campo se manifesta na expansão da cidade. Com a difusão do processo agroindustrializador, o urbano é assaltado por um novo ritmo que vem modificando radicalmente o porte dos acanhados centros urbanos do passado.

A urbanização nessa porção austral do Mato Grosso do Sul foi de fato intensa. Em 1970, a população rural correspondia a 66% da população regional total, enquanto a urbana estava reduzida a 33,7%. Dez anos depois (1980), essa proporção revelava-se invertida: 64,8% de população urbana e 35% de população rural. Nesse mesmo período, a população das cidades se expandiu a uma taxa média de crescimento geométrico anual de 8,6%, evoluindo de 76.682 para 176.216 habitantes, ao passo que o contingente demográfico do campo encolheu (de 150.682 para 95.419 habitantes) apresentando uma taxa de crescimento anual negativa de -4,4% (Tabela 14)

Essa urbanização regional, entretanto, ocorreu de forma concentrada. Dourados centraliza nada menos que

MAPA - 12.

## ASSENTAMENTOS, ACAMPAMENTOS E OCUPAÇÕES DE TERRAS NO MATO GROSSO DO SUL MERIDIONAL





47% do total da população urbana da região. Esse mesmo centro apresenta também a maior taxa de urbanização do espaço regional: 82% em 1980.

Tal processo de urbanização, no entanto, não se esgota na mera expansão das cidades. Ele traz novidades. A cidade que se produz/reproduz nesse novo contexto, marcado pela presença da agroindustrialização, é uma realidade nova, com conteúdo diverso dos centros urbanos regionais do passado. Hoje, o urbano não se reduz apenas a um aglomerado de residências, de entrepostos comerciais de compra e venda de produtos agrícolas e equipamentos rudimentares para a agricultura como ocorria até bem pouco tempo atrás.

Ao contrário do fluxo migratório dos antigos colonos, que tinham um destino rural, os modernos granjeiros capitalizados que se dirigiram para a região de Dourados optaram por se instalar nas cidades pelo fato destas apresentarem uma estrutura mínima de oferta de bens e serviços urbanos.

Isso se dá porque os granjeiros "apresentam um padrão de consumo fortemente mercantilizado e padronizado. Por um lado, pelo caráter do modelo agrícola que sustentam e que se funda na procura constante de um aumento da produtividade através

da elevação da composição orgânica do capital, o que amplia o mercado de insumos e meios de produção industriais para a agricultura (nas cidades). Por outro lado, pelo fato de sua família ser exclusivamente unidade de consumo e não auto-consumo. Consumo, portanto, não mais garantido nos limites da exploração (estabelecimento rural) que, ao especializar-se, transfere para o mercado funções antes supridas internamente."

Na verdade, essas famílias, que se multiplicam nos principais centros regionais com a chegada dos granjeiros, apresentam um perfil e um padrão de consumo típico das classes médias.

E a agroindustrialização, ao trazer em seu esteio esse processo de expansão da classe média e de disseminação de um padrão social baseado na sociedade de consumo, contribui para a implantação, sobretudo na cidade de Dourados, daquilo que Lavinas denomina de "tendências metropolizantes" que, ao dotarem aquele centro de um perfil mais complexo, próprio e bem diverso dos pequenos centros de troca do passado, força-nos a reconhecer que estamos diante de um fenômeno novo, um novo

<sup>1.-</sup> LAVINAS, Lena. A agro-urbanização da fronteira. In A urbanização da Fronteira. Volume I. Série Monográfica n<sup>o</sup> 5 IPFUR/UFRJ, 1987. p. 101.

urbano.

Assim, observa-se nos principais centros regionais, mas sobretudo em Dourados "além da multiplicação de casas comerciais de compra e venda de produtos agrícolas, o crescimento acelerado daquelas voltadas para atender os padrões de consumo tipicamente de classe média urbana, tais como restaurantes, clubes de lazer, cursos de aperfeiçoamento, etc. Essa nova realidade urbana é, pois, também produto de uma certa cultura metropolitana, aquela das classes sociais que aí se territorializam no lastro da expansão da agroindústria, e cuja identidade social não se constrói somente a partir do controle e propriedade dos meios de produção."1

Nessa nova conjuntura, "a construção dessa identidade (reterritorialização) passa igualmente por novas formas de apropriação do espaço urbano, que refletem um novo sistema de valores (ruptura com as práticas pessoais alimentadas pelo latifúndio); criam uma nova simbologia de diferenciação social; geram novas práticas de consumo que distinguem o moderno rural do caipira tradicional."<sup>2</sup>

<sup>1.-</sup> LAVINAS, L. Op. cit. p. 101.

<sup>2.-</sup> LAVINAS,L. Op. cit. p.102

E mais, na esteira da expansão dessa classe média, são atraídos para Dourados grupos econômicos e um pessoal mais especializado que vêm implantar novos e mais sofisticados serviços a fim de atender à demanda desses novos contingentes urbanos e, com isso, contribuem para ampliar ainda mais a escala do novo urbano no espaço regional.

O terciário se expande e se diversifica com a implantação de supermercados e hipermercados, magazines de grandes cadeias nacionais, galerias de lojas sofisticadas, etc; expande-se a rede bancária com a multiplicação das agências financeiras; uma gama variada de serviços surgem: especializações médicas diversas, faculdades, oficinas de assistência técnica ao maquinário agrícola, clubes de lazer, cursos de línguas estrangeiras, academias de modelagem do corpo, etc.

Particularmente em Dourados uma nova paisagem urbana é criada com a expansão dos bairros de classe média (inclusive condomínios fechados), com a alteração das vias de circulação e a implantação de avenidas mais largas e amplas, apropriadas ao fluxo da frota de automóveis particulares, símbolos mais efetivos da afluência dessa nova classe média.

Por outro lado, com a concentração dos trabalhadores deslocados do campo que se proletarizam nas cidades há, simultaneamente, o processo de periferização da pobreza que se reproduz em bairros afastados e a expansão dos equipamentos urbanos básicos para o atendimento das novas necessidades. Surge também, nessas cidades, um mercado urbano específico para abastecer essa nova população de baixo poder aquisitivo que se organiza em torno de "bolichos" e vendedores ambulantes.

Por último, observa-se que esse processo de mudança e dinamização que elabora um novo urbano tende a concentrar-se principalmente em Dourados. Os estímulos e capitais gerados pela agroindustrialização, assim como as indústrias e serviços especializados, originados no bojo desse processo, normalmente passam ao largo das pequenas cidades regionais que não se dinamizam.

Nas palavras de uma autora, isso ocorre porque "essas cidades pequenas da periferia do sistema não são atrativas para os investimentos do setor moderno do comércio, das indústrias ou dos serviços, submetidos à lógica da economia de escala, da concentração espacial e das externalidades e, por conseguinte, a uma alta seletividade espacial." Em conseqüência, escapam a esses centros urbanos os capitais gerados na região e a

produção de bens e de serviços."1

Enfim, essas são, em linhas gerais, as novas facetas do urbano atualmente em gestação no Espaço de Dourados. Por outro lado, esse neo-urbano, ao mesmo tempo em que se constitui em um produto do processo agroindustrializador, vem tornando-se também um dos principais fatores de sua reprodução e consolidação no espaço regional.

Tabela 14 - População residente por situação do domicilio no Espaço de Dourados - 1970 a 1980

MUNICIPIOS	1976			1980		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Aral Moreira	-	-	-	10.118	2.309	7.889
Caarapó	26.887	5.377	28.638	27.213	15.858	12.155
Douradina	-	-	-	5.507	1.944	3.563
Dourados	79.186	31.599	47.587	188.986	82.985	18.981
Fátima do Sul	48.913	9.221	31.692	33.313	16.454	16.859
Itaporā	28.283	5.525	14.758	14.398	7.778	6.629
Maracajú	7.319	3.691	3.628	13.604	10.619	3.585
Ponta Pora	33.798	14.347	19.451	38.070	27.483	18.587
Rio Brilhante	18.269	4.816	6.253	15.579	7.686	7.973
Sidrolândia	9.589	2.986	6.683	12.847	4.668	8.187
TOTAL	227.364	76.682	150.682	271.635	176.216	95.419

Fonte: Anuário Estatistico do Mato Grosso do Sul, 1984.

<sup>1.-</sup> FERREIRA, Ignez C. B. A expansão da fronteira agrícola e urbanização. In A urbanização da fronteira. Volume II. Série Monográfica  $n^O$  5 IPFUR/UFRJ, 1987, p. 23.

Tabela 15 - Pessoal ocupado distribuído por categoria no Espaço de Dourados - 1978,1975 e 1988.

	1978	1975	1986
TOTAL	56.761	68.487	48.613
Responsáveis e membros na <sub>o</sub> remunerad <del>o</del> s da familia.	49.789	45.648	28.299
Empregados permanentes	3.771	9.866	12.512
Empregados temporários	2.742	5.681	7.253
Parceiros	285	85	286
Outros	254	135	343

Fonte: Censo agropecuário do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, IBGE - 1970, 1975 e 1980.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Ronaldo C. Abrindo o pacote tecnológico. Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.
- BANCO CENTRAL. Gerência de Coordenação do Crédito Rural GECRI Relatórios 1972, 1973 e 1974.
- BATISTA, Luiz C. Brasiguaios na fronteira. Caminhos e lutas pela liberdade. Tese (mestrado em Geografia) São Paulo, USP, 1990 (mimeo).
- BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BERTRAND, Jean-Pierre at alii. 0 mundo da soja. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1987.
- BRUM, Argemiro J. Modernização da Agricultura. Trigo e soja. Petrópolis, Vozes, 1988.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PECUARIA (CONDEPE).
  Relatório 1972.
- DELGADO, Guilherme. Capital Financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo : Icone; Campinas : Editora da UNICAMP, 1985.
- DINIZ, Alexandre F. Geografia da agricultura. São Paulo, DIFEL, 1984.
- DINIZ, Alexandre F.e DUARTE, Aluízio C. A região cacaueira da Bahia. Recife, MINTER/SUDENE, 1983.
- DINIZ, Alexandre F. e OLIVIO, Ceron A. Tipologia da agricultu ra, questões metodológicas e problemas de aplicação ao Estado de São Paulo. IN : Revista Brasileira de Geografia 32 (3) Rio de Janeiro, IBGE, 1970.
- DUARTE, Aluízio C. Regionalização. Considerações metodológicas.
   In: Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, 10 (20), 1980.

- FALLOUX, F. O. fenômeno trigo-soja. Conseqüências e problemas para o desenvolvimento rural da região sul de Mato Grosso. Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria da Agricultura, 1972 (mimeo).
- FERREIRA, Ignez C.B. A expansão da fronteira agrícola e urbanização. IN: A urbanização da fronteira. Volume II. Série Monográfica n. 5 IPPUR/UFRJ, 1987.
- FIGUEIREDO, Alvanir de. A presença geoeconômica da atividade ervateira do Estado do Mato Grosso, tomada como referência. Tese (Doutoramento em Geografia) Presidente Prudente, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1967.
- FIGUEIREDO, Alvanir de. Extremo Sul do Maato Grosso. Guias de Excursões do I Encontro Nacional de Geógrafos. Presidente Prudente, AGB, 1972.
- FIGUEIREDO, Vilma (org). Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária. Brasília, UNB/FINEP, 1989.
- FOWERAKER, Joe. A luta pela terra. A economia política da fronteira pioneira do Brasil de 1930 nos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GRESSLER, Lori A e SWENSSON, L. J. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul : Destaque especial ao município de Dourados. Edição dos autores, 1988.
- GUIMARRES, Mário K. Crédito rural Enfoques da política agrária no Brasil. São Paulo, Nobel, 1974.
- IBGE. Censos Agropecuários do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, 1970, 1975 e 1980.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- LAVINAS, Lena. A agroindustrialização da fronteira. Volume I.
   Série Monográfica n. 5 IPPUR/UFRJ, 1987.
- LEFEBVRE, Henri. La revolucion urbana. Madrid, Alianza Editorial, 1983.

- LENA, Philippe. Sistema de Produção e êxodo rural, SUDECO, 1984 (mimeo)
- LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha. (A especulação com a terra no oeste brasileiro no anos 50). IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 6, N. 12, mar/ago. 1986, p47-64.
- LENHARO, Alcir. Colonização e Trabalhos no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Deste. Campinas, Editora da UNICAMP, 1985.
- LICHTENZTEIN, S. e BAER, M. Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Estratégias e políticas do poder financeiro. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MARTINE, G. e GARCIA, R.C. (org). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Editora Caetés, 1987.
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. São Paulo, Bertrand Brasil/DIFEL, 1987.
- MUELLER, Charles C. Fronteira, frentes e a evolução recente da ocupação da força de trabalho rural no Centro-Oeste. IN: Anais do Seminário Expansão da Fronteira Agropecuária e Meio-Ambiente na América Latina. Brasília, UnB, 1982.
- MULLER, Geraldo. Estado, estrutura agrária e população. Estagnação e incorporação regional. PETROPOLIS, VOZES, 1980.
- MULLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo, HUCITET/EDUC, 1989.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e indústria no Brasil. IN:
  Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, 58,
  set. 1981, p 5-64.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo, Atica, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

- PEBAYLE, R. e KOECHLIN, J. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. Espaço e Conjuntura. São Paulo. USP/Inst. de Geografia, 4, 1981.
- SUDECO. Plano de desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste. Brasília, 1973.
- POULANTZAS, Nico. O estado, o poder e o socialismo. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Programa corredores de exportação. Projeto de fomento agrícola - 1975-77. Brasília.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR.. Programa especial de desenvolvimento da grande Dourados, Brasília, 1976 (Folheto)
- REDWOOD III, John e BARRETO, F. Avaliação dos programas de desenvolvimento rural : regiões Norte e Centro-Oeste. IN: Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro. Recife IFPE, IPA, SUDENE, 1984.
- RODRIGUES, Maria L. E. Produção do espaço e expansão industrial. São Paulo, Edições Loyola, 1983.
- SANDERS, J. H. e BEIN, F.L. Desenvolvimento agrícola na fronteira brasileira, Sul de Mato Grosso. IN: Estudos Econômicos. São Paulo. IPE/USP. Volume 6, n. 2 maio/agosto 1976.
- SANTOS, Milton. Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico. IN: Boletim Paulista de Geografia São Paulo n. 67, 10 semestre 1989.
- SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço Habitado. São Paulo, Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo. HUCITEC/ EDUSP, 1978.
- SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo, Nobel, 1981.

- SILVA, José Graziano. A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SILVA, José Graziano. Mas qual reforma agrária ? Reforma Agrária. Campinas, ABRA, ano 17, n. 01, abril/julho, 1987, p 11-60.
- SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986.
- SOUZA, Ivan S.F. Condicionantes da modernização da soja no Brasil. IN: Revista de Economia e Sociologia Rural, 28 (2), Brasília, abril/junho 1990.
- TEIXEIRA, Márcio A. As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul. O exemplo da grande Dourados. Tese ( Doutoramento em Geografia). São Paulo, USP, 1989.
- TETILA, J. L. C. et alii. O impacto da soja ao sul de Mato Grosso do Sul: problemas da terra e do homem. Revista Científica e Cultural. Campo Grande, UFMS, 1(1), 1986 p. 31-53.
- VEJA (Revista). Corrida para fora. São Paulo, Editora Abril.
   31/04/1991.
- VELHO, Otávio G. Capitalismo autoritário e campesinato. Rio de Janeiro/ São Paulo DIFEL, 1979.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <a href="http://ppgh.fflch.usp.br/">http://ppgh.fflch.usp.br/</a>.



1971-2021